



Leticia da Silveira Lobo

**A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a
TRANSformação de uma gramática de acesso a
direitos**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado e Teoria Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Bethânia de Albuquerque Assy
Co-orientador: Prof. Fernando da Silva Cardoso

Rio de Janeiro,
Abril de 2024



Leticia da Silveira Lobo

**A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a
TRANSformação de uma gramática de acesso a
direitos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado e Teoria Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio. Comissão examinadora:

Prof. Bethânia de Albuquerque Assy
Orientador
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Fernando da Silva Cardoso
Coorientador
UPE

Prof. Thula Rafaela de Oliveira Pires
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Aureliano Lopes da Silva Junior
UFRRJ

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Leticia da Silveira Lobo

Bacharela em Direito pela Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Integrante do Projeto Internacional Esferas da Cidadania. Pesquisadora voluntária do DIJURE. Editora assistente da Revista Direito, Estado e Sociedade. Bolsista Faperj Mestrado Nota 10.

Ficha Catalográfica

Lobo, Leticia da Silveira

A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a TRANSformação de uma gramática de acesso a direitos / Leticia da Silveira Lobo ; orientadora: Bethânia de Albuquerque Assy ; co-orientador: Fernando da Silva Cardoso. – 2024.

143 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2024.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Escola de Formação Crítica Majorie Marchi. 3. Conexão G. 4. Mulheres trans periféricas. 5. Travesti periférica. 6. Cidadania LGBTTIAP+. I. Assy, Bethânia de Albuquerque. II. Cardoso, Fernando da Silva. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

Como canta Caetano Veloso, “gente é muito bom, gente deve ser o bom, tem de respeitar, tem de se cuidar do bom”, e eu só posso concordar. Se tem uma coisa que o mestrado me comprovou nesse doce mistério que é a vida é que ela só tem sentido se for com “gente” e nesse quesito, eu fui abençoada no processo desta dissertação com o melhor tipo de gente. Assim que eu entrei no mestrado me falaram que o trabalho de um pesquisador era solitário, mas eu só posso discordar. Se as palavras aqui depositadas ganharam corpo, isso se deve a toda essa gente que me encheu de amor e afeto nesta trajetória.

Começando pela gente que constitui meu alicerce, bel hooks fala que “as ações que constroem sentimentos” e desde pequena eu fui criada por uma mãe e um pai que talvez mesmo sem saberem, colocaram na ação de me educar a ética do amor. Com eles eu aprendo todos os dias o significado de companheirismo, respeito e incentivo e devo a eles absolutamente todas as minhas conquistas. Minha mãe que com tanto carinho se dispôs a ler o meu texto antes de todos e meu pai que me cercou de um olhar afetuoso todos os dias que eu duvidava de mim mesma, palavras nunca serão suficientes para expressar o meu amor por vocês.

Seguindo com meus alicerces, não poderia deixar de agradecer às minhas avós, “vovó Izabel” e “vovó Bebelá”. Quanto à primeira, eu guardo o seu rosto de alegria indescritível toda vez que me via chegar da escola para passarmos os dias juntas e olharmos os livros da estante que me ajudavam no dever de casa. Mal sabia eu que aquela excitação com os livros e novas descobertas de minha avó me gerariam um prazer pelo estudo que seria e segue sendo definidor na minha trajetória. Já “vovó Bebelá”, carrego no peito a coragem dela de ser quem se é, o prazer das noites de novela na cama, e o som dos bem-te-vis que sempre me lembrarão que ela segue comigo.

Agradeço às minhas famílias materna e paterna, às minhas tias, tios e primos. hooks também me ensinou que “o amor que criamos em comunidade permanece conosco onde quer que vamos”. É através dessa comunidade-família que aprendi a construção do amor de forma coletiva e onde o acolhimento se fez morada nos momentos mais desafiadores. Devo um agradecimento especial à minha tia Maria por cotidianamente me ensinar na prática o significado de generosidade e me abraçar

com seu consultório, local que nutriu esse trabalho diversas vezes com a paz que ela deposita em tudo que possui seus traços. Ao meu primo Gustavo, que também generosamente compartilhou seu canto para que essa dissertação viesse ao mundo. Esse trabalho possui um pouco de todos vocês.

À Elisa por descobrir antes de mim mesma que havia sido aprovada nesse mestrado e vibrar pelas minhas conquistas desde o início. Com você aprendo a singularidade e a beleza do amor genuíno.

Às minhas amigas de infância, Alice, Bioca, Luana, Marianna e Raissa, que me conhecem e não largam minha mão. Agradeço pelo apoio e por me permitirem ser eu mesma. Sem a confiança de vocês, esse processo teria sido muito mais árduo.

À Beatriz Figueiredo, por me comprovar que nem mesmo a distância é capaz de afetar toda intimidade e amor que é possível sentir por alguém. Nossas ligações foram sopros de alívio nesse caminhar.

Às minhas amigas da UERJ, Barbara, Bia, Gabriela, Tainá e Luisa, as quais me acompanharam na descoberta do direito e que tenho o prazer de vibrar pelos caminhos seguidos.

Aos meus amigos da turma do mestrado, especialmente Ana Carolina, Isabelle, João Henrique, Lorena e Malu que me presentearam com uma parceria que raramente me permitiu sentir o peso da solidão nesse processo. Com vocês aprendi que poderia contar não só com um porto seguro para compartilhar as agruras e prazeres da dissertação, como com amigos pro resto da vida.

À Adalberto e Luisa Vanessa, por todas as trocas que permitiram que esse trabalho tomasse a cara que possuí hoje e os quais também levo pra vida. Nossas gargalhadas, choros, idas à Maré e leituras compartilhadas tornaram essas páginas possíveis.

À Amanda Resende minha eterna gratidão por ter delicadamente se oferecido para ler com atenção e cuidado parte deste trabalho, mesmo em um momento cheia de compromissos. Sem o seu apoio e abertura em me ouvir em todos os momentos que fui tomada por inseguranças, essa pesquisa teria sido muito mais árdua. Te amo, minha amiga.

Considerando que é o amor que estabelece as bases para a construção de uma comunidade com estranhos e esse amor criado coletivamente segue conosco, agradeço imensamente à Equipe do Conexão G e especialmente da EFCMM por criar vínculos que deram sentido à essa dissertação. Com isso, agradeço à Gilmara Cunha,

por me permitir acompanhar o projeto que deu origem a esse trabalho e à Larissa Soares, Liandra Paz e Nlaysia Luciano por confiarem em mim na construção desse trabalho, me proporcionando trocas sensíveis e potentes. Foi incrível acompanhar o amor que vocês depositam à EFCMM e me fortalecer com suas amizades.

Agradeço imensamente às alunas da EFCMM da turma do Complexo do Alemão e de Duque de Caxias por também confiarem em mim na construção coletiva dessa dissertação e tornarem minhas terças e quintas feiras muito mais prazerosas. Em especial, à Andreia Sampaio da Silva, Bella Fernandes R. Paula, Camila Vieira, Cristhyane Dourado Lima Santos, Isabella Silva de Andrade, Fabiane de Oliveira Silva, Flavia Maria Vieira Alves, Floribella da Silva Rocha, Gleyciellen Eduarda Martins dos Santos, Taiz Romana e Thifany Marques da Cunha, por abrirem suas vidas para mim e me ensinarem tanto.

Por fim, agradeço à minha querida orientadora Bethânia Assy, a qual me mostrou que o mundo acadêmico pode sim ser um espaço de acolhimento, generosidade e uma força motriz para construção coletiva de novos mundos dentro do direito. À Fernando Cardoso, meu coorientador, por ter aceitado embarcar nessa caminhada ao meu lado e aguçado minha sensibilidade, escuta e afetos nessa jornada da pesquisa. A segurança, confiança e incentivo de vocês foi a base dessa escrita.

Com toda essa “gente” me acompanhando, termino esse mestrado com a convicção de que a luta é coletiva e a transformação do mundo jurídico começa pela escuta ética das pessoas que não são vistas, ouvidas e sentidas por ele.

Resumo

Lobo, Leticia da Silveira; Assy, Bethânia de Albuquerque. **A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a TRANSformação de uma gramática de acesso a direitos**. Rio de Janeiro, 2024. (143). Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação versa sobre a atuação no estado do Rio de Janeiro da Escola de Formação Crítica Majorie Machi (EFCMM), projeto criado pelo Grupo Conexão G de Cidadania LGBT para Moradores de Favelas e a construção de uma nova gramática de acesso a direitos a partir dessa Escola. A EFCMM foi pensada para capacitar mulheres trans e travestis periféricas, sobretudo negras, acerca de pautas como o enfrentamento ao racismo e a promoção da cidadania LGBTTQIAP+. O objetivo deste trabalho foi refletir sobre como a metodologia desenvolvida pela Escola rompe com o epistemicídio jurídico e cria uma nova gramática de acesso a direitos, enquanto disputa narrativas hegemônicas. Com base na ética pajubariana e na inspiração cartográfica, foi utilizado o método de Investigação Ação Participante, com a realização de entrevistas, e a análise de narrativa para interpretação dos dados levantados. Essa pesquisa desafiou a formalidade acadêmica e jurídica ao propor uma escrita que misturasse bases teóricas junto a relatos pessoais do diário de campo, utilizando canais pouco convencionais de enunciação da fala, como a música e a fotografia. Por meio da experiência com duas turmas da Escola de Formação Crítica Majorie Machi, no Complexo do Alemão e em Duque de Caxias, e do conhecimento e aproximação com as sujeitas de pesquisa, as onze alunas da turma de Duque de Caxias e as educadoras populares, essa pesquisa foi traçada. A lente teórica eleita foi a perspectiva decolonial, tendo privilegiado autoras trans e travestis brasileiras, ao lado das sujeitas de pesquisa situadas como protagonistas epistêmicas. Já no campo jurídico, o direito se situa como ferramenta do Contrato Racial, ressaltando a exclusão das sujeitas de pesquisa do seu âmbito de proteção. Ao final, foi demonstrado o potencial transformador e emancipatório que representa a atuação política da EFCMM por meio das experiências concretas das sujeitas que atravessam esse trabalho.

Palavras-chave

Escola de Formação Crítica Majorie Marchi. Conexão G. Mulheres Trans Periféricas. Travesti Periférica. Cidadania LGBTTQIAP+. Acesso a Direitos.

Abstract

Lobo, Leticia da Silveira; Assy, Bethânia de Albuquerque (Advisor). **The Marjorie Marchi School of Critical Education and the TRANSformation of a grammar of access to rights**. Rio de Janeiro, 2024. (143) Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation is about the work in the state of Rio de Janeiro of the The Marjorie Marchi School of Critical Education and the TRANSformation in access to rights (EFCMM), a project created by the Conexão G Group for LGBT Citizenship for Favela Residents, and the construction of a new grammar of access to rights based on this school. The EFCMM was designed to strengthen peripheral trans women and transvestites, especially black women, widening their knowledge and defense resources on issues such as racism and LGBTTIAP+ citizenship. The aim of this work was to reflect on how the methodology developed by the School breaks with legal epistemicide and creates new strategies for access to rights, simultaneously disputing hegemonic narratives. Based on Pajubarian ethics and with cartographic inspiration, the Participatory Action Research method was used to conduct interviews, and narrative analysis was used to interpret the data collected. This research challenged academic and legal formality by proposing a writing that mixed theoretical bases with personal field diary accounts, using unconventional channels of speech enunciation, such as music and photography. It was through my experience with two classes at the Majorie Machi Critical Training School, in Complexo do Alemão and Duque de Caxias, and through getting to know the research subjects, the eleven students in the Duque de Caxias class and the popular educators, that this research was designed. The theoretical lens chosen was the decolonial perspective, favoring Brazilian trans and transvestite authors, alongside the research subjects situated as epistemic protagonists. In the legal field, the law is situated as a tool of the Racial Contract, highlighting the exclusion of the research subjects from its scope of protection. In the end, the transformative and emancipatory potential of the EFCMM's political action was demonstrated through the concrete experiences of the subjects who are central to this work.

Keywords

The Marjorie Marchi School of Critical Education. Conexão G; Peripheral Trans Women. Peripheral Transvestite. LGBTTIAP+ Citizenship. Access to Rights.

SUMÁRIO

O caminho de pesquisa é travado	11
1. Conhecendo o Campo e o Território: A Escola de formação crítica Majorie Marchi	22
1.1 A ética pajubariana e a metodologia de pesquisa	22
1.2 Grupo conexão g de cidadania lgbt para moradores de favelas: <i>“Não G de Gilmara, mas de Gay e também de gente”</i>	36
1.3 A Escola De Formação Crítica Majorie Marchi	41
2. As alunas da Escola Majorie Marchi e o direito: <i>“É muito retetê”</i>	48
2.1 As sujeitas de pesquisa: Aquende, que as travas vão se apresentar	49
2.2 Dialogando com as categorias das sujeitas de pesquisa a partir do feminismo crítico latino-americano	65
2.3 As sujeitas de pesquisa encontram o Direito: As partes não contratantes do contrato racial	79
2.3.1 O atravessamento da ausência de direitos: <i>“a gente vive com medo de chegar nos lugares”</i>	88
3. A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi TRANSformando a gramática de acesso a direitos: <i>“Travesti não é bagunça”</i>	95
3.1 A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e o enfrentamento ao epistemicídio jurídico: <i>“poder pra mim é conhecimento”</i>	96
3.2 A Escola Majorie Marchi e a Representatividade: <i>“Eu quero ser que nem você, eu nunca tinha visto uma professora travesti.”</i>	108
3.3 A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a práxis pajubariana para uma nova gramática de acesso a direitos	118
4. As travas se abrem e novos horizontes <i>transparecem</i>	127
Referências Bibliográficas	131
Anexo 1 – Parecer Comitê de ética	140

Lista de Abreviaturas e siglas

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRA RIO	Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro
CEASM	Centro de estudos e ações solidárias da Maré
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
EFCMM	Escola de Formação Crítica Majorie Marchi
IAP	Investigação-ação-participante
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, pessoas Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e um símbolo de adição como guarda-chuva de outras possíveis identidades de gênero e sexualidades
ONG	Organização não governamental
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Lista de figuras

Figura 1- Christhyane segurando sua bateria

Figura 2- Flavia como cabeleireira

Figura 3- Andreia pegando peso na academia

Figura 4- Taiz no terreiro

Figura 5- Thifany calçando sua sandália

Figura 6- Camila preparando um bolo

Figura 7- Fabiane como cabeleireira

Figura 8- Gleycielle engraxando um sapato

Figura 9- Floribella catando lixo

Figura 10- Bella segurando uma planta

Figura 11- Isabella se alongando para correr

Figura 12 – Inauguração Exposição “Transformar os Olhares sobre nós”

Somos resistência, afeto, luta e esperança

Marielle Franco

O caminho de pesquisa é travado

Xica Manicongo, considerada atualmente a primeira travesti da história do Brasil, fora sequestrada na região do Congo para ser escravizada na Bahia durante o século XVI. Xica se recusava a utilizar o nome masculino que lhe fora imposto e a usar as vestimentas consideradas masculinas para a época. Acusada de sodomia e julgada pelo Tribunal do Santo Ofício, instituição responsável por punir judicialmente crimes de “heresia”, foi condenada à fogueira em praça pública. Tendo que optar pela sobrevivência, Xica morreu internamente para que a cisheteronormatividade branca prevalecesse por trás de seu nome morto¹.

Durante anos sua história ficou escondida pela referência ao seu nome de batismo, sendo somente no século XX que a memória de Xica passou a ser ressignificada e contemplada pelos Movimentos Sociais, dentre eles a Astra-Rio (Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). Fundadora desta ONG, Majorie Marchi, foi uma das principais responsáveis a divulgar o nome de Xica, criando o troféu Xica Manicongo em 2010², o qual reconhece iniciativas voltadas aos direitos humanos e a promoção da cidadania de travestis e pessoas trans*³.

Majorie Marchi é considerada uma das principais ativistas travestis do Movimento LGBTTQIAP+⁴ no Rio de Janeiro, tendo fundado a ONG Astra Rio e coordenado o projeto social Damas, focado na qualificação e empregabilidade das pessoas trans e travestis. Majorie ainda foi responsável por fundar o concurso de beleza Miss T Brasil, o qual foca na construção de uma beleza considerada desejável pelas travestis e mulheres trans e sua consequente politização ao objetivar uma visibilidade positiva dessa população (Lopes Junior, 2017).

¹ Informação disponível em: <https://www.casaum.org/de-xica-manicongo-a-erica-malunguinho-as-mulheres-trans-na-politica/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

² Informação disponível em: <https://www.casaum.org/de-xica-manicongo-a-erica-malunguinho-as-mulheres-trans-na-politica/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

³ O uso do asterisco na expressão trans tem como objetivo abarcar a diversa gama de nomes reivindicados por pessoas trans para definir suas identidades de gênero autodeterminadas, incluindo, por exemplo: mulheres transexuais, mulheres transgêneras, homens transexuais, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias, dentre outros (Nascimento 2021).

⁴ Utilizo neste trabalho a sigla “LGBTTQIAP+” como uma escolha teórico política, destacando a identidade de gênero travesti, bastante marginalizada socialmente, como autônoma da identidade trans, de forma a reforçar sua visibilidade. A sigla significa, portanto, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, pessoas queer, intersexuais, assexuais e um símbolo de adição como guarda-chuva abarcando outras possíveis identidades de gênero e sexualidades (Oliveira, 2022).

O que Majorie e Xica possuem em comum? Ambas são travestis negras e de suma importância para a história brasileira, porém, ainda assim são pouco reconhecidas e visibilizadas diante do sistema⁵ branco cisheteronormativo, o qual insiste em negá-las seu direito à memória. Sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans no mundo e que uma mulher trans ou travesti possui até 32 vezes mais chances de ser assassinada que uma pessoa transmasculina ou não binária (Antra, 2024), a visibilidade e existência de políticas públicas que exaltem a vida de travestis e mulheres trans, sobretudo negras e periféricas é urgente.

Enquanto Majorie, falecida em 2016, fazia questão de ressaltar Xica, Gilmaria Cunha, mulher trans, negra, favelada, fundadora da primeira Organização Não Governamental LGBTQ+ para moradores de favela na América Latina, denominada Conexão G, perpetua o compromisso de tornar viva a vida dessas personalidades que fazem a história do Movimento trans e travesti brasileiro, fundando a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi. O Conexão G foi criado na Nova Holanda, uma das favelas do Complexo da Maré e possui como um dos objetivos permitir que minoriais sexuais e de gênero dentro da favela tenham seus direitos assegurados.

O Conexão G caracteriza-se pelo interesse em lutar contra os preconceitos vividos pelo grupo LGBTQIAP+ de moradores de territórios de favela, tendo em vista que esta é uma das populações mais vulnerabilizadas no Brasil, em razão da ausência e violência do Estado e do racismo e LGBTQIfobia estruturais (Conexão G, 2024). Considerando o impasse do Estado em pensar políticas para estes territórios, bem como a precarização de serviços nestes locais, as favelas foram obrigadas a buscar estratégias próprias de sobrevivência e subsistência, o que torna fundamental a valorização da potência que ali se encontra.

Nesse cenário, o estudo hegemônico do direito se constitui como uma ciência positivista e cartesiana, que homogeneiza povos marginalizados, produzindo um conhecimento que apaga saberes produzidos, por exemplo, dentro das favelas. A partir dessa reflexão, esse trabalho constata a relevância de se pensar novas chaves epistemológicas dentro dos estudos jurídicos. Portanto, busco refletir como uma

⁵ Cumpro ressaltar a escolha do termo “sistema” nesta pesquisa, cunhado por ativistas trans, para ressaltar a cisgeneridade e cisheteronormatividade como características essenciais dos sistemas de poder, determinando que corpos podem ocupar certos espaços. Consequentemente, sempre que os conceitos e vivências que apresentarei neste trabalho forem pensados a partir do que é essa centralidade na experiência cis e como ela é responsável pela distribuição das violências na estruturação do direito, utilizarei o prefixo “cis” (Vergueiro, 2015; Nascimento, 2021; Bagagli, 2014).

Escola de Formação Crítica, fruto de mulheres trans e travestis, em sua maioria negras e faveladas, pensado para elas, com o objetivo de capacitá-las no enfrentamento ao racismo e em seus direitos à cidadania, torna-se um exemplo de pedagogia contra-hegemônica em direitos, possibilitando uma nova gramática de acesso à direitos.

Importante sublinhar que essa dissertação se insere dentro do projeto internacional Capes DAAD-Probal Puc-Rio e Humboldt University, denominado Esferas da Cidadania, coordenado pela professora Bethânia Assy, o qual visa repensar o direito através da aproximação com Movimentos Sociais do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, ao me aproximar do coletivo Conexão G para moradores LGBTTIAP de favela, escolhi trabalhar com a Escola de Formação Crítica Majorie Machi, por acreditar que a educação é o local capaz de plantar sementes para modificar a forma como as políticas públicas e o direito é pensado e estruturado.

Atualmente a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, fruto do Conexão G, possui duas incidências, em âmbito estadual, no Rio de Janeiro, e em âmbito nacional, compondo a EFCMM itinerante, a qual passará por todos os estados do Brasil com os mesmos objetivos de enfrentamento ao racismo e promoção da cidadania de mulheres trans e travestis. Ressalvo que a EFCMM fruto deste trabalho e a qual pude acompanhar durante dois meses é a EFCMM que atua apenas no âmbito do Rio de Janeiro, não sendo meu objetivo me aprofundar quanto à atuação da EFCMM itinerante.

Portanto, as ideias aqui apresentadas restringem-se à minha experiência ao acompanhar a turma da EFCMM do Complexo do Alemão e a turma de Duque de Caxias, tendo realizado entrevistas com as alunas desta última turma e com as educadoras populares da Escola do Rio de Janeiro, Nlaysia Luciano, e da Escola Itinerante, Larissa Soares, as quais serão apresentadas no capítulo 3. Enquanto acompanhava a EFCMM do Rio de Janeiro, a educadora popular que protagonizou e pensou a metodologia das turmas que frequentei foi Nlaysia Luciano, e por isso a escolha metodológica foi fornecer a ela maior destaque nesta pesquisa, sem desmerecer o protagonismo do restante da equipe.

Assim, questiono como a experiência da EFCMM permite refletir sobre estratégias de acesso à direitos que contemplem mulheres transvestigêneres⁶ periféricas com uma gramática criada por elas e para elas⁷. Utilizo neste trabalho a expressão gramática às vezes no sentido mais amplo, de uma inteligibilidade que permite acessar direitos e políticas públicas e, às vezes, no sentido da língua, como modo de repensar a linguagem utilizada pela EFCMM. Ao me aprofundar na reflexão e ação crítica como modo de atuar no mundo via uma ética e linguagem pajubariana, utilizo o conceito de práxis pajubariana, aprofundado no último capítulo, para resumir a criação dessa nova gramática protagonizada pela EFCMM.

Preocupada com a dimensão da linguagem que também é empregada neste trabalho, opto politicamente por utilizar o termo "direito" com letra minúscula ao longo do texto como forma de resistência à tradição sociocultural de supervalorização das estruturas do estado, poderes e institucionalidades jurídicas em detrimento da sociedade (usualmente iniciado com letra minúscula). Em paralelo, Movimentos Sociais encontra-se em maiúscula, assim como o termo Escola ao se referir à Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, como escolhas político-metodologias de valorização dessas instâncias enquanto produtoras de saber.

Considerando que a gramática hegemônica representa uma maneira de leitura do sujeito de direitos como pertencente somente a certos corpos, um dos objetivos dessa dissertação é justamente a ressignificação e disputa de narrativas acerca das sujeitas dessa pesquisa, tendo ciência da necessidade simultânea de rupturas não instrumentalizáveis pelo sistema. Por isso é fundamental a formação gradual de novas ontologias, coletivizações e trocas em busca de um outro mundo possível (Mello, 2022).

Apesar da violência que é imposta cotidianamente sobre os corpos das alunas da EFCMM, nascidas em diferentes favelas e periferias do Rio de Janeiro, demonstro a importante articulação e senso crítico que elas exercem, produzindo ferramentas

⁶ O termo "transvestigênera" une em uma única palavra as identificações trans, travesti e transgênero, tendo sido cunhado por Indianare Siqueira e Érika Hilton. Segundo Érika: "*Quando cunhamos transvestigênera, além de ser uma nomenclatura de nós, trans, para nós mesmas, estamos incluindo todas as pessoas que não são cis — travestis, mulheres trans, homens trans, não binários, gênero fluido etc*". Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/05/por-que-mulheres-trans-preferem-se-apresentar-como-travestis.htm>. Acesso em: 14 de nov. 2023.

⁷ Ressalva-se que essa dissertação se restringe ao acesso à direitos somente de mulheres trans e travestis periféricas dentro da sigla LGBTTQIAP+ por este ser o público da EFCMM, objeto desta dissertação, o que não significa que outras pessoas trans* periféricas não tenham dificuldades no acesso à direitos.

capazes de repensar a forma de acessar direitos e incidir politicamente. Portanto, essas são páginas que visam fortalecer a ação política e educacional que a equipe e as alunas que contribuíram com este trabalho realizam através da Escola de Formação Crítica Majorie Machi.

Ao começar essa pesquisa, me vejo capturada por uma reflexão das primeiras aulas da eletiva de raça e gênero que cursei no mestrado, que dizia respeito ao questionamento realizado por Gayatri Spivak (2003) em “Pode o subalterno falar?”. De acordo com Spivak, o silenciamento das vozes subalternas se configura como um dos grandes responsáveis pela imprecisão e apagamento de fatos ao longo da história relacionados aos sujeitos racial e sexualmente não hegemônicos. Com base na pergunta de Spivak, Mombaça questiona “O que ocorre quando umx subalternx fala?” (2015, p. 7), destacando que o sujeito subalterno não pode ser lido ou escutado por um saber dominante. Nas palavras de Mombaça:

Em lugar da pergunta sobre se pode ou não o subalterno falar, invoco outra: que ocorre quando umx subalternx fala? Desse modo, procuro relocalizar uma crise que tem, por muito tempo, servido para despotencializar a nós, sujeitxs fora das gramáticas da produção de saber. Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças. Assim é que, no limite mesmo da minha pergunta, insinua-se ainda outra: pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (2015, p. 7).

Mombaça ilustra essa reflexão através da vídeo-palestra de Pedro Costa em que seu ânus funciona como uma boca que elabora enunciados. Pedro “contamina o espaço de enunciação hegemônica com seu pensamento anal” (Mombaça, 2015, p.15), representando uma contranorma dos discursos científicos acadêmicos, fazendo falar um corpo que foge à gramática normativa, que está fora do regime compulsório sexo-gênero, traçando formas de fuga à máquina de controle de corpos. Nesse sentido, essa pesquisa representa um esforço no âmbito do saber dominante da academia de ouvir as pessoas que aqui se anunciam, utilizando canais às vezes pouco convencionais de enunciação da fala, como pelo corpo, pela arte, pela literatura, trapaceando com a cisnormatividade da linguagem colonial.

Considerando tais indagações, essa dissertação não possui o intuito de dar voz ou falar pelas sujeitas⁸ que aqui aparecem, nem tampouco o intuito de as

⁸ Utilizo a expressão “sujeitas” no feminino como modo de desafiar politicamente a redução ao gênero masculino presente na língua portuguesa desse termo, demarcando a identidade feminina das pessoas que aparecem na pesquisa (Kilomba, 2019).

homogeneizar, mas sim de amplificar os canais de acesso aos seus conhecimentos e permitir que o mundo jurídico e acadêmico seja atravessado por elas de alguma forma, abrindo seus ouvidos ao que elas têm a dizer. Sob essa ótica, acredito que a branquitude cisgênera que compõe a massa de juristas e bacharéis em direito, na qual eu me incluo, tem muito a aprender com as reflexões e experiências das mulheres trans* e travestis aqui apresentadas que só de existirem nesse sistema mundo⁹, denunciam a cisheteronormatividade presente nos dispositivos de poder que compõem a sociedade.

Como forma de assumir a perspectiva de onde parto e desafiar a formalidade da academia e do direito, proponho uma escrita que misture as bases teóricas que escolhi para interpretar o universo que se apresentou durante esse processo, junto com meus relatos pessoais impressos no diário de campo. Consequentemente, viso aproximar os leitores da minha percepção dos fatos que me aconteciam enquanto refletia sobre o impacto deles neste trabalho. Acredito que ao entrelaçar meus manuscritos com a teoria utilizada me aproximo do compromisso de implicação com o saber que produzo, aproximando os leitores da realidade que vivenciei.

Dessa maneira, fujo da neutralidade científica, mas mantenho a responsabilidade de demonstrar de onde parto para chegar às minhas reflexões e aos resultados da pesquisa, os trazendo comigo no caminho que me levou aos dados aqui apresentados. Ao relatar o processo de construção do conhecimento, também busco demonstrar formas sensíveis de pesquisa e compartilhamento de experiências que merecem ser visibilizadas e ouvidas, mesmo que traduzidas inevitavelmente por mim, sem perder o rigor e o compromisso ético com uma metodologia de análise.

A experiência traduzida nessas páginas é como um saber-fazer, um saber que emerge do fazer. Por meio das minhas idas ao Complexo da Maré, ao Complexo do Alemão e a Duque de Caxias, e do conhecimento e aproximação com as pessoas que ali se apresentavam é que foi possível descobrir os caminhos que essa pesquisa iria percorrer.

Com base nas inspirações cartográficas (Deleuze; Guattari, 1995), busco acompanhar um processo, e não representar um objeto, traçando o caminho de pesquisa sem determinações de antemão dadas, porém sendo guiada pelo método da

⁹ A expressão “sistema-mundo” refere-se ao conceito de “sistema-mundo” de Immanuel Wallerstein, significando que o colonialismo moderno se transformou em colonialidade global, na qual a Europa se constrói tendo a América como referência periférica (Wallerstein, 1974a)

IAP e pelas pistas da cartografia. Sou acompanhada pela lente ético-política que analisa os efeitos da experiência do conhecer e do pesquisar para a partir do que encontrei, orientar o processo de criação. Unido ao método da IAP e às pistas cartográficas, utilizo a análise de narrativa como ferramenta que me auxilia na análise dos dados realizados ao longo das entrevistas.

Sendo acompanhada por essas pistas e pelo método da IAP, essa pesquisa se iniciou a partir do meu ingresso no projeto já referenciado Esferas da Cidadania. A escolha por este Movimento Social se dá pela minha proximidade com a temática dos direitos LGBTTQIAP+ e pelo interesse nos projetos criados pelo coletivo. Conseqüentemente, ao trabalhar com este coletivo, tive o privilégio de conhecer Gilmara Cunha. Liderado pela professora Thula Pires e dois colegas da pós-graduação, Luisa e Adalberto, realizamos uma série de entrevistas com Gilmara, em que cada vez mais eu me via intrigada com as lutas travadas por corpos transvestigêneres moradores de favela na reivindicação de direitos.

Simultaneamente a essa experiência, cursei duas disciplinas que me marcaram muito, a primeira uma eletiva sobre raça e gênero na PUC-Rio, ministrada pelas professoras Thula Pires e Márcia Nina Bernardes; e uma matéria sobre teoria crítica da raça coordenada pela Bethânia Assy, na UERJ. Ambos os encontros me fizeram refletir sobre o epistemicídio realizado pela universidade e pelo colonialismo jurídico¹⁰, despertando um desejo de disputar a gramática de acesso à direitos a partir da realidade de pessoas que estão na margem da sociedade e são diretamente impactadas pela violência do sistema legal.

Através dos autores que tive a oportunidade de conhecer nessas disciplinas, em sua maioria autoras negras latino-americanas, resolvi adotar a lente decolonial no trabalho que escreveria, compreendendo a necessidade e a relevância de historicizar o direito e as estruturas de poder e saber a partir da colonialidade¹¹. Ao mesmo tempo, pretendo criticar o eixo teórico que toma o paradigma civilizatório e epistêmico como

¹⁰ Ao abordar o colonialismo jurídico, Thula Pires (2019) refere-se à consolidação do capitalismo e suas dinâmicas de poder oriundas das reconfigurações da ordem, dos territórios e da produção, tendo o direito como ferramenta que permitiu o bom funcionamento do empreendimento colonial, incluindo as opressões necessárias a perpetuação desse sistema.

¹¹ De acordo com Aníbal Quijano (1991), o colonialismo compreende uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os povos colonizados, o que abrange todos os continentes, caracterizando-se, portanto, como um fenômeno histórico. Já a colonialidade se refere à compreensão de que o término dos empreendimentos coloniais não significou o fim da dominação colonial. A colonialidade, nesse sentido, conforme Quijano, é uma espécie de continuação desta dominação, mesmo após superado o pacto colonial.

única matriz de pensamento válida, com auxílio do pensamento de intelectuais latino-americanas, transfeministas e da teoria crítica da raça como as melhores companhias para interpretar o que a pesquisa me mostra.

Com a ajuda desses autores e artistas, questiono o paradigma colonial do saber e do aparato jurídico, situando a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi como uma proposta emancipadora de conhecimento. Por meio de uma metodologia que visa valorizar as experiências sobretudo do sul global e de diferentes territórios de favela e periferia, nega-se os binarismos do pensamento hegemônico, que tem a modernidade e a racionalidade como “experiências e produtos exclusivamente europeus” (Quijano, 2005, p. 111), além de enfrentar o corpo colonizado compreendido como destituído de agência, subjetividade e voz (hooks, 1995).

Ao me aproximar dos Movimentos Sociais, também descubro a relevância de priorizar lentes epistemológicas que melhor dialogam com as realidades das sujeitas de pesquisa. Desse modo, realizo certas escolhas epistêmicas menos convencionais ao priorizar autoras trans* e travestis brasileiras ao trabalhar com gênero e sexualidade ao invés de autoras do Norte como Judith Butler por exemplo¹².

Imprescindível afirmar que as sujeitas dessa pesquisa integrantes da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi também são apresentadas como produtoras de conhecimento e protagonistas epistêmicas. De acordo com Assy (2023), a produção de conhecimento de sujeitos que lutam contra a precarização e a vulnerabilidade costuma ser referenciada como práticas sociais ao invés de teoria. A suspeita de Assy (2023) é que há uma tendência da academia em não compreender seriamente o protagonismo ético-epistêmico-político desses sujeitos a quem é atribuída vulnerabilidade. Sob esse prisma, esse trabalho vislumbra a experiência real e concreta das sujeitas dessa pesquisa como referência ética, epistêmica e política.

Segundo a lógica de pensamento hegemônico, o direito como ensinado na academia e reproduzido nas instituições jurídicas desconsidera a produção de conhecimento dos sujeitos referidos acima, assim como indivíduos merecedores de proteção legal, o que o torna incapaz de produzir emancipação para estes corpos e experiências. A partir dessa reflexão, esse trabalho constata a relevância de se pensar

¹²Isso não significa que rechaço a extrema relevância das obras da autora, reverenciada por muitas das intelectuais que privilégio neste trabalho, as quais bebem da teoria butleriana ou que nego a credibilidade de toda teoria do eixo Norte Americano e Europeu. Meu intuito, na verdade é a priorização de uma bibliografia que melhor se adeque as vivências raciais e territoriais de uma mulher trans ou travesti negra brasileira e periférica.

novas chaves epistemológicas dentro dos estudos jurídicos que contemplem um direito capaz de abarcar sujeitos sumariamente excluídos de sua teoria e prática.

Quanto à estrutura do trabalho, o primeiro capítulo possui como foco no ponto 1.1 me aprofundar na construção da base metodológica da dissertação conforme o início o trabalho de campo, os diferentes territórios que acompanhei, e como as escolhas metodológicas se entrecruzam com os espaços e corporalidades que me foram atravessados. No ponto 2.2 apresento o Conexão G e sua fundadora Gilmará Cunha como norteadores das bases da EFCMM, de modo a contextualizar a origem da EFCMM. Já, ao finalizar o primeiro capítulo, no tópico 1.3, descrevo e apresento a EFCMM, sua metodologia e as interações com as turmas que acompanhei.

Após ter apresentado e aprofundado a metodologia da EFCMM, no segundo capítulo, o foco é nas principais sujeitas de pesquisa desse trabalho, as alunas da EFCMM, e suas relações com o campo jurídico. Portanto, no ponto 2.1 apresento as 11 alunas da EFCMM da turma de Duque de Caxias que me concederam entrevistas com uma foto tirada pela educadora Nlaysia, algumas das quais participei, para a exposição que elas criaram e que será formulada ao longo do trabalho.

No ponto 2.2, a partir de quem são e como se apresentam, debato o sistema de sexo/gênero e as categorias de mulher, cisgeneridade, transgeneridade e o termo travesti, sistematizando e disputando essas lentes de entendimento sob o olhar imbricado da raça e do território. As categorias aqui analisadas assim o são na medida em que se tornam potentes para produzirem resistência, muito mais do que uma preocupação com a definição estanque sustentada pela normatividade e academicismo.

Ademais, não se trata da análise de uma soma ou acumulação de marcadores sociais, mas parto da compreensão de como diferentes violências atravessaram historicamente nosso território desde o colonialismo e se imbricam com as sujeitas de pesquisa, que não tiveram privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade (Curiel, 2014b).

No ponto 2.3, a partir de um olhar decolonial, racial e histórico dos marcadores que atravessam as sujeitas dessa pesquisa, contextualizo o direito com a teoria do contrato racial, formulado por Charles Mills (2023), de modo a compreender como a estrutura jurídica foi montada para excluir sujeitas como as alunas da EFCMM. Sob esse prisma, ao aproximar as sujeitas de pesquisa, partes excluídas do contrato racial, com o direito que é alicerce desse contrato, reflito a necessidade de um direito

pensado pela e para a *zona do não ser* com o auxílio das reflexões da professora Thula Pires. No subtópico 2.3.1, sistematizo os principais direitos que se fazem ausentes no cotidiano das alunas entrevistadas, tornando concreta suas experiências com o mundo jurídico.

O último capítulo dessa pesquisa enfoca nas estratégias de subversão da gramática de acesso à direitos e do contrato racial pela EFCMM ao (i) enfrentar o epistemicídio jurídico e a epistemologia invertida do contrato racial por meio do protagonismo epistêmico de suas alunas e equipe; (ii) ressignificar o termo travesti e a representatividade dessa identidade política e (iii) estimular a promoção de políticas públicas, projetos de lei e produção de dados a partir da autoinscrição de mulheres transvestigêneres periféricas e faveladas.

Assim, no tópico 3.1, aprofundo a dimensão epistemológica do contrato racial e da EFCMM ao abordar o epistemicídio, suas raízes raciais e sexistas, como o direito o provoca, principalmente ao excluir mulheres trans e travestis da zona de conhecimento jurídico, e as propostas criadas pela EFCMM para reverter o apagamento de sua população no campo de produção de saber.

Já no tópico 3.2 apresento a educadora popular da EFCMM do Rio de Janeiro, Nlaysia Luciano, e a educadora popular da EFCMM itinerante, Larissa Soares, como símbolos de representatividade travesti no campo de produção de saber. Por meio de suas apresentações, reflito sobre como a EFCMM é capaz de ressignificar a imagem da travesti, valorizando suas transcestralidades¹³.

Também abordo neste tópico questões sobre a violência epistêmica materializada pela ausência de travestis, principalmente negras e periféricas, em locais de tomada de decisão. Assim, exponho a ausência de mulheres trans e travestis no campo institucional jurídico, embora reconheça os avanços na representatividade política, reivindicando uma ideia de representatividade associada à justiça social. Nesse panorama, analiso como a EFCMM através da representatividade e valorização da vida e presença de mulheres trans e travestis subverte o preconceito que algumas alunas e a própria sociedade têm de seus corpos, às possibilitando ocuparem outros espaços.

¹³ Expressão utilizada pelo movimento de pessoas trans* e travestis referente à memória ancestral dos integrantes dessa comunidade e que denuncia as limitações da visão cis ocidental branca de ancestralidade.

Por último, no tópico 3.3, pondero sobre a construção de uma nova leitura da gramática de acesso a direitos mediante uma educação emancipadora protagonizada pela EFCMM que se serve do vocabulário pajubá e das raízes freirianas, o que chamo de práxis pajubariana, para construir agentes de transformação em seus territórios e pleitearem políticas públicas e projetos de leis nos seus próprios termos. Nesse momento, apresento dados do o 1º Dossiê Anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas (2024), coordenado pelo Conexão G, como uma das políticas que estão interligadas à EFCMM.

Nas considerações finais reflito sobre os principais achados deste trabalho intercalados com trechos do meu diário de campo que ilustram o lançamento da Exposição TransFormar os olhares sobre nós, ação de exigibilidade da turma da EFCMM de Duque de Caxias e a qual tive a honra de acompanhar de perto.

1

Conhecendo o Campo e o Território: A Escola de formação crítica Majorie Marchi

Uma dimensão muito relevante nesta dissertação foi o trabalho de campo empreendido, sendo essas páginas atravessadas pelos territórios do Complexo de favelas da Maré, pelo Complexo do Alemão, por Duque de Caxias, pelo Centro do Rio de Janeiro e pela Gávea, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Considerando os diversos espaços e corporalidades entrecruzadas, este capítulo inicia-se com a metodologia que foi tecida ao longo desta estrada para unir a dimensão da experiência à teoria.

Logo, no tópico 1.1 descrevo o início do trabalho de campo e a construção da metodologia desenvolvida durante a minha troca com a Escola e os diferentes territórios que acompanhei. Em seguida, no tópico 1.2, apresento o Conexão G, ONG para moradores LGBTTIAP+ de favela, com sede no Complexo de favelas da Maré, na Nova Holanda e sua fundadora, Gilmara Cunha, tendo em vista que a EFCMM é um dos projetos pensados por essa instituição de suma relevância para a população transvestigênera favelada brasileira.

Por último, no tópico 1.3 descrevo a EFCMM, sua metodologia e como foi minha aproximação com as turmas que acompanhei. Neste momento, utilizo hiperlinks que direcionam às imagens postadas na rede social do Conexão G, o que permite a visualização das atividades descritas e vivenciadas pela EFCMM, de modo a tornar esta narrativa palpável e dinâmica com o texto que se apresenta.

1.1

A ética pajubariana e a metodologia de pesquisa

*Pleitear a ética do pajubá consiste em macular a neutralidade cisgênera.
Ela representa uma postura que não dá ekês,
ou seja, que não se ausenta,
pois é uma espectadora assídua desde o processo de elaboração de uma pergunta de
pesquisa até a análise dos dados, escrita, defesa, enfim.
Pajubar uma ética é um movimento que indica o corpo ao exame,
mas que também se vale das alianças para profusão de conhecimentos.*

Sofia Favero, *Por uma ética pajubariana*

Neste capítulo, pretendo contar como a metodologia deste trabalho foi construída ao longo do processo da pesquisa realizada. O primeiro ano do mestrado na PUC-Rio me gerou diversas inquietações acerca do meu lugar como pesquisadora

e do papel epistemológico da pesquisa quando produzimos nossos trabalhos dentro da academia, um espaço marcado por hierarquias, vieses e exclusões, em que pesem os esforços de reflexão crítica que buscam transformar esse campo privilegiado (literalmente) de produção do conhecimento. Em particular, ao trabalhar diretamente com um movimento de mulheres trans e travestis, em sua maioria negras e faveladas, penso que as implicações éticas dessa pesquisa deveriam ser priorizadas, estabelecendo-se, desde o princípio, um compromisso com formas de saber que enfrentem o epistemicídio comumente cometido na universidade.

Tendo isso em vista, as linhas aqui tecidas buscaram se basear em uma ética pajubariana de criação (Favero, 2019). Pajubar a ética significa modificar o modo de fazer perguntas, de se relacionar com a travestilidade. Não é algo que opere no plano superficial, abstrato, mas sim na construção de relações de consciência a respeito da repercussão da transfobia na rotina das pessoas trans para que se reconheça que certas experiências apenas as travestis terão acesso, ou que somente a elas serão dirigidas (Favero, 2019). Segundo Favero:

Travestilizar a ética. Pajubar a ética [...]. Tais processos metodológicos convocam quem pesquisa para que fale sobre as margens, visibilize os agenciamentos da violência, que sejam admitidas as intelectualidades das pistas, dos sites e das pensões. São processos que demandam que as epistemologias da navalha, do picumã e do xuxu sejam constatadas, que se exponham as tradições diagnósticas, noções de adoecimento e bem estar, que sejam reconhecidas as cosmologias da travestilidade como esquemas específicos de apreensão do mundo. [...] o que se aspira é justamente a perturbação desse modelo de ciência hegemônica e apática. (2020, p.18).

Dentro dessa ideia, as relações ao longo da pesquisa são centrais para a condução do estudo, não bastando eu me identificar como uma mulher cis, branca, bissexual, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro. Mais do que isso, é preciso compreender como esses marcadores são articulados com o processo metodológico da pesquisa e muitas vezes produtores de violência. Não se utiliza os marcadores somente para informar quais são os traços identitários de quem escreve e com quem se articula, sendo também um dado de análise que interfere diretamente no estudo e uma lente de observação.

Tendo em vista que os marcadores sociais fazem parte de uma ordem política e não só de um processo subjetivo, as minhas interações em campo são influenciadas e alteradas por essa ordem. Nesse sentido, busco compreender ao longo desta análise como a minha presença foi redefinida e requalificada a cada nova interação, em espaços e situações como a sala de aula, as casas de algumas alunas, seus locais de

trabalho e as voltas de metrô. Todos esses (re)encontros foram modificando nossas interações e o próprio olhar para os marcadores sociais que nos constituem. O objetivo nesse percurso é “saber com” e não um “saber sobre”, aprendendo com os eventos à medida que os acompanhava e reconhecia suas singularidades e subjetividades (Alvarez; Passos, 2009).

Cumprir informar que ao perguntar a todas as sujeitas dessa pesquisa entrevistadas como elas gostariam de serem chamadas neste trabalho, se pelo nome verdadeiro ou por um pseudônimo, esmiuçando os riscos de segurança em possível publicização, todas me informaram preferir o uso de seus nomes reais. Conseqüentemente, apenas utilizo pseudônimos ou nomeio de forma genérica as pessoas subjacentes à pesquisa, as quais não consegui realizar a pergunta e não foram entrevistadas por mim.

No caso de pessoas trans* e travestis é importante observar a relevância que o nome próprio com o qual se identificam e se reconhecem adquire em suas vidas, demarcando um reconhecimento político e respeito às suas narrativas. Nesse sentido, a assunção da identidade real das sujeitas de pesquisa demarca uma luta pela autodeterminação e valorização de seu nome social. Conseqüentemente, os trechos em que elas aparecem foram transcritos mediante ciência prévia e aprovação posterior da forma como foram apresentadas e contextualizadas no trabalho, com a devida cautela acerca dos riscos implicados.

Quanto à metodologia empregada nesta dissertação, para além do referencial da ética pajubariana, me baseei na pesquisa-militante através das contribuições do colombiano Orlando Fals Borda com inspirações do método cartográfico, sendo orientada para uma ação transformadora que visou unir a teoria à praxis, a partir da aproximação com as lutas populares (Versiani; Jaumont, 2016). Segundo Fals Borda, “o conhecimento pelo conhecimento” não é suficiente, sendo necessária uma proposta metodológica concreta, cujo método foi denominado de Investigação Ação Participante (IAP), vinculando a mobilização do pesquisador próximo às classes subalternas sob o intuito de descolonização das ciências sociais (Maldonado; Bringel, 2016).

Conseqüentemente, o método da IAP baseia-se na construção do conhecimento via uma aproximação com o campo, em que o pesquisador não é quem detém o saber e o estende ao povo, mas sim constrói, em diversos momentos e de diferentes modos, com os sujeitos de pesquisa, os quais também se constituem como produtores de

conhecimento (Maldonado; Bringel, 2016). No entanto, a proposta de Fals Borda não deve ser lida como um método fechado, pois a IAP é dinâmica, rigorosa e deve ser (re)construída rotineiramente pelo próprio pesquisador-militante diante das contingências que surgem durante a pesquisa.

A dimensão (i) da investigação se refere à aproximação inicial do pesquisador com o campo e a necessidade de se voltar para a história daquele território a partir de seus integrantes, registrando seus pontos de vista e saberes. Logo, esse conhecimento inicial deve se atentar ao estudo da realidade local, compreendendo as demandas e avaliando os possíveis conflitos existentes (Renaud; Sanchez, 2015). Nessa dissertação, essa etapa se apresenta nos próximos dois itens deste capítulo 1, no qual realizo um relato acerca da história do Conexão G dentro do Complexo de Favelas da Maré entrelaçado com a história de vida de sua fundadora e do território. Em seguida apresento a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi (EFCMM) como um projeto contra-hegemônico de ensino através de sua metodologia, demonstrando como foi feita a investigação, inserção e descoberta da Escola.

Quanto à (ii) dimensão da ação, ela significa a análise das informações obtidas após a investigação do território habitado com o intuito de apreensão das pistas que ali se apresentam e do contato com os saberes locais. Sob esse prisma, são pensadas formas de “devolução” dos ensinamentos trocados com os sujeitos da pesquisa, considerando os resultados encontrados no processo de investigação, de modo que eles também sejam beneficiados com o conhecimento produzido (Borda, 1981). Assim, ao longo da construção deste estudo, busquei ouvir as alunas e a equipe do Conexão G de forma a criar um trabalho que amplie as suas demandas por direitos e some forças em suas lutas diárias, aproximando o campo jurídico de suas realidades. Unido a isso, espero que os dados aqui apresentados contribuam com futuros relatórios que serão produzidos pela EFCMM.

Por fim, a (iii) dimensão da participação significa o laço horizontal diante de quem realiza a pesquisa e quem encontra-se inserido em seu contexto, através de contatos contínuos e permanentes entre o pesquisador-militante e a militância/coletivo/organizações, envolvendo a comunidade nas diferentes fases do trabalho (Renaud; Sánchez, 2015). Nesta dissertação, a minha participação é averiguada através da minha inserção inicial na Organização Conexão G como auxiliar na edição de um livro sobre sua fundadora e principalmente no acompanhamento como pesquisadora parceira da Escola de Formação Crítica

Majorie Marchi, me envolvendo e participando das atividades propostas pela Escola, criando vínculos os quais pretendo levar para minha vida. Além disso, todas sujeitas dessa pesquisa receberam devolutivas do encaminhamento do trabalho até o resultado final.

Com base nos ensinamentos da pesquisa-militante e embasada nos escritos de Lélia Gonzalez (1988a,1988b) e Ochy Curiel (2014a), compreendo que a divisão entre prática política e produção acadêmica constitui uma herança eurocêntrica, sendo impossível a produção de um saber neutro e universal. Sob esse prisma, entendo que as práticas e experiências vivenciadas durante a produção dessa dissertação devem reorientar as narrativas acadêmicas e jurídicas, destacando o protagonismo de mulheres trans e travestis periféricas, em sua maioria negras, na luta por uma gramática de acesso à direitos que as escute e alcance.

Visando cumprir essa proposta, as vozes que ecoaram ao longo dessa pesquisa são variadas, sendo impossível enquadrá-las em meras categorias, possuindo, cada uma delas, diferentes histórias de vida, interesses e opiniões sobre o que significa ser uma mulher trans ou travesti negra e periférica no Brasil. De forma a captar as demandas de cada uma dessas sujeitas que contribuem ativamente para a escrita dos próximos capítulos, busco uma aproximação cautelosa por meio de uma escuta ética, permitindo a abertura de uma atenção flutuante, apreendendo os movimentos dos territórios (Alvarez; Passos, 2009, p. 147).

Nesse sentido, conhecer a realidade que se apresenta é acompanhar seu processo de constituição, o que só acontece no plano da experiência. Dar conta do caminho de constituição de dado objeto corresponde a caminhar com ele, constituir o próprio caminho, constituir-me no caminho (Passos; Barros, 2009). Dessa forma, não se buscou um caminho linear para se atingir um fim, explorando cuidadosamente o que me afetava sem produzir compreensão ou alguma interpretação imediata (Kastrup, 2009).

No trabalho do cartógrafo, o objetivo é cartografar um território que, a princípio, não se habitava. Assim, não corresponde a transitar numa cidade conhecida, mas sim de produzir conhecimento ao longo de um processo de pesquisa, o que requer a atenção e, com ela, a própria constituição do território de observação (Kastrup, 2009). Me aproximo do campo como estrangeira em um território desconhecido, permitindo que ele vá sendo criado através dos olhares, escutas, sensibilidade dos odores, gestos e sons que encontro.

Com essas ideias em mente, descobri um projeto educacional criado pelo Conexão G com o objetivo de capacitar mulheres trans e travestis moradoras de favela e periferia, em sua maioria negras, sobre pautas como cidadania e racismo, para que elas se tornassem articuladoras territoriais, fomentando políticas públicas para sua comunidade. Esse projeto se chama Escola de Formação Crítica Majorie Marchi. Ao descobri-lo, ele iria para sua quarta turma, no Complexo do Alemão, já tendo sido realizado na Maré, Rocinha e Cidade de Deus.

Com muita vontade de participar das próximas turmas e com o intuito de compreender como aquele projeto estava impactando a vida de suas alunas, aparentando uma forma completamente inovadora de produção de conhecimento, pedi a Gilmara que eu acompanhasse a nova turma no Complexo do Alemão. Inicialmente combinamos que eu poderia acompanhar até três aulas, pois a metodologia da escola era fechada e não era possível publicizá-la para outras pessoas, porém após aprofundar a relação com a equipe da EFCMM, foi possível acompanhar o resto das aulas.

Aprender com essa experiência da Escola requereu habitar de forma aberta territórios que se avizinham, deixando-me impregnar por eles, não só territórios circunscritos à dimensão da sala de aula, mas também à casa de uma aluna, à academia de ginástica em que uma delas trabalha, um museu no Centro do Rio de Janeiro ou até mesmo o compartilhamento de uma viagem de metrô. Seguindo algumas pistas da cartografia, construo o conhecimento fruto dessa pesquisa com elas e não sobre elas, me permitindo ser encontrada pelo acontecimento.

O aprendiz-cartógrafo começa seu processo de introdução no território com o que se chama de receptividade afetiva, o que difere da passividade (Alvarez; Passos, 2009). Na receptividade afetiva, termos como sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, teoria e prática, são inseparáveis, se conectando para a formação de um campo problemático (Alvarez; Passos, 2009). Aberto à experiência de encontro com o que o território irá lhe mostrar, o aprendiz-cartógrafo possui uma postura ativa ao se lançar em uma prática que vai adquirindo consistência com o tempo, assinalando a relevância de seguir cultivando algo.

Como o caminho da pesquisa vai se fazendo no processo, o adentrar nos territórios das turmas que acompanhei não podiam ser iniciados com um problema de pesquisa fechado, sabendo a priori o que se buscava e com conceitos pré-estabelecidos de como seria aquela experiência. Por isso a importância de adotar uma

atitude curiosa, ao contrário de passiva, compreendendo que “o campo territorial não tem a identidade de suas certezas” (Alvarez; Passos, 2009, p. 138).

Ao final da turma no Complexo do Alemão, foram 8 aulas durante um mês, com as aulas ministradas às terças e quintas, das 13h às 17h, na qual não compareci somente a uma. Como ainda estava conhecendo o campo e me ambientando, apenas registrava em diário de campo o que vivenciava e tecia algumas anotações no decorrer das aulas, transitando entre o papel de pesquisadora, aluna e advogada. Me apresentei no primeiro dia de aula explicando que estava ali como pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em direito da PUC-Rio, falei sobre a minha pesquisa e os registros que seriam feitos.

Criando intimidade com as alunas, às vezes na volta caminhava com alguma delas até o metrô e de lá seguia para a Zona Sul. Gostava desse momento no metrô, pois era quando conhecia mais de perto uma delas ou podia escrever com calma sobre o que estava vivenciando. Uma vez voltei com uma aluna que me contou sobre a chacina do Jacarezinho. Invadiram a sua casa, bateram em sua cara, puxaram seu cabelo. Disse que tinham órgãos humanos no chão da favela, um intestino, filhos assassinados na frente das mães, partidos ao meio. “*Só não mataram mais gente, pois a galera de direitos humanos chegou antes e aí os meninos foram presos*”.

Essa referência “*galera de direitos humanos*” ecoou na minha cabeça até chegar em casa. Esse relato de uma violência brutal era a constatação de como os direitos humanos que aprendi durante minha graduação na UERJ e impresso nos livros jurídicos só traduzia os direitos de quem era tratado e visto como humano de fato, sendo necessário que representantes desses tais direitos humanos se fizessem literalmente presentes para que as condições habituais do *modus operandi* estatal dentro da favela fossem interrompidas, ou seja, o genocídio de jovens negros.

Essa conversa no metrô foi um exemplo de como as categorias analíticas do campo iam aparecendo pra mim enquanto eu cartografava aquela experiência. Me refiro não só à conversa, mas à vivência em si. Nesse dia que voltamos de metrô, essa aluna tinha ido à aula com um vestido bem curto rosa néon e colado e uma pequena faca presa em seu decote para proteção. Porém, na hora de irmos embora ela apareceu vestindo uma blusa de futebol e uma calça, aparentando ser outra pessoa. Me disse que na aula anterior, em que estava com uma saia curta brilhosa, tinha sido alvo de um caco de vidro de um homem no ônibus quando saía do Alemão, então preferia cobrir seu corpo para se proteger.

Seguimos as duas juntas até a Estação de Inhaúma, percebendo alguns olhares curiosos para nós, na entrada do vagão feminino e ao longo da viagem os mesmos olhares. Ia notando como o corpo da travesti negro e favelado era um território que parecia sempre pronto a se defender de alguma invasão, de alguma violência por ocupar espaços sociais que a violentavam através do racismo e da binariedade cisgênera que a expulsavam dali. Cada vez mais o território, a cisgeneridade e a raça apareciam em letras garrafais nas nossas trocas e, conseqüentemente, nas reflexões sobre as quais iria me debruçar.

Percebo como esta pesquisa é o resultado de um processo coletivo de elaboração, espelhando diálogos, trocas e afetos com todas as alunas, as educadoras e a equipe do Conexão G com as quais construí intermediações. Se não fossem as relações criadas no processo desse trabalho, ele inexistiria, só sendo possível questionar a gramática hegemônica do direito¹⁴ diante do conhecimento produzido e trocado com todas as travestis e mulheres trans que cruzaram o meu caminho ao longo desses meses.

Um novo exemplo de como as sujeitas de pesquisa me forneceram uma outra leitura de instrumentos clássicos jurídicos ocorreu em uma das aulas em que a professora perguntou às alunas se elas sabiam o que era uma sentença. Sara perguntou se seria “*um papel de morte*”, me impressionando com a resposta poética. Uma sentença pela primeira vez na minha vida deixava de seguir os termos de um código processual para materializar um renascimento, significando a morte de um eu que ficaria no passado. A professora respondeu que fazia sentido, pois em algum momento na vida de uma mulher trans ou travesti, a quiseram menino, então para ser quem se é, foi necessário matar um homem, sendo a sentença o documento que legitima essa morte através da retificação nominal.

Por meio dessas novas formas de olhar para os instrumentos jurídicos, eles iam adquirindo novas dimensões, mesmo que o foco das aulas não fosse necessariamente o ensino de direitos. A partir dos diálogos que eram tecidos, eu ia me dando conta da ininteligibilidade da gramática de direitos hegemônica para aquelas alunas. Assim, a primeira etapa dessa pesquisa ocorreu através do acompanhamento das aulas da

¹⁴ “Gramática hegemônica do direito” neste trabalho significa uma gramática forjada por meio de premissas eurocentradas, embranquecidas, cisheteronormativas e masculinas, a qual compreendem o arcabouço normativo e o sistema de justiça brasileiro como imparciais e capazes de proteger todos seres humanos igualmente.

Escola de Formação Crítica Majorie Marchi no Complexo do Alemão e seus registros em diário de campo.

Já com a aprovação do Comitê de Ética¹⁵, minha inserção na nova turma que ocorreu em Duque de Caxias seria completamente diferente, a começar pelos meus laços já próximos com a professora e a equipe. Como essa turma ocorreu no Centro de Cidadania LGBTI+ de Caxias, um prédio grande, não consegui me aproximar tanto das alunas como no Alemão, onde ficávamos todas reunidas no espaço da ONG, bem menor. Além disso, expliquei a elas sobre minha pesquisa, já fornecendo o TCLE para quem se sentisse à vontade assinar. Ao todo foram 17 aulas/eventos da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, sendo 8 com a turma do Complexo do Alemão e 9 com a turma de Duque de Caxias, além de 3 idas à sede do Conexão G na Maré.

No decorrer do curso em Duque de Caxias, realizei entrevistas individuais com as 11 alunas em um ambiente reservado para que nos sentíssemos mais confortáveis e eu pudesse conhecer um lado delas mais íntimo. Resolvi montar o roteiro de perguntas em três blocos: (i) o primeiro sobre a trajetória de vida da entrevistada, em que momento ela começou sua transição, o papel da escola nessa transição, seus sonhos; (ii) o segundo bloco sobre a experiência da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi; (iii) e um último bloco sobre o direito, questionando o que ele significa, se ele já foi acessado de alguma forma, entre outras perguntas.

No dia da quinta aula do curso, que começaria mais tarde, resolvi mandar uma mensagem pra Cristhyane, a convidando para almoçar comigo ali perto e realizarmos a primeira entrevista. Resolvi chamá-la logo, pois desde que anunciei que realizaria as entrevistas, ela foi a primeira a demonstrar interesse, o que me deixava mais confortável para testar o roteiro que havia escrito. Já no Uber a caminho de Caxias, a coordenadora da Escola postou uma mensagem no WhatsApp da turma, cancelando a aula devido à impossibilidade de Nlaysia sair de casa, já que as operações policiais na Maré aconteciam exatamente onde ela morava.

Segundo Redes da Maré, os moradores do Complexo de favelas da Maré permaneceram 16 dias sem atendimento médico decorrente da operação policial acima, o que acarretou a suspensão de mais de 3 mil atendimentos médicos nesse período. No âmbito educacional, durante cinco dias de operações policiais, 13.799

¹⁵ Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 59-2023 – Protocolo 62-2023, Proposta: SGO 476297.

alunos moradores do Complexo de favelas da Maré, de 41 escolas municipais, tiveram suas aulas canceladas (Conexão G, 2024).

Mais uma vez, a Escola era ameaçada pelo contexto de violência da cidade, tendo ocorrido uma operação em Caxias na semana anterior que dificultou a ida de algumas alunas à aula. Preocupada por já estar a caminho e descobrindo que Cris estava sem celular, mandei mensagem para Fabiane e Camila, suas amigas, dizendo que as encontraria no Restaurante do Povo, que ficava embaixo de onde ocorriam as aulas, podendo entrevistá-las também. Elas toparam e pegaram uma senha para mim.

Como algumas alunas já estavam a caminho do Centro de Cidadania quando receberam a mensagem de cancelamento da aula, e como Fabi havia anunciado que eu iria realizar as entrevistas, elas resolveram seguir no trajeto para serem entrevistadas. Fiquei apreensiva, pois queria entrevistá-las com calma e tinha me planejado originalmente somente para testar o primeiro questionário com Cris, porém a vida em campo ia me ensinando a lidar com as condições circunstanciais e me adaptar. Assim, almocei no Restaurante do Povo com Fabi, Camila e Cris, tendo a minha refeição custado 1 real, e consegui que me cedessem a sala onde ocorriam as aulas para realizar as enquetes.

Enquanto aguardava me liberarem a sala, resolvi começar a entrevista com Cristhyane ali no corredor mesmo. Enquanto ela se apresentava, Flavia e Andreia chegaram, as quais disse que iria entrevistá-las depois, para me esperarem. Ao longo da entrevista percebi que algumas perguntas não funcionavam, sendo muito abstratas ou muito formais, o que dificultava a resposta das meninas. Além disso, o fato de terem várias delas me esperando para serem chamadas, me deixava um pouco tensa. Mesmo assim, saí de Caxias tendo realizado 4 entrevistas de forma totalmente inesperada, mas ainda assim proveitosa.

Após essa experiência, refiz o meu roteiro de questões, mantendo os mesmos blocos, mas simplificando e retirando algumas perguntas. Decidi também que as deixaria mais livres para irem contando o que tivessem vontade, sem me preocupar tanto com o tempo das entrevistas. Preocupada a respeito do momento que conseguiria entrevistar o restante das alunas, aproveitei uma oportunidade quando Nlaysia anunciou que marcaria com cada uma delas em suas casas a fim de fotografá-las para a exposição que configuraria a ação de exigibilidade¹⁶. Como ela precisaria

¹⁶ A ação de exigibilidade será apresentada mais detalhadamente no tópico 1.3 sobre a metodologia da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi.

de ajuda, me ofereci para acompanhá-la em um dos dias e aproveitar para fazer as entrevistas que faltavam.

Ao longo dessa experiência, tive a oportunidade de passar um dia com Nlaised indo nas casas de algumas alunas, na academia de ginástica que Andreia trabalhava e percorrendo o Centro de Caxias com Gleycielle, o que me proporcionou outra conexão com o campo, ficando atenta ao que me escapava na sala de aula. Na casa de Camila e Fabiane, o clima era tão descontraído que as entrevistei em suas camas, terminando ambas esticadas nos lençóis, me sentindo como se estivesse conversando com amigas de outra geração.

Ao final do dia, só faltava a entrevista com Gleycielle e suas fotos. Após Nlaised fotografá-la, ameaçava chover e eu não sabia onde seria possível entrevistar Gleyci.

Avistando uma praça em frente a um teatro grande, nos sentamos em um banco de concreto ali mesmo, ficando Nlaised perto de nós. Comecei a fazer as perguntas e me impressionei com a profundidade e a tristeza por trás daquela trajetória de vida. Me controlei para não chorar e, ao mesmo tempo, seguir com a escuta ativa. Começou a chover, então me vi obrigada a tomar menos tempo com o final das indagações, sentindo meu corpo totalmente inebriado com o processo de habitar aqueles espaços.

Faltava uma semana para o curso acabar e ainda precisava entrevistar três alunas. Mais uma vez seria pega de surpresa pelas condições circunstanciais nas quais acabaria realizando-as. Uma delas ocorreu no dia em que teria uma reunião com meu coorientador, durante o intervalo da aula. Geralmente, nos intervalos, ia ao mercado com Nlaised e Lia realizar a compra do clássico pão francês, mortadela e Coca-Cola para lancharmos com as meninas. Porém, nesse dia, disse que permaneceria no Centro por conta da reunião. Como a reunião foi remarcada para outro dia, me vi sozinha na sala com Floribella, a convidando para iniciar a entrevista ali mesmo.

Já as últimas duas alunas, chamadas Bella e Isabella, combinei de entrevistá-las no término do último dia de aula, que na verdade seria apenas uma confraternização. Após um momento bem relaxado e um clima de despedida com misto de saudade, chamei uma delas para sentar comigo em um banco embaixo do Centro de Cidadania para concluir o roteiro de perguntas. Após finalizar a primeira entrevista, chamei Isabella para sentar ali também, enquanto Bella se afastava para nos dar privacidade. No meio da entrevista, um funcionário se aproximou de nós perguntando se estávamos esperando alguém, pois o Centro estava fechando. Combinei de enviar a ela o resto das perguntas por Whatsapp.

Ao descrever como as entrevistas foram ocorrendo, é perceptível que nenhuma delas aconteceu conforme o planejado, tendo que se adaptar às circunstâncias e imprevisibilidades do cotidiano. Se tivesse conseguido entrevistar Fabiane e Camila no dia em que as encontrei no Restaurante do Povo, nossa troca teria sido muito menos repleta de afetos do que ao habitar seus quartos, memórias e a intimidade de suas camas. Ao descrever como as entrevistas se sucederam, busco explicitar o processo de construção da pesquisa e como os fatores cotidianos da vida implicaram nas interações estabelecidas em cada entrevista realizada.

Ao término da turma de Caxias, realizei 11 entrevistas com as alunas, sendo 7 realizadas no Centro de Cidadania LGBTI, onde as aulas ocorreram, 1 no café do Museu de Arte do Rio, 1 em uma praça em Caxias, próxima ao Centro de Cidadania LGBTI, e 2 na casa das entrevistadas. A maior parte das entrevistas duraram entre 25 e 40 minutos, sendo o local e o fato de terem mais ou menos pessoas entrevistadas no mesmo dia, um fator que interferiu na durabilidade de cada encontro. Um mês após as aulas, fui à Vila do Pinheiro, no Complexo da Maré, entrevistar Nlaysia, professora da EFCMM, o que gerou uma conversa de 2 horas e meia, merecendo uma análise apartada do material de campo proveniente das entrevistas com as alunas. Posteriormente também entrevistei Larissa dos Santos Soares, articuladora e educadora popular na EFCMM itinerante, no lançamento da exposição das alunas de Duque de Caxias.

As entrevistas neste trabalho foram qualitativas, com um roteiro prévio, mas que permitisse seguir para onde a entrevistada me direcionava, sem saber o que esperar ao certo daquele encontro. Ao invés de serem tidas como mero procedimento metodológico para se obter informações de alguém, as entrevistas qualitativas são analisadas neste trabalho como um encontro social entre a minha pessoa e as demais participantes, emergindo narrativas que também fluíram para essa relação (Bastos; Biar; Orton, 2021). Tais dinâmicas podem ser descontraídas, às vezes mais tensas, angustiadas, sendo um dado relevante o momento da entrevista per se.

Ao pessoalizar a dissertação e tornar a minha presença com as sujeitas de pesquisa e os territórios frequentados um dado relevante a ser considerado, enfrente também o chamado paradoxo do observador (Labov, 1972). Este paradoxo, sustentado por Labov, defende que a pesquisa linguística deve observar como os entrevistados falam quando não estão sendo constantemente observados, porém, esses dados só podem ser obtidos diante da observação sistemática. Contudo, “ao se

aceitar como participante pleno do campo, o pesquisador pode aprofundar sua compreensão dessa condição, sem tentar minimizar sua “intromissão” no contexto da pesquisa” (Bastos; Bias; Orton, 2021, p. 236).

Quanto ao meio utilizado para gravar as entrevistas, elas foram registradas via um celular reserva de uso pessoal, o qual procurei deixar apoiado em algum lugar e virado para baixo, de forma a tentar tirar o foco dele ao longo da interação estabelecida. Como meu objetivo era que as alunas se sentissem o mais confortáveis possíveis, achei que se o celular estivesse muito à mostra, elas lembrariam constantemente que estavam sendo gravadas, o que tornaria o momento menos relaxado. Em seguida, ouvi e transcrevi todas as entrevistas, apenas obtendo auxílio da leitura de áudio do próprio Word na transcrição da entrevista com Nlaysia.

Após conduzir as 13 entrevistas e transcrevê-las, selecionei as categorias analíticas que considerei mais relevantes para refletir sobre o processo de identificação das sujeitas como transvestigêneres, suas relações com a EFCMM e com o direito, auxiliando na pergunta deste trabalho – como a experiência da EFCMM permite refletir sobre estratégias de ler e acessar o direito de forma a abarcar corpos periféricos não cisheteronormativos.

Ao cursar uma disciplina sobre análise de narrativa no departamento de Letras da PUC-Rio, com a professora Liana Biar, o escolhi como principal método de tratamento dos dados das entrevistas. A análise de narrativa é um importante instrumento de percepção das regras, entendimentos e papéis sociais trazidos à tona pelo discurso de quem o narra, com base nos significados que são socialmente compartilhados (Biar; Orton; Bastos, 2021). Assim, a narrativa é capaz de se alinhar ou se distanciar de discursos que são constantemente repetidos e legitimados pelas instituições, cabendo a quem o interpreta, identificar que discursos são esses e como o plano micro, dos encontros sociais, se entrelaça com a macroestrutura, sustentando ou desafiando categorias sociais.

Nesse sentido, a separação proposta por Goffman entre a esfera das relações interacionais e as estruturas sociais pode ser útil na análise de narrativa ao evidenciar os diferentes contornos que os discursos podem assumir. Ou seja, tendo como base as relações de poder, classe, raça, gênero e território que estão dispostas na sociedade e colocando uma lente nas trocas entre duas ou mais pessoas, é possível que processos singulares apareçam e que confirmem ou afrouxem os arranjos previstos na

macroestrutura. Para o autor, os contextos “micro” abarcam o “macro” e vice-versa, sendo um constitutivo do outro (Goffman *apud* Winkin, 1998).

Por isto, este trabalho visa aprofundar a narrativa através da pergunta: como aquela fala se relaciona com a sociedade e com o contexto social em que é produzida, contribuindo para certo fenômeno social e para a construção de uma identidade? Assim, neste estudo busquei realizar duas dimensões de análise das narrativas escutadas, uma a (i) a análise da interação e outra a (ii) análise dos embates discursivos. Enquanto a primeira situa-se no evento narrativo – o momento em que se narra, como ele ocorre, o plano de interação, as assimetrias ou semelhanças que aparecem, a segunda busca mapear em um nível mais “macro” de interpretação discursiva, que crenças/compreensões/ideias que, de tão frequentes e legitimadas pela sociedade e instituições, residem em falas particulares e quais são desafiadas (Bastos; Bias; Orton, 2021), analisando tanto a ordem interacional como a ordem social.

É fundamental ressaltar que ao relacionar algumas falas das sujeitas da EFCMM com eventos semelhantes de transfobia, de processo de transição ou de relação com o direito, não se busca objetivá-las como se todos esses processos fossem equivalentes, mas sim compreender, a partir de suas perspectivas, como certos fenômenos são recorrentes diante de corpos trans* e travestis, em sua maioria negros e periféricos. Nesse viés, um dos objetivos dessa pesquisa é justamente a visibilidade ampliada de pautas, algumas em comum, do grupo de pessoas que aqui aparecem, demarcando suas diferenças e peculiaridades, sem recair no silenciamento de vozes ou hierarquização de dores e experiências.

Foi acompanhando a temporalidade que o campo me apresentava, dançando conforme os cenários que se montavam, que consegui acessar as suas subjetividades e entender que essa construção também fazia parte da pesquisa. Conforme as pistas da cartografia, “pesquisar esse campo pressupõe habitá-lo. Compor-se com o campo não significa não ter foco, mas exige que esse foco esteja aberto à espreita, que se fique atento ao fora de foco” (Alvarez; Passos, 2009, p. 147).

Portanto, a ação através da ética pajubariana, das inspirações de uma aprendiz-cartógrafa e do método da IAP ganharam um papel de destaque no processo de caracterização dessa dissertação, gerando dados interpretados via análise de narrativa, oriundos da vivência com cada pessoa que se apresentava e com os territórios que embasaram trocas repletas de corporalidade. Foi por meio dessas

andanças que tive acesso a corpos territórios para sempre marcados no meu íntimo e os quais espero honrar com esse trabalho.

1.2

Grupo Conexão G de Cidadania LGBT para moradores de favelas: "Não G de Gilmara, mas de Gay e também de Gente"

Não há como falar do Conexão G, cria do Complexo de Favelas da Maré, sem começar pela sua fundadora, o rosto dessa instituição, Gilmara Cunha, para os íntimos Gil. Em suas próprias palavras, em entrevista concedida à Band Rio, ela se define como:

“uma mulher guerreira, que nasce dentro desse território e começa a pensar pela falta das políticas públicas em construir um projeto de cunho social que possa transformar essas vidas. Então Gilmara ela se se constrói neste lugar de levar visibilidade aquilo que é invisível dentro desse território. Ela tá nesses espaços pra dar voz a comunidade lgbt e a população de favela.”¹⁷

Conheci Gilmara ao ingressar no Projeto Esferas da Cidadania, conforme já mencionado anteriormente, porém só estive pessoalmente com ela meses depois em uma ida à sede do Conexão G, situado na Nova Holanda, dentro da Maré. Curiosa depois de meses interagindo por meio das câmeras e conversando com seus colegas da equipe da Escola, assim que a vi falei, *“tenho nem roupa pra esse evento, finalmente tenho oportunidade de conhecer Gilmara Cunha”*, demonstrando excitação. Ela na lata me respondeu *“que roupa o que, sou simples”*, me dando um abraço bem apertado. Em poucos minutos de conversa percebi um jeito caloroso, firme e direto que materializavam o impacto da instituição que ela criara.

Insatisfeita com a ausência de políticas públicas para a população LGBTTIAP+ que mora nas favelas, o Conexão G foi fundado em 2006, pensando em projetos sociais que gerassem impacto para essa população específica. De acordo com Gilmara, o Conexão surge no intuito de visibilizar *“esses corpos que são atravessados pela questão do racismo, da homofobia, da falta de direitos”*, refletindo sobre como dar dignidade e cidadania para essa população nesses espaços. Por isso a instituição se preocupa sobretudo com projetos de transformação social de longo prazo, realizando *advocacy*, incidindo nos espaços legislativos, sempre pensando em uma política que incluía pessoas LGBTs negras e faveladas na sociedade.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cw3pg8wpgsE/>. Acesso em :11 nov. 2023.

Gilmara relata a necessidade de enxergar o movimento LGBTTTQIAP+ a partir do olhar racial e territorial:

*“A gente tem diversos avanços na política nacional para pessoas LGBTQIA+, porém se a gente pegar essas conquistas quais dessas serão aplicados pras favelas? Nenhum! **Eu participei da construção de formulário com o STF (Supremo Tribunal Federal), pra construção da Lei da criminalização da homofobia, mas aí eu moro na favela, meu agressor mora a três casas da minha, eu vou denunciar pra quê?***

*Aí eu comecei essa trajetória, dentro desse movimento, pleiteando não só política, mas tinha muito a ver de onde eu saí e com o que eu queria me tornar. **Esse lugar de referência, esse novo olhar da travestilidade, esse novo olhar da população LGBTQIA+, porque o olhar que se tinha dentro da favela, era de uma comunidade completamente promíscua.**” (grifo meu)*

Sob essa perspectiva de apresentar uma outra realidade, de como o G de Gay também é G de Gente, é que o Conexão G nasce, fruto do desejo de mostrar que essa gente também podia fazer a diferença naquele território da Maré. Inicialmente, eram seis jovens gays que se reuniam com o nome “Clube da Luluzinha”, em busca de um processo de compreensão de suas sexualidades e o contexto da favela. O foco era a construção de uma metodologia de sobrevivência, que assegurasse as vidas da população LGBTTTQIAP+ dentro do espaço da favela e para que isso funcionasse, os integrantes ali envolvidos deveriam construir uma imagem de credibilidade e seriedade institucional.

Embora esse processo de institucionalização do Conexão G comece em 2006, sua história possui sementes desde a década de 1980, quando corpos transvestigêneres começavam a subir aos palcos no que seria denominado de Noite das Estrelas. Este simboliza uma série de apresentações que aconteciam na Maré durante as décadas de 80 e 90, trazendo gestos, vozes, corpos e movimentos de artistas LGBTTTQIAP+, implementando novos sentidos de reexistência transgressora (Projeto Entidade Maré, 2021). Segundo Gilmara, aqueles corpos inspiravam um processo político de demarcação dentro do território de favela.

Segundo Paulo Victor Lino, os shows nascem na festa junina de Nei (Projeto Entidade Maré, 2021). Gilmara relembra uma vez que ela olhou debaixo do vestido junino de uma das integrantes e avistou um falo, a impactando, pois visualmente ela enxergava uma mulher. Aquela cena se desdobrou em algumas indagações como “*de quem era aquele corpo?*”, “*que corpo era aquele que se apresentava?*”, sendo aquelas performances o primeiro contato com o mundo LGBTTTQIAP+. Conforme o

Noite das Estrelas foi se ampliando, eles aconteciam por todos os lugares, com travestis expondo seus seios, sem que aquilo fosse chocante, conectando a vizinhança da Maré com aqueles corpos e abrindo espaços para que movimentos como o Conexão G fossem possíveis futuramente (Projeto Entidade Maré, 2021).

Conquistando credibilidade no território, o percurso do Conexão G é marcado por projetos com uma metodologia que (i) capacite os participantes e os inclua na tomada de decisões, que devem ser compartilhadas com todos envolvidos; (ii) construa planos locais de ação que favoreçam os sujeitos como proponentes e protagonistas do que será implementado em seu território; (iii) em que cada envolvido se sinta autor da própria ação, passando a incidir como multiplicador de seus frutos e garantindo a sustentabilidade da iniciativa. Ao final, um dos grandes diferenciais é a construção de uma metodologia participativa criada e pensada por quem vivencia diretamente os problemas identificados (Conexão G, 2019).

Contudo, Gilmara ressalta a inexistência de uma metodologia pronta, sendo necessário se reinventar de acordo com a intervenção a que se propõe, mesmo que a participação e compreensão dos integrantes esteja sempre incluída. Por exemplo, há uma preocupação com a não homogeneização dos espaços de favela, compreendendo as peculiaridades de cada território, então uma metodologia que funcionou na Maré não necessariamente funcionará na Rocinha. Por isso o Conexão sempre busca dividir seus projetos geograficamente, na Zona Oeste, Zona Norte e Zona Sul, de forma a entender qual área é mais vulnerabilizada e o que funciona em cada área. Há uma atenção com a melhora da qualidade de vida das pessoas envolvidas, mas também em como demandar do Estado a partir da atuação com o próprio Estado.

Dentro dessa ideia de parceria com o Estado é que a Casa de diversidade Gilmara Cunha foi inaugurada em setembro de 2021, em parceria com o programa Rio Sem LGBTIfobia, vinculado à Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (Oliveira, 2022). Essa casa representa a primeira unidade de um Centro de Cidadania LGBTI do Estado¹⁸ em um território de favela no Rio de Janeiro, constituindo um aparelho público dentro de

¹⁸ Quanto à escolha do nome do Centro de Cidadania como Casa de diversidade Gilmara Cunha, Gilmara alega: “eu quero homenagem enquanto viva, pra mim não adianta depois de morta. Se puder fazer amorosamente e afetivamente, vamos fazer em vida.”. Trecho da entrevista em “MÃE DE TODES: Luta da ativista Gilmara Cunha resulta no primeiro Centro de Promoção de Cidadania LGBTQIA+ de uma favela”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadoresgilmara-cunha/#cover>. Acesso em: 25 jun. 2023.

uma favela com o intuito de levar acesso aos direitos para os moradores, ressignificando a violência estatal dentro de uma favela.

A partir do momento em que o Conexão possui dentro do seu território um braço do Estado como o Centro de Cidadania, pensa-se em como aproveitar essa estrutura para levar as demandas que necessitam de política pública e cobrar essas medidas, pensando politicamente em conjunto as soluções. São perceptíveis as estratégias montadas para que aquela população possa exercer sua cidadania e ter acesso a seus direitos através, em alguns momentos, da articulação com o Estado, em outros por meio de denúncia e pela criação de novos aparatos de mobilização.

Quanto às ações que fizeram a Maré se abrir mais às discussões do Conexão G, Gilmara destaca a realização da parada LGBTTIQIAP+, representando a primeira parada LGBTTIQIAP+ dentro de uma favela no Brasil, sendo um ato de reivindicação de políticas públicas que ocorre todo ano. A Parada é o último ato da Semana da Diversidade Sexual da Maré, em que são realizadas diversas oficinas, bate-papo, rodas de conversas, atuação das unidades básicas de saúde, culminando em uma grande passeata dos corpos LGBTTIQIAP+.

Institucionalmente, segundo Gilmara, é a única atividade que aglomera uma enorme quantidade de participantes, tanto de dentro, como de fora da Maré. Há uma interação entre drags, mães passando com suas crianças, barraqueiros vendendo cerveja, agentes de saúde atendendo pessoas, isso tudo contribui para a ressignificação da comunidade LGBTTIQIAP+ dentro da favela. Através das redes criadas com as outras instituições ali presentes, tais como “Luta pela Paz” e “Redes da Maré”, a própria favela leva cidadania aos seus habitantes, exercendo na prática um dos lemas do Conexão G.

Impossível não notar o destaque do Complexo de favelas da Maré como protagonista na produção de projetos, eventos e instituições articulados politicamente que conscientizam os moradores acerca dos seus direitos e valor cultural. Pensando na ampliação dos projetos com impacto na qualidade de vida de outros moradores de favela, Gilmara resente a ausência de movimentos como a parada LGBTTIQIAP+ em outras favelas, entendendo que suas existências estão engendradas com a pauta da empregabilidade, afinal *“a gente não ganha pra militar, a gente milita, a gente ganha pra fazer diversas outras coisas, mas não pra militar.”*

Já as ações propostas diretamente pela instituição representam um leque amplo de afirmações em direitos, com projetos focados no direito à saúde; educação;

cultura; cidadania; formação política; soberania alimentar; enfrentamento ao racismo e segurança pública, por exemplo (Oliveira, 2022). A partir das principais temáticas de enfrentamento do Conexão G naquele ano é que os projetos e a captação de recursos são pensados, em busca de editais e parceiros. A sede do Conexão e da Casa de Diversidade Gilmara Cunha são reflexos disso estampados em suas paredes, com diversas honrarias em nome da instituição, de Gilmara e lembranças de tudo que já foi feito e não pode ser esquecido.

Pensando em metodologias de sobrevivência, um dos principais projetos do Conexão G é a criação do Observatório de Violência LGBTI em Favelas, com o objetivo de produzir dados sobre as violações de direitos humanos sofridas pela população LBTTQIAP+ favelada (Horsth, 2022). Segundo Oliveira (2022), há um desinteresse público de escuta à vivência dessa população porque seus corpos evidenciam uma experiência baseada na violência constante perpetrada pelas próprias instituições que sustentam o Estado, sendo a falta de dados uma estratégia que sustenta a invisibilidade dessas violações. Portanto, um projeto que visa mapear e recolher dados de pessoas que possuem seus direitos infringidos não só por questões de raça, classe, identidade de gênero e orientação sexual, mas também pelo território onde se vive, não deixa de ter um caráter revolucionário de enfrentamento ao sistema de segurança pública.

A partir do observatório de violências LGBTI, uma das constatações foi a de que a maior parte das pessoas trans* e travestis que responderam os questionários não completaram o ensino médio, faltando o ensino básico a elas. A partir desse dado é que surge a ideia da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, a qual será detalhada no próximo tópico. Percebe-se, assim, como um projeto às vezes desencadeia o outro, pois em cada ação formulada pelo Conexão G se constata as principais necessidades daquela população, sendo a educação um dos grandes eixos da instituição. Nas palavras da própria Gilmara, “*é através da educação que a gente vai mudar esse país, que a gente vai retomar as políticas sociais, que a gente vai conseguir que as travestis estejam na universidade*”¹⁹.

Nessa mesma entrevista, Gilmara direciona um convite à travestis e pessoas trans* “*O grupo conexão G tá de portas abertas pra receber e construir junto contigo essa cidadania que tanto nos foram negadas durante tantos anos*”. Como toda a

¹⁹ Trecho da fala de Gilmara fornecida em entrevista à Band Rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cw3pg8wpgsE/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

história do Conexão G foi construída com base na melhora da vida de pessoas LGBTTQIAP+ moradoras de favela sob uma perspectiva democrática, nada mais significativo que o convite para outras transvestigêneres ocuparem esse lugar de construção política e transformação social, sendo essencial propagar o trabalho dessa organização que tanto impacta os direitos dessa comunidade dentro da favela.

1.3 A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi

Segundo relatório divulgado pela Antra em 2024, a violência contra a população trans* se manifesta no cotidiano de modo cada vez mais evidente sem represálias ou responsabilizações legais. Uma das suas razões é a ausência de uma educação antitransfobia dentro das escolas, espaço em que pessoas transvestigêneres costumam ser expulsas. Nesse cenário, um dos principais projetos do Conexão G é justamente a criação de uma Escola de Formação Crítica para mulheres trans e travestis periféricas em *mulhernagem* – já que, segundo Nlaysia Luciano, de homenagem o mundo está cheio – à Majorie Marchi, uma das principais lideranças do movimento LGBTTQIAP+ no Rio de Janeiro.

Tendo em vista a política de segurança pública que enxerga vidas negras faveladas como descartáveis, principalmente se forem dissidentes sexualmente, o projeto educacional Majorie Marchi é uma forma de enfrentamento a violência e ausência Estatal. Através da educação de mulheres trans e travestis faveladas e periféricas, principalmente negras, sobre pautas como o racismo e cidadania dentro das favelas e periferia, compreendendo as fragilidades e precarização dos serviços públicos ofertados nestes territórios, visa-se a formação de articuladoras territoriais que fomentem políticas públicas em seus territórios.

Discutindo as possibilidades e impossibilidades de um corpo trans e travesti negro dentro do território onde a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi ocorre, ao longo das aulas, redes vão se formando e fortalecendo a resistência e proteção da comunidade transvestigênera. Essa articulação entre alunas que em sua maioria não se conheciam, além de conscientizá-las sobre suas capacidades de intervirem na região onde moram, é uma estratégia de fomento de políticas públicas que as atendam. Desse modo, é desenvolvido um processo de capacitação crítica

principalmente nos temas de enfrentamento ao racismo e de promoção da cidadania LGBTTIAP+, conforme [apresentação da EMM no instagram](#).

A primeira turma nasceu dentro da Maré, porém somente a partir da segunda turma é que o público das aulas se voltou para a população de mulheres trans e travestis, principalmente negras. No momento desta pesquisa a Escola se encontrava em sua quarta e quinta turma, tendo passado pela Maré, Rocinha, Cidade de Deus, Complexo do Alemão e por Caxias. Eu tive a oportunidade de acompanhar as últimas duas turmas, percebendo a diferença que o território gera na apreensão do conhecimento, principalmente por uma das turmas acontecer no espaço de uma ONG no berço do Complexo do Alemão e a outra em um Centro de Cidadania LGBTI+ em Caxias.

Um dos pontos chaves da EFCMM é trabalhar com as peculiaridades e distinções de cada favela e região em que as turmas habitam. Por exemplo, o Complexo do Alemão é uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro; Cidade de Deus situa-se na Zona Oeste; Rocinha na Zona Sul; já Caxias é outro município, parte da Baixada Fluminense, território periférico que orbita a capital do estado do Rio de Janeiro. Segundo Nlisa, educadora popular da EFCMM, a Rocinha, por exemplo, por estar situada na Zona Sul, permite que as alunas acessem com mais facilidade o serviço do CRAS, irem à praia, terem maior contato cultural, linguístico e estético, se diferenciando das necessidades das outras favelas.

Além dos territórios, que são centrais na Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, uma de suas grandes protagonistas é a educadora popular das turmas que ocorrem no Rio de Janeiro e que hoje chamo de amiga, com muita honra, Nlisa Luciano²⁰. Ela é a responsável por uma metodologia que desafia conceitos hegemônicos o tempo inteiro; que bebe de fontes da academia, sem ser academicista; que considera a intelectualidade sem a impô-la de forma autoritária e vertical.

Ao se destituir do lugar de subestimar as alunas que iria encontrar, Nlisa criou uma dinâmica de ensino que consegue ser acessada por quem possui doutorado tanto quanto por alguém que foi até o ensino fundamental, e vindo de diferentes regiões do Rio de Janeiro. Ao ser peça fundamental da EFCMM, trazendo suas vivências de 6 anos como educadora popular dentro do Complexo da Maré, Nlisa é parte central da metodologia da EFCMM do Rio de Janeiro e a metodologia faz parte dela.

²⁰ Apresentarei Nlisa com mais profundidade no capítulo 3, subtópico 3.2.

Um outro aspecto fundamental do projeto para que seja possível a permanência das alunas é a ajuda de custo ao final da formação, resultando em 500 reais, desde que elas frequentem no mínimo 6 das 8 aulas, tendo a EFCMM do estado do Rio de Janeiro o apoio de financiamento externo para que a Escola funcione. Como cada turma dura cerca de um mês, sendo duas aulas por semana com duração de quatro horas cada, a presença é muito importante. Uma dessas aulas é chamada de *rota cultural* com uma atividade externa, podendo ser uma ida ao museu, a uma peça, disputando o acesso à cidade, e a finalização da Escola ocorre com uma ação de exigibilidade proposta pelas próprias alunas.

Tanto na turma do Complexo do Alemão, quanto na de Caxias, os dias da *rota cultural* ocorreram em uma visita ao MAR – Museu de Arte do Rio, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Não esquecerei o impacto de encontrar as alunas fora da sala de aula, todas arrumadas e parecendo excitadas com aquela experiência. Na primeira turma, fomos na exposição da Carolina Maria de Jesus, escritora, negra, favelada, catadora e que rodou o mundo com a publicação de seus escritos, terminando a vida na favela do Canindé após ser explorada por editoras. Um dos trechos do meu diário de campo desse dia demonstra o entrelaçamento das aulas com aquela experiência:

Uma das frases de Carolina impressas na exposição era “eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando”. Pensei no conto da Conceição Evaristo que Nlaysia trouxe em uma das aulas, nas discussões sobre o que é ser uma travesti, morar em um território de favela no Rio de Janeiro, escrever sua própria história, o poder da linguagem, como aquelas aulas não deixavam de ser a ampliação de sonhos de poder ser quem se é.

Na turma de Caxias, a exposição visitada foi sobre o “[funk: Um grito de ousadia e liberdade](#)”. Ao final da mostra, eu, a única mulher cis naquele grupo, a professora e as alunas estávamos reunidas embaixo do Museu e pedimos para que uma das visitantes da exposição tirasse uma foto nossa. Contudo, depois de nos fotografar, ela perguntou se poderia fazer uma nova foto nossa só que de sua câmera, como um registro pessoal seu. Senti um incômodo, afinal, se fossem pessoas brancas cisgêneras de classe média como eu, qual seria o interesse em nos fotografar? Aquela

postura parecia as colocar como seres exóticos, principalmente ao acessarem um espaço estruturado para a *zona do ser*²¹.

Já na rota cultural da turma da Rocinha, o evento foi uma visita ao Museu de Ciência da UFRJ, no bairro de Botafogo, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, enquanto na turma da Cidade de Deus, as alunas assistiram à peça Manifesto Transpofágico, no Centro da Cidade, da travesti Renata Carvalho. Ao ocupar os espaços culturais da cidade e à luz do dia, a EFCMM contamina olhares, sentidos e instituições, mandando uma mensagem sutil, mas poderosa àqueles que insistem em colocá-las no lugar de objeto - podem zombar, pois as travestis não *desaquendam*²² das lutas que travam.

Quanto à ação de exigibilidade, ela ocorre no final das aulas, após o acúmulo teórico que as alunas tiveram desde o início da formação, propondo algo que elas achem importante de incidir naquele território. Nesse momento, o Conexão G funciona como um apoio que possibilita que a ideia das alunas ocorra na prática, mas a ação segue sendo protagonizada por elas. Portanto, desde o problema que elas querem incidir até a forma como isso será feito parte das alunas. É neste momento que a distinção entre cada território frente às principais formas de violência e violação de direitos é ressaltada.

Por exemplo, na Rocinha, a turma ocorreu em um CRAS, compreendendo que seria importante ocupar aquele espaço como um equipamento público de acesso à assistência social. Contudo, mesmo as aulas acontecendo nesse espaço, cotidianamente as alunas sofriam violências transfóbicas por parte dos funcionários do prédio. Por exemplo, o desrespeito ao nome social, ao pronome feminino, um incômodo com a utilização do banheiro feminino. Por isso as alunas propuseram uma ação de exigibilidade com os próprios funcionários do CRAS.

Nesse sentido, a primeira parte da ação foi a criação de um [folder](#) pelas próprias alunas com informações sobre como pessoas trans devem ser tratadas e onde é possível recorrer em casos de LGBTIfobia. Na segunda parte da ação, foi feita uma parceria com o Centro de Cidadania LGBTI+ da Maré, localizado na Casa de Diversidade Gilmará Cunha, para que a equipe de assistentes sociais, advogados e

²¹O conceito de “*zona do ser*”, inspirado em Fanon (2008), refere-se aqueles que se encontram acima da linha do humano, possuem o acesso a direitos e recursos materiais plenamente reconhecidos, em comparação com aqueles que estão abaixo dessa linha, sendo um conceito mais aprofundado futuramente (Grosfoguel, 2016).

²² Significado de largar, esquecer em pajubá (Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense, 2023).

psicólogos dessem uma formação de sensibilização para os funcionários do CRAS junto com as alunas. Assim, realizou-se uma [roda de conversa](#) com esses técnicos, sendo a ideia dessa ação até a sua implementação protagonizada pelas alunas que participaram da atividade junto com a equipe do Centro de Cidadania.

Já na Cidade de Deus, as alunas identificaram que suas identidades eram muitas vezes estigmatizadas, sendo vistas não como mulheres trans e travestis, mas sim como homens homossexuais. Elas compartilhavam ali diversas histórias de parceiros afetivos que as colocavam nesse lugar do homem gay. Com isso em mente, elas propuseram um [mural dentro do instituto Arteiros](#), onde as aulas ocorreram, com fotografias de mulheres trans e travestis que eram referências para elas, assim como fotos delas mesmas e com frases como “travesti não é bagunça”, “respeitem nossos nomes”.

No Complexo do Alemão, se inspirando no dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, as alunas usaram a cartografia para o mapeamento da existência ou ausência de políticas públicas e leis para a população LGBTQIAPN+ na América Latina, produzindo um [mapa com os dados que encontraram](#). Eu, já integrando essa turma, participei do dia que os dados foram coletados, ficando cada aluna responsável pelo mapeamento de alguns países. Após a divulgação dos resultados apurando tantos países com retrocessos no campo dos direitos LGBTQIAP+, foi triste ver o quanto ainda é necessário caminhar para que vidas trans e travestis, principalmente se negras e faveladas, possam ter outros sonhos além de acordarem vivas.

Lembro que Nlaisedressaltou a impossibilidade de corpos trans e travestis negros poderem circular livremente pelo mundo, sendo necessário investigar antes de viajar se tal lugar permite suas existências naqueles espaços. Esse foi um dos momentos que minha branquitude cisgênera foi escancarada, já que nunca havia passado pela minha cabeça investigar as leis e políticas públicas de um país antes de viajar como questão de sobrevivência. Uma das alunas, por exemplo, denunciou que no Equador é crime até hoje ser trans/travesti, embora seja possível protestar nas ruas. Nesse momento, ela e outra aluna riram se questionando quem transvestigênera teria coragem pra protestar nesse caso.

Já em Caxias, a ação de exigibilidade foi uma exposição com fotos tiradas pela professora de cada aluna realizando uma atividade que elas sentem que é importante para elas. Essa ideia partiu da constatação delas da ausência em Caxias de espaços

culturais que pensem e falem sobre seus corpos e vivências. Essa experiência foi muito rica, demonstrando que travestis e mulheres trans podem ser bateristas em uma escola de samba, malharem, fazerem bolo, pertencerem a um terreiro, enfim, cada uma possui sua própria subjetividade, sendo algumas mais medrosas, outras mais duronas, umas com silicone, outras não, algumas se reafirmando no lugar de mulher, outras no lugar de travesti, algumas fora e outras dentro do espectro da mulheridade.

Dentro da construção dessa ação, tive o privilégio de acompanhar Nlaiser em um dos dias destinados a fotografá-las. Poder estar na casa de parte das alunas, ser recebida com o melhor strognoff que já comi, um bolo mesclado quentinho com casca crocante, conhecê-las através de seus álbuns de fotografia na Itália, conversas em suas camas, visitar a academia de ginástica onde uma delas trabalha e a descobrir malhando, o quarto que reúne marcas de religiosidade na cabeceira misturadas com estradiol e maquiagem na penteadeira, todos esses compartilhamentos contribuíram com meu olhar atento para as alunas e na personalidade que acho relevante imprimir nessas páginas.

Através de uma breve demonstração da rota cultural e da ação de exigibilidade, percebe-se a preocupação da Escola com atividades que façam com que elas mesmas e a sociedade as enxerguem de modo a valorizá-las, lendo aquele corpo como parte integrante dos espaços que ocupa. Na própria construção da metodologia, Nlaiser investiga outras possibilidades de (auto)representação e experimentação das alunas que constituem cada território, seja através da escrita escreviente, da descoberta de referências negras e travestis em seus cotidianos ou das variadas linguagens artísticas como a literatura, a fotografia e a música. Esse processo de valorização de suas transcestralidades e histórias através da arte e da subversão da língua não deixa de ser uma forma de reafirmar suas existências.

A partir da linguagem que cerca cada tema de aula, as discussões priorizam o diálogo ao contrário de uma exposição que separa alunos de professoras, como geralmente ocorre no formato acadêmico. Ao longo das temáticas trazidas para a roda de conversa, as alunas trazem sua realidade e a do território onde vivem, acrescentando múltiplas percepções ao que é discutido. O tempo todo a língua é disputada, questionada e confrontada, se servindo da literatura, da música e do teatro para trapaceá-la. A proposta criada por Nlaiser é desenvolver uma narrativa coesa que possa ser tecida ao longo das aulas.

Com esse propósito, as aulas são ministradas também pelas palavras emanadas por artistas como Conceição Evaristo. O conto de *Isaltina Campo Belo* se insere dentro do que a autora cunhou de *escrevivência*, um jogo com as palavras “escrever”, “viver”, “se ver”. Segundo ela, a *escrevivência* é um caminho inverso ao de mulheres negras escravizadas que eram obrigadas a contar suas histórias para a casa-grande, mas agora borram o passado, denunciam com suas próprias palavras suas vivências (Itaú Social, 2020). A denúncia de Isaltina das opressões que seu corpo sofre, ressoadas pela voz de cada aluna na sala, permite através da literatura aproximá-las, processar suas infâncias e fortalecer representações trans para que futuras crianças tenham referências que as libertem para serem como quiserem.

Ao lado de Conceição, Linn da quebrada também é visitada para embaralhar o significado de gênero sob a lógica genitalista que associa a genitália ao masculino ou feminino, indagando por que o pau não pode ser lido como um *pau de mulher*, já Emicida vocifera como uma travesti preta no nosso país sempre correrá mais risco de vida, afinal de contas é tudo *Ismália*²³. Nesse sentido, Emicida e Linn da Quebrada se juntam ao debate na turma sobre como os desejos de mulheres trans e travestis negras atravessam as angústias do povo afrodescendente diaspórico, subvertendo as narrativas a partir de suas (re)existências.

Importante ressaltar que paralelo à quinta turma da Escola, em Duque de Caxias, iniciou-se a EFCMM itinerante, tendo como uma das principais educadoras Larissa dos Santos Soares, integrantes do Conexão G, começando por São Paulo. O objetivo da Escola itinerante é percorrer as cinco regiões do Brasil, formando lideranças em uma jornada de construção coletiva das urgências que assolam a pessoas trans e travestis, em especial a ausência da produção de dados sobre as violências contra essa população. Ao final da experiência, segundo Larissa Soares, o intuito é unir as lideranças locais que passaram pela Escola na construção de um projeto de lei que determine ao Estado Brasileiro a produção de dados sobre as mortes dessa população.

²³ Emicida ressignifica Ismália, do poema de Alphonsus de Guimaraens, transformando-a numa mulher negra do século XXI. Ismália para o rapper seria a personificação dos transtornos mentais ocasionados pelo racismo estrutural e como isso impacta na saúde mental da população negra. O seguinte trecho da canção, exemplifica esses transtornos quando o rapper rima “*ela quis ser chamada de morena/que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena/[...] a dor profunda é que todo mundo é meio tema*” (Anotação aula Nlaysia, 2023).

2

As alunas da Escola Majorie Marchi e o direito: “É muito retetê”²⁴

não esqueçam que essas canções foram cruciais para que me transtornasse em quem soul hoje & no que venho a ser, mas que não sou mais. enviadesci. fui bixa preta. mulher. bixa travesty. fui milhares. fui melhor & pior do que imaginei. fui muralha e despenquei. e assim espero, sem esperança alguma, que também o façam e suportem que eu não dê conta de ser fiel nem mesmo às minhas próprias representações

Linn da Quebrada, *Bixa Travesti*

Após passear por alguns territórios onde a EFCMM adentrou e entender a relevância que o Complexo da Maré e o Conexão G possuem na formação dessa Escola de Formação Crítica, esse capítulo mergulhará em suas alunas, de modo a refletir sobre vivências que vivem à deriva de um direito projetado para a *zona do ser*.

Neste segundo capítulo, no tópico 2.1 as sujeitas de pesquisa que protagonizam esse trabalho, alunas da EFCMM da turma de Duque de Caxias, se apresentarão, ressaltando seus nomes, suas idades, raça, identidade de gênero²⁵, orientação sexual²⁶, escolaridade e ocupação profissional. Dentro desses dados se encontram as primeiras informações sobre como elas compreendem a si mesmas.

A partir de quem são e como se colocam no mundo, no tópico 2.2 abro um canal para debater o sistema de sexo/gênero e as categorias de mulher, cisgeneridade, transgeneridade e o termo travesti, sistematizando e disputando essas lentes de entendimento sob o olhar imbricado da raça e do território. Analiso a interseção de opressões como uma série de experiências que historicamente constituem nossa região desde o período colonial e se manifestam em determinados sujeitos desprovidos de privilégios relacionados à raça, classe, gênero e sexualidade.

²⁴ Retetê pode significar confusão no vocabulário pajubá (Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense, 2023).

²⁵ Identidade de gênero aqui possui o significado atribuído pelos Princípios de Yogyakarta, referida como “à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos” (Princípios de Yogyakarta, 2006).

²⁶ Orientação sexual aqui também possui o significado atribuído pelos Princípios de Yogyakarta, referida como “a capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (Princípios de Yogyakarta, 2006)

Após o aprofundamento acerca dos marcadores sociais apresentados pelas alunas sob uma perspectiva decolonial e transfeminista, ressaltando que esses marcadores não são fins em si mesmos, e da historicização das hierarquias que oprimem certos corpos na sociedade branca cisheteronormativa, o tópico 2.3 adentra na esfera do direito. Assim, este tópico terá como enfoque a contextualização do direito sob uma perspectiva crítica, tendo a teoria do contrato racial do filósofo Charles Mills como principal base teórica, de modo a denunciar o racismo e a cisheteronormatividade por trás da estrutura jurídica.

Sob esse viés, será feita a análise da aproximação das sujeitas de pesquisa com o direito hegemônico, explicitando a necessidade de um direito pensado pela e para a *zona do não ser*, conforme o pensamento da intelectual Thula Pires. Nesse cenário, no subtópico 2.3.1, serão sistematizados os principais direitos que se fazem ausentes no dia a dia das sujeitas de pesquisa.

2.1

As sujeitas de pesquisa: Aquende²⁷, que as travas vão se apresentar

*Resplandescente
Bêbada de glória
Para o mundo soou indecente
Cavaleira apocalíptica, ao meu lado: Só trava eloquente*

Ventura Profana, *Resplandescente*

Após um passeio pela Nova Holanda, favela no Complexo da Maré que dá origem à Escola de Formação Crítica Majorie Marchi, e algumas visitas aos territórios que perpassam a metodologia itinerante da Escola, essa pesquisa se deslocou para Duque de Caxias, Município do estado do Rio de Janeiro, onde realizei as entrevistas com a maior parte das alunas da quinta turma da EFCMM. Como já relatado acima, essas entrevistas habitaram diversos lugares, sendo realizadas em diferentes contextos. Dessa forma, pretendo apresentar as alunas conforme a ordem das entrevistas que foram feitas e o seu local, separando cada entrevista pelas datas em que foram realizadas.

²⁷ Um dos significados de aquende em pajubá é “preste atenção” (Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense, 2023).

Contudo, antes é necessário ressaltar uma preocupação dessa pesquisa em não tomar as falas que aqui irão aparecer como representativas de toda a comunidade transvestigênera e nem as abstrair do contexto em que estão inseridas. O exercício de abstração é uma dimensão muito significativa da produção de conhecimento. Porém, tomar as experiências subjetivas das alunas como representativas de todo um grupo, seria problemático ao correr o risco de silenciá-las e reproduzir a forma hegemônica de produção de conhecimento (Kilomba, 2019). Por isso, os relatos que aqui são expostos servem para refletir sobre o plano estrutural, tomando o cuidado para não as objetivar nesse processo.

Conforme mencionado na metodologia deste trabalho, na terceira aula da turma de Caxias, apresentei minha pesquisa para as alunas e a equipe do Conexão G que estava presente, entregando o TCLE para cada pessoa e lendo em voz alta os principais trechos. Destaquei os principais objetivos dessa pesquisa, minhas responsabilidades, questões acerca da privacidade e dos riscos da pesquisa e, ao final, disse que com quem se sentisse confortável, gostaria de fazer entrevistas ao longo do curso, sem qualquer obrigação. A maioria se mostrou com vontade de participar, somente uma aluna não tendo assinado o TCLE.

Dessa forma, as primeiras entrevistas que são apresentadas, na ordem de sua realização, são com Cristhyane Dourado Lima Santos, Flavia Maria Vieira Alves, Andreia Sampaio da Silva e Taiz Romana em 10 de outubro de 2023. Após almoçar com algumas das meninas no Restaurante do Povo, consegui com a equipe do Centro de Cidadania LGBTI+ que a sala de aula fosse cedida para que eu as entrevistasse.

A entrevista com Cristhyane Dourado Lima Santos começou no corredor do Centro de Cidadania LGBTI+ de Caxias, enquanto liberavam a sala para entrarmos. Cris me disse que tinha 43 anos, era heterossexual, de São João de Meriti, se identificando como uma mulher trans. Ao perguntar sua raça, me respondeu “*parda..ou preta, tanto faz*”. Quanto à escolaridade, está cursando a oitava série, indo para a escola à noite e possui o sonho de ser psicóloga, “*pra ajudar pessoas trans psicologicamente*”. Na exposição que ocorreu ao final da EFCMM, Cris escolheu ser fotografada tocando bateria no Grêmio Recreativo Escola de Samba Império da Uva de Nova Iguaçu, onde ensaia há alguns anos e adora.



Figura 1 – Christhyane segurando sua bateria. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Após colher esses dados iniciais, pedi para ela se apresentar, me relatando *“sou guerreira, vou à luta, a sorte é que eu tenho uma mãe maravilhosa, uma família maravilhosa, que é meu porto seguro porque talvez se não fosse eles, não sei nem o que seria de mim”*.

Ao longo da entrevista, ela me confessou ser um privilégio ter uma família que a apoia como mulher trans. Em suas palavras: *“Pra falar a verdade pra você, ver uma família como a minha de todas que eu conheço eu não vejo. Até apoia mas não dentro da sua casa”*. Até no momento de se assumir como mulher, aos 14 anos, ela destaca a ajuda da família: *“Pra mim foi difícil, medo de família, mas no momento que eu me aceitei, eles me aceitaram junto comigo, me apoiaram bastante e me apoiam até hoje”*.

Contudo, a aceitação da família possui condições, segundo Cris: *“Nós mulheres trans na família, a família nos aceita, mas nós temos que ser uma dona de casa, cuidar da família pra eles poderem trabalhar. Me colocam no lugar de mulher”*. Essa expressão “lugar de mulher” ressoou na minha cabeça, depois descobrindo que essa aceitação vinculada ao papel doméstico, de cuidado do lar e dos outros, era algo que aparecia com certa frequência na fala de outras meninas, me aprofundando sobre o papel social feminino no subtópico 2.2.

Em seguida, já dentro da sala onde as aulas ocorriam, Flavia Maria Vieira Alves, entrou. Me contou ter 33 anos, identificar-se como parda, mulher trans, heterossexual, tendo nascido no Rio, mas moradora de Caxias. Ela terminou o ensino fundamental ano passado, em 2022, desejando concluir o ensino médio já que, em suas palavras, *“não é fácil conseguir um emprego sendo trans, ainda mais sem escolaridade ne...então to buscando uma vaga de emprego no mercado de trabalho”*.

Me chamou atenção que ao pedir para Flavia se apresentar em poucas palavras, a vontade de um trabalho formal é o que logo aparece, *“sou uma mulher trans, to na batalha, a procura de um emprego formal que nunca trabalhei, é o que eu mais quero, que mais desejo”*. Atualmente uma das ocupações de Flavia é como cabeleireira, tendo optado por ser fotografada por Nlaysia dessa forma, utilizando sua chapinha profissional, a qual me mostrou orgulhosa.



Figura 2 – Flavia como cabeleireira. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Ao contar sobre o processo de se entender como uma garota, Flavia relatou:

“com 14 anos. eu sempre fui muito afeminadinha, muito garotinha, muito delicada. A minha família sempre foi muito de passar pano na minha cabeça, aí minha mãe não aceitou de jeito nenhum, demorou 1 ano pra ela me aceitar, com 15 anos ela me aceitou de boa.”

Após ouvir Flavia, chamei Andreia Sampaio da Silva para entrar na sala. Andreia chegou e lhe informei que primeiro pediria alguns dados para depois fazer

as perguntas. Ela então me disse ter 40 anos, identificar-se como negra, travesti, heterossexual, de Caxias e ter estudado até a primeira série do ensino fundamental, atualmente trabalhando com faxina. Ao indagar como ela gostaria de se apresentar, me disse: “*Sou muito conhecida, já vim como candidata a vereadora. Aonde que eu vou, todo mundo me conhece, já viajei pra Europa, fiquei 4 anos, mas aí fui embora, senti falta dos familiares, não quis mais ficar*”. Ao perguntar sobre o período que se assumiu como travesti, somente me disse ter 11 anos na época.

Andreia escolheu ser fotografada em um dos seus locais de trabalho para a exposição da EFCMM, na academia de ginástica, onde pensou em ter um registro fazendo faxina, mas Nlaysia a colocou literalmente para pegar peso, correr na esteira e ocupar aquele espaço como aluna.

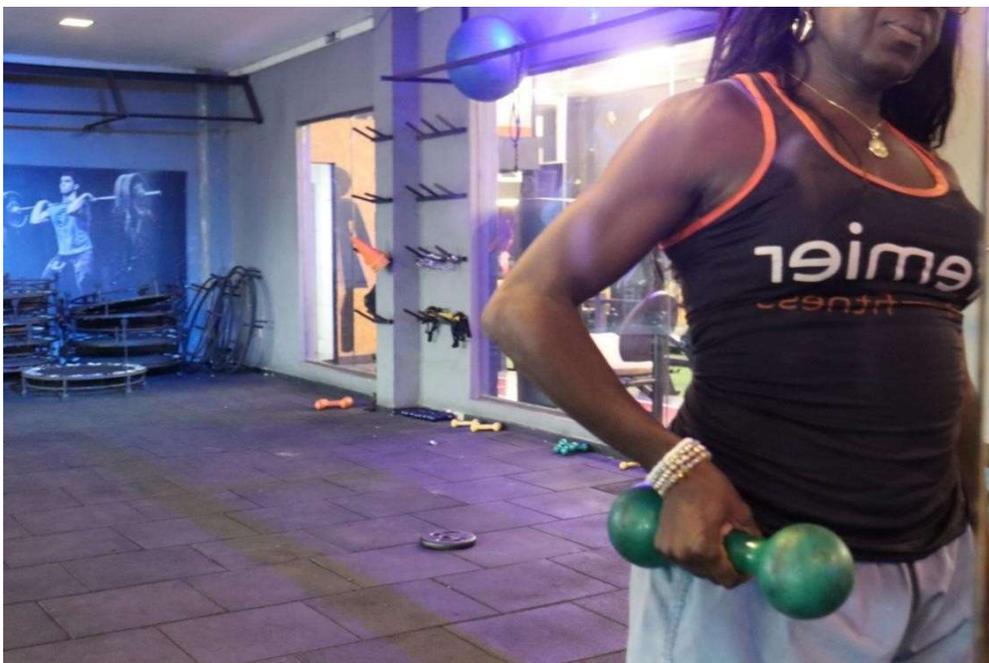


Figura 3 – Andreia pegando peso na academia. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Assim que acabou a entrevista com Andreia, pedi que chamasse Taiz Romana para a sala. Ela entrou, parecendo animada com a entrevista, usava uma máscara de proteção, a qual eu perguntei se ela se importaria de retirar para que pudesse ouvi-la melhor, mas me disse que por conta de problemas de saúde, tinha que permanecer com ela, sob o risco de contaminar outras pessoas.

Taiz Romana era uma das alunas mais velhas da turma, assumindo o posto das traviarcas²⁸ com 50 anos. Ao perguntar sua raça, me respondeu “*acho que parda*”, se identificando neste momento como uma mulher trans. Questionada sobre sua orientação sexual, ela me perguntou o que seria isso e, após a explicação, me disse que achava ser bissexual, já que começou a fazer programas com mulheres e casais quando estava na Itália, desabafando com raiva que foi um casal que a deixara doente.

Em seguida, ela compartilhou que é natural de Caxias, cursou até a quarta série e se identifica como cabeleireira, já tendo trabalhado com carteira assinada. Atualmente, Taiz corre atrás, faz suas faxinas, afirmando ganhar muito mais dinheiro quando trabalhava com a prostituição, a qual encontra-se impedida por conta dos problemas de saúde. Segundo ela, “*desde criança, eu sempre sofri com meus parentes, preconceito. Eu não dei pra quem não presta porque Deus é maravilhoso na minha vida. Eu acho que Deus foi maravilhoso não, ele é maravilhoso na minha vida*”.

A fé é um elemento tão central na vida de Taiz, que ela escolheu ser fotografada no terreiro que frequenta em Padre Miguel para a exposição da EFCMM.



Figura 4 – Taiz no terreiro. Fonte: Foto tirada por Nlaised Luciano para o Conexão G, 2023.

Em seguida, desabafou sobre a relação com seus parentes:

²⁸ Termo que reúne os conceitos de travesti e matriarca.

Eu fui expulsa de casa com 12/13 anos quando eu falei pros meus pais que eu era homossexual, então eles perguntaram assim – você pode até ficar, aceito, mas não da maneira que você quer, tem que ser assim, menino -. Então como eu queria ser menina, (...) ai pegaram, me deram uma coça pra fora de casa. Morei na rua, dormi muito em casa dos outros, sofri muito na casa dos outros, tive que lavar, arrumar casa dos outros, coisa pra poder comer.. criança ainda ne, tem que sobreviver. Ai eu fui, fui, minha irmã foi e me adotou.

Após ouvir o difícil relato de Taiz, percebi como a família ou a religião assumia um papel de protagonismo na vida das alunas, ao mesmo tempo em que elas também se colocavam como agentes de mudança em suas próprias vidas, se apresentando como “*guerreira*”, “*na batalha*”. Enquanto Cristhyane credita à família ser seu “*porto seguro*”, sem saber o que seria dela sem eles, Taiz, que foi renegada pelos pais desde criança, credita a Deus não ter dado “*pro que não presta*”.

Uma semana depois das primeiras entrevistas, em 19 de outubro de 2023, aproveitei o dia da rota cultural, quando as alunas iam ao MAR, para convidar Thifany para nossa entrevista no café dentro do museu após a visita à exposição. Ela aceitou, demonstrando interesse em estender o encontro, mesmo tendo que voltar mais tarde para casa, para conversar comigo. Estava animada, pois ao longo das aulas Thifany foi apontada por algumas das alunas, que eram suas vizinhas, como uma referência por ser a primeira pessoa que elas viram com roupas femininas, se apresentando como travesti na rua. Além disso, ela tinha um senso de humor com fundo de verdade que chamava atenção. Ao perguntar o porquê de seu nome, eis a resposta inesquecível “*Pela joalheria, porque eu sou uma joia, amor*”.

Entramos no café, nos sentamos e peguei minha pasta com o questionário da entrevista. Estava um pouco nervosa, mas assim que comecei a perguntar seus dados, nossa conversa começou a fluir. Ela se apresentou como Thifany Marques da Cunha, 39 anos. Ao indagar sobre sua raça, me surpreendi com sua resposta “*Eu sou parda, mas negra, parda, dá no mesmo porque parda e negra é a mesma merda. Eu sou realista, eu não fico desenhando*”. Thifany tem uma capacidade, já percebida ao longo das aulas, de responder de forma direta e muito honesta o que vem na sua cabeça, talvez por isso também eu estivesse curiosa com a nossa entrevista.

Thifany escolheu ser fotografada se arrumando para a noite na exposição da Escola, oportunidade que tive de acompanhá-la em sua casa enquanto calçava seu salto alto *yves saint laurent*:



Figura 5 – Thifany calçando sua sandália. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Ao questionar qual seria sua identidade de gênero, me disse “*é travesti, porque trans eu só vou ser depois que eu operar, é a minha visão.*”, me contando estar na fila do SUS para a cirurgia de redesignação sexual há 15 anos. Em seguida, respondeu ser heterossexual, de Caxias, com o ensino médio completo e no momento trabalhando como encarregada de cozinha. Ao pedir para se apresentar, Thifany ressaltou seu histórico profissional, me contando que atualmente trabalha na cozinha de um Ciep, mas já tendo trabalhado como produtora de merchandising e em uma série de ações de Movimentos Sociais LGBTQIAP+.

Segundo ela, “*Eu quero mais, eu não quero ficar na cozinha. Eu quero, sei lá, fazer uma faculdade, eu quero outras áreas, eu quero mais, eu não quero ficar parada no mesmo lugar, estacionada*”. Recordo-me que algumas estudantes da EFCMM se surpreenderam com o desempenho de Thifany ao conseguir trabalhar dentro de uma escola sendo travesti. No entanto, conforme será evidenciado no subtópico 2.3.1, mesmo com um emprego formal, a persistente dificuldade em se sustentar mantém Thifany inserida nas estatísticas de precarização de mão de obra enfrentadas pela população transvestigênera negra e periférica.

Após entrevistar Thifany, minha pesquisa de campo retornou à Caxias, em 20 de outubro de 2023, dessa vez na casa de duas das alunas que além de amigas-irmãs, moravam juntas, Camila e Fabiane.

Na entrevista de Camila Vieira, fomos para seu quarto, onde a televisão estava ligada, sentamos na cama e ao longo da entrevista, enquanto ela ia se deitando, resolvi acompanhá-la, inclusive brincando “*na cama com Camila*”, como se estivéssemos em um *talk show*. Aparentando conforto para as perguntas que viriam, elas se seguiram em um tom descontraído. Ao colher os dados iniciais, Camila Vieira me respondeu ter 47 anos, se identificando como negra, travesti e heterossexual.

Contou ter nascido no Rio, mas ser moradora de Caxias, tendo estudado até a sexta série e estar sem trabalho formal. Camila foi sucinta na sua apresentação, “*Sou uma pessoa muito tranquila, trabalhadeira, honesta*”. Nesse dia, ela havia cozinhado o melhor bolo mesclado que já comi, sendo fotografada por Nlaison enquanto separava os ingredientes e o cozinhava.



Figura 6 – Camila preparando um bolo. Fonte: Foto tirada por Nlaison Luciano para o Conexão G, 2023.

Segundo ela, com 8/9 anos já era travesti:

“nunca tive muito como esconder na verdade porque sempre fui muito assim afeminada, então já cresci meus pais já vendo que eu era. Então eu não tive muito assim que me revelar, já vim praticamente pronta”.

Ao final das perguntas, nos levantamos e chamei Fabiane para a entrevista em seu quarto, o mesmo de Camila, dessa vez já me sentindo confortável para ficar direto na cama, aparentando relaxamento. Fabiane de Oliveira Silva tem 48 anos, identifica-

se como travesti, branca, heterossexual, de Caxias, com escolaridade até a oitava série e me disse que não estava trabalhando. Fabi escolheu ser fotografada enquanto escovava o cabelo de sua irmã:



Figura 7 – Fabiane como cabelereira. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Fabi se apresentou com o seguinte relato:

Eu sou Fabiane, sou travesti, me identifico assim desde os 15 anos quando me transformei a primeira vez, foi dançando na festa junina, eu dancei de dama da noite. Meu vestido era imenso. Eu dançava com o bofe, era arraial, quadrilha da federação, ganhei segunda melhor dançarina no arraial do Rio que foi na Sapucaí. Federação é um grupo de quadrilhas que faz esse torneio no Rio.

Me chamou atenção Fabiane ser a primeira entrevistada que ao se apresentar, ressaltou uma atividade que gostava, não focando na vida profissional ou mencionando Deus ou a família.

Após o almoço, eu e Nlaysia seguimos para a casa de Thifany e depois para o trabalho de Andreia, terminando o dia de fotos com Gleyciellen, também entrevistada. Gleyciellen foi a foto que gerou um dos maiores desafios, já que queria ser registrada como engraxate, uma de suas profissões anteriores.

Na missão de encontrar um engraxate no centro de Caxias que cedesse suas ferramentas para a foto, Gleyci nos levou até um que aceitou após o convencimento de Nlaysia. Dava para perceber que ele nos olhava e avistava Gleyciellen de uma

forma como se estivéssemos realizando uma caridade com ela. Após encontrar um homem que serviu de modelo para a foto e ter seu sapato engraxado, ele me perguntou “*ela é aluna de vocês?*”, disse que sim. Eis que, então, ele questionou se andávamos acompanhadas de segurança.

Desconcertada com a pergunta anterior, sentindo um misto de raiva, pedi à Gleyci para entrevistá-la. Encontramos um banco perto de uma praça que abarcava um teatro no Centro de Caxias onde nos sentamos, Nlaila permaneceu perto de mim ao longo das perguntas. Gleyciellen Eduarda Martins dos Santos respondeu ter 27 anos, ser parda, mulher trans, heterossexual, de Caxias, estudou até os 10 anos e trabalha como prostituta.



Figura 8 – Gleycielle engraxando um sapato. Fonte: Foto tirada por Nlaila Luciano para o Conexão G, 2023.

Ao pedir para que falasse sobre si mesma, me deu uma das respostas mais duras até aquele momento:

Eu sou uma garota que trabalha na prostituição pra poder ganhar o pão de cada dia pra levar alimento pra casa, às vezes uns que abusa da gente, não paga a gente, tem uns que te bate também, puxa a arma e bota pra descer e às vezes a gente é até ferida, mas a gente pede a Deus, Deus vai lá e ajuda a gente.

Sua resposta me atingiu como um soco no estômago. Em menos de 5 segundos de entrevista, Gleyciellen já despejava uma série de violências que são

cotidianamente sofridas por ela, me chamando atenção como a fé em Deus era o que a provia de força para encarar a dura realidade, afinal o ser humano de carne e osso não dava conta desse serviço, pelo contrário, era o seu algoz. Lembrei de Mariah Silva (2020) que ao relatar a situação de pessoas transvestigêneres na pandemia, metaforicamente disse que o grau de “virulência” variaria entre o não humano e o monstruoso, restando no limbo “seres do abismo”, representados como uma parte da população cujo sentimento de pertencimento na sociedade é nulo.

Ao comentar seu processo de identificação como uma mulher trans, me confessou:

Eu já me identifico como uma mulher trans desde que eu nasci, que eu era pequena, tava me desenvolvendo, não podia usar roupa de mulher por causa da minha família que implicava, hoje em dia eles me aceita tudo numa boa e antigamente eles me chamava muito pelo meu nome que não era social, até eu vestida com roupa de mulher ou não, eles me chamava na frente dos meus amigos, das minhas colegas com roupa de mulher, do meu nome de homem e eu não gostava disso. Me sentia constrangida, aí eu comecei a falar com eles e hoje em dia eles aceitaram, hoje em dia alguns me chama pelo meu nome e alguns me chama pelo meu nome normal.

Ao longo de toda entrevista com Gleyci, a hostilidade do mundo quase a engolia, mas ela fazia questão não só de se manter viva, como de dar piruetas. Sem amenizar toda a violência instaurada nas ruas, institucionalmente e dentro da esfera privada vivida por Gleyci, para mim, a imagem que ela deixa na EFCMM é a do seu corpo sambando efusivamente e dando estrelas no meio da Praça Mauá no dia da rota cultural. Seu grande coió²⁹ em face da ciscolonialidade³⁰ é não só permanecer viva, como transbordar carisma em cada movimento do seu corpo.

Com o término da entrevista de Gleyci, as futuras trocas com as alunas ocorreram todas no Centro de Cidadania LGBTI de Caxias. No penúltimo dia de aula, em 24 de outubro de 2023, após ter me visto com tempo livre no intervalo da aula, aproveitei para convidar logo Floribella para a entrevista. Nos sentamos em duas mesas formato carteira no canto da sala e pedi para que se identificasse. Floribella da Silva Rocha me informou ter 28 anos, ser morena, ser uma mulher trans, heterossexual, de Caxias, tendo estudado até o ensino médio e trabalhar como catadora e vendedora.

²⁹O termo coió na linguagem pajubá significa dar uma rasteira ou dar um fora.

³⁰O termo ciscolonialidade neste trabalho refere-se ao conceito empregado por Mariah Rafaela Silva (2020), a qual reposiciona a ideia de colonialidade a partir da dominação colonial do corpo, do gênero e da sexualidade pelo paradigma da cisgêneridade.



Figura 9 – Floribella catando lixo. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Perguntei o que ela gostaria de falar sobre si, e a primeira coisa que me disse foi ser uma pessoa boa, *“sou uma pessoa de bom coração, que ajuda qualquer pessoa”*. Após explicar que sempre que pode, tenta ajudar a quem passa fome, arrecadando dinheiro, já que seus pais no passado ficaram sem comer para que ela tivesse alimento, concluiu *“Eu queria que as pessoas me conhecessem de verdade, que eu corro atrás das minhas coisas. Mês passado que eu pedi uma vaquinha se as pessoas podiam colaborar com um dinheiro pra mim comprar umas balas”*.

O desejo de reconhecimento pela sociedade, sem ser vista como uma pessoa marginalizada, dependente de ajuda, mas sim como alguém que assume o controle de sua própria história, marca a narrativa de Floribella. Ela me disse ter se assumido para a sociedade como uma mulher aos 18 anos:

eu ia fazer essa idade e começava a me esconder, colocar peruca, aí eu falei assim, poxa, colocava peruca pra ir pros lugares, colocava só peruca.. depois eu me interessei em comprar um macacão, coloquei um macacão e me vesti pela primeira vez de mulher. (...) Até minha mãe um dia aceitar, quando ela aceitou foi o dia mais feliz da minha vida.

Uma das coisas que mais me chamou atenção na entrevista com Floribella foi seu sonho de trabalhar na TV Globo. Descobri que ela é atriz, embora isso não tenha aparecido na sua apresentação, trabalhando também como figurante em novelas. Por

considerar o teatro como um fator muito importante em sua vida, me disse que tinha o desejo de ensiná-lo na Escola, “*queria ensinar uma coisa boa, da arte, porque a arte que a escola tá precisando, entendeu?*”.

As entrevistas com Bella e Isabella ocorreram em 26 de outubro de 2023, após a confraternização do último dia de aula no Centro de Cidadania LGBTI+ de Caxias, com um clima saudoso e de alegria entre as alunas. Desci com Bella Fernandes R. Paula e nós nos sentamos em um banco dentro do Centro de Cidadania.

Ela me disse ter 26 anos, identificar-se como parda, intersexo e heterossexual. Descobri nesse momento que Bella vinha de Minas Gerais, Uberlândia, tendo estudado até o segundo ano do Ensino Médio. Bella optou por ser fotografada por Nlaised com uma planta, símbolo da jardinagem que gosta de realizar no tempo livre:



Figura 10 – Bella segurando uma planta. Fonte: Foto tirada por Nlaised Luciano para o Conexão G, 2023.

Em sua apresentação, ela explicou o que significava intersexo. Segundo ela “*são dois gêneros em uma pessoa só, mas o corpo de uma intersexo escolhe qual o gênero que ela vai ser, não é a pessoa que escolhe (...). Então, por exemplo, seios*

criaram, tenho vagina, tenho tudo isso, e um pênis”³¹. Assim que nasceu, nos primeiros anos, confessou achar estranho, se sentindo uma mutante, mas que hoje em dia tem “*muita facilidade de arrumar empregos, arrumar relacionamentos, amizades, facilidade de andar na rua*”.

Ao terminarmos, chamei Isabella Silva de Andrade, que estava nos esperando. Ela me contou ter 25 anos e demonstrou ter dúvida em como identificar sua racialidade, “*parda né, não sei, acho que é parda. Eu não acho que sou 100% negra*”. Em seguida, se definiu como uma mulher trans, heterossexual, de Nova Campina, tendo estudado até o nono ano, possuindo a profissão de cabelereira. Embora trabalhe com cabelos, Isabella quis ser registrada para a exposição da EFCMM pelo que gosta de fazer no tempo livre que é a corrida:

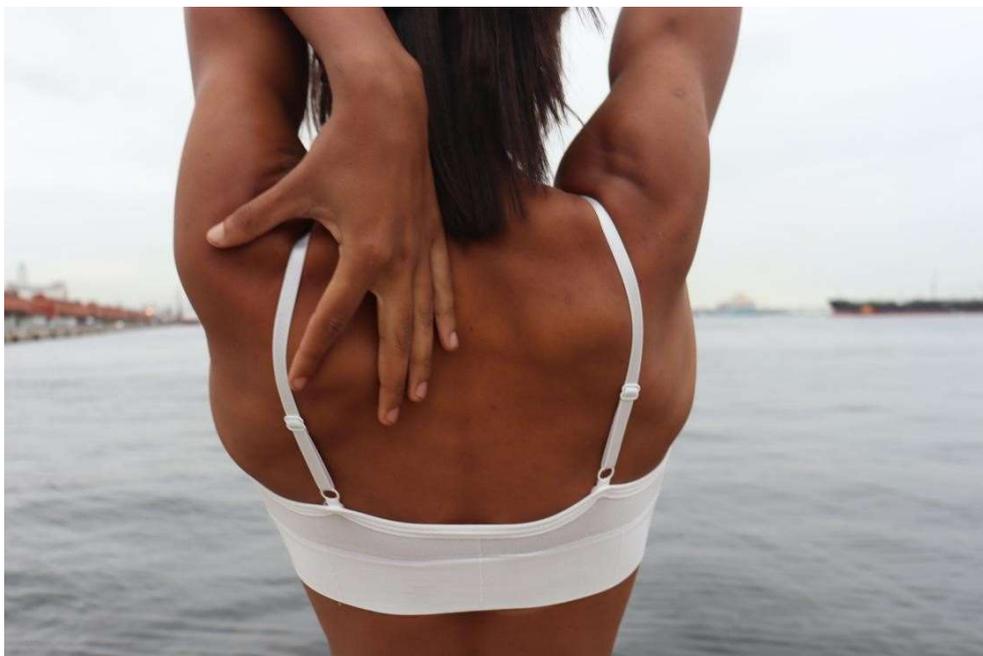


Figura 11 – Isabella se alongando para correr. Fonte: Foto tirada por Nlaysia Luciano para o Conexão G, 2023.

Ao perguntar como ela gostaria de se apresentar, ressaltou o papel da família: “*Eu sempre tive meu pai e minha mãe do meu lado, por mais que eles não me apoiassem, eles me respeitavam. Eu não sei o que é passar necessidade, nunca vivi*

³¹ Importante ressaltar que este trabalho não se aprofundará acerca da vivência de pessoas intersexo por falta de espaço, porém como a intersexualidade pode abarcar a transvestigeneridade e de forma a não excluir a aluna, optei por deixar seu depoimento nessa dissertação.

esse lado”. Em seguida, falou sobre as referências de meninas trans perto de sua casa e seu processo de transição:

Aonde eu moro é um bairro pequeno, então tinham umas meninas trans que se vestiam, se montavam, as pessoas comentavam.. só que desde criança eu não gostava das roupas que eu vestia, do meu cabelo. Na época menino não podia ter cabelo grande e como consegui ter cabelo mais comprido, as pessoas se confundiam muito, “ii esse menino parece ser mulher”. Acho que eu tinha 17 pra 18 anos, por aí.

Os códigos cisheteronormativos impostos socialmente como a vinculação de um “cabelo grande” a “ser mulher” e, conseqüentemente, somente possível a certos corpos, é algo que permeia o processo de identidade de gênero das alunas. As construções de gênero serão aprofundadas no subtópico a seguir.

Ao final das entrevistas, destaca-se que das 11 entrevistadas, 7 ultrapassaram a expectativa de vida da população trans* no Brasil, em torno de apenas 35 anos se identificadas como brancas, se identificadas como negras ou pardas essa média cai para 28 anos (Antra, 2023). Nesse sentido, considerei a expectativa de vida conforme o critério racial nomeado pela entrevistada.

Pensando em critério racial, a resposta quanto a sua cor ou raça foi o dado que gerou dúvidas, no momento de responder, pelas sujeitas da pesquisa, somente uma delas respondendo ser branca. Do restante, 2 se identificaram como negra, 3 como parda e 1 como morena, 2 alunas alegaram se entenderem como parda ou negra, não vendo diferença entre os termos, e outras 2 transpareceram dúvidas ao se colocarem como parda (“*parda né, não sei, acho que é parda.*” e “*acho que parda*”).

Quanto à escolaridade, apenas 2 das entrevistadas possuem o Ensino Médio completo, sendo uma delas justamente a única da turma que possui um emprego formal neste momento; 3 alunas estão cursando ou terminaram o nono ano do ensino fundamental; outras 5 pararam de estudar no início do ensino fundamental; e uma terminou o 2º ano do Ensino Médio.

No quesito ocupação profissional, apenas uma aluna possui um emprego formal. O restante das alunas informou ao longo da entrevista trabalhar como cabelereira, com faxina, com prostituição e uma delas como catadora e vendedora³².

Chama atenção que no campo da orientação sexual somente uma se identifica como bissexual e referente a identidade de gênero, 6 se reconhecem como mulheres

³²Não realizei uma análise quantitativa das ocupações profissionais, pois a maioria das entrevistadas se disse desempregada nos dados e ao longo da entrevista que surgiram suas formas de subsistência.

trans, embora ao longo das conversas algumas posteriormente se identifiquem como travesti; 1 como intersexo e 4 afirmam serem travestis ao preencherem os dados. Um dos pontos abordados futuramente será a influência da EFCMM na mudança de identificação de gênero de algumas alunas como travesti, através de uma nova visão dessa identidade política.

Ao reunir os dados pertencentes às pessoas que generosamente contribuem para que essa dissertação seja possível, ressalvo que não objetivo criar uma narrativa única de um perfil do que significa ser uma mulher trans e travesti oriunda da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, de modo a reificá-las. Busco na verdade interrogar suas realidades nesse território, identificando pontos em comum a partir de vivências particulares que transpassam o sistema social, como forma de repensar a produção de um direito que não foi criado para elas.

2.2

Dialogando com as categorias das sujeitas de pesquisa a partir do feminismo crítico latino-americano

*eu quero saber quem é que foi o grande otário
que saiu aí falando que o mundo é binário hein?
se metade me quer (ahã)
e a outra também (pois é)
dizem que não sou homem (xii!)
nem tampouco mulher
então olha só, doutor!
saca só que genial
sabe a minha identidade?
nada a ver com xota e pau, viu?*

Linn da Quebrada, *Pirigoza*

Isaltina de Campo Belo, desde menina, se sentia diferente. Sua família havia chegado na cidade nos meados do século XIX. Com o tempo, conseguiram comprar um lote de terra e iniciar uma lavoura própria, prosperando economicamente. Contudo, mesmo podendo estudar e tendo uma infância feliz, Isaltina se sentia um menino e se angustiava com o fato de ninguém perceber. “Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada” (Evaristo, 2016, p. 50).

Desabafando sobre esse sentimento de “fora de lugar” (Evaristo, 2016, p. 61), ela narra o dia em que foi levada às pressas ao médico por conta de uma apendicite:

Ali estava a minha chance. O médico iria descobrir quem era eu, lá por debaixo de mim, e contaria para todos. Então, o menino que eu carregava, e que ninguém via, poderia soltar as suas asas e voar feliz. O médico não descobriu. E a ignorância dele sobre quem eu era ficou comprovada quando, no outro dia, no final da tarde, ele me cumprimentou dizendo que eu era uma menina muito corajosa, mais corajosa do que muitos meninos. A dor que eu senti naquele momento foi maior do que a que senti com a supuração de minha apendicite (Evaristo, 2016, p. 58/59).

Lembro que após ler esse trecho, uma aluna da turma da EFCMM do Complexo do Alemão comentou ao meu lado “*Eu acho que ela é um homem trans*”. Nlaised compartilha esse conto de Conceição Evaristo em uma das aulas da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi como forma de discutir entre as alunas, além de outros temas, como desde crianças o mundo nos impõe que nosso corpo e nossas identidades sejam lidos sob o prisma da cisheteronormatividade compulsória.

Nesse sentido, o conto de Conceição é marcante, pois ao final nos é revelado, pelas palavras de Isaltina em primeira pessoa, que não havia nenhum menino dentro de si, mas como seu desejo era direcionado a meninas, ela cresceu acreditando que precisava ser um homem. Ao se abrir sobre sua confusão, Isaltina vivência um estupro coletivo, com a desculpa de que como mulher negra, ela deveria “ter fogo” e precisava ser ensinada “a ser mulher”. Assim, sua trajetória explicita a imbricação de opressões, cerceada por discursos e ações opressoras de forma interrelacionada, devido à sua condição de mulher cisgênera, negra e lésbica, refletindo sobre raça, identidade de gênero, orientação sexual e cisheteronormatividade (Miranda, 2021).

Segundo Viviane Vergueiro, a leitura do sexo como um dado inequívoco e factível, como realidade empírica – “macho ou fêmea”, “masculino ou feminino” –, situa-o em um domínio pré-discursivo, como se fosse possível recorrer a um sexo que se localiza aquém ou além das relações de poder e da economia discursiva que constitui o gênero (Vergueiro, 2015). Todavia, compreender o sexo e o corpo dentro dos limites do discurso não significa desconsiderar a sua dimensão material, negar, por exemplo, as funções fisiológicas dele, mas sim entender que são as relações de poder que vão fixar a diferenciação sexual binária como uma condição anterior à própria fabricação do gênero (Nascimento, 2021). Conforme Leticia Nascimento nos explica:

Deflagrar esses modos de produção nos leva à compreensão de que o sexo também é discursivo, cultural e histórico, assim como o gênero, e principalmente que o gênero é o próprio dispositivo de produção do sexo. O sexo não é anatômico, hormonal,

cromossômico, pois essa suposta natureza é discursivamente construída pela cientificidade médica. Os modos como as funções reprodutivas são desenvolvidas são eminentemente culturais, e seu uso como justificativa para o binarismo congruente entre sexo/gênero também é político (Nascimento, 2021, p. 66).

Demonstrando inclusive que esse regimento da sociedade sob uma “bio-lógica” pode ser atribuído aos discursos de gênero ocidentais, a autora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) ao estudar a Iorubalândia antes da colonização, demonstra como a categoria mulher era inexistente naquela organização social. Segundo Oyěwùmí (2021), a lógica cultural das categorias sociais ocidentais se baseia em uma ideologia do determinismo biológico: a ideia de que a biologia oferece a sustentação lógica para a organização do mundo social. Assim, a autora chama essa lógica cultural ocidental na verdade de uma “bio-lógica”, sendo a presença ou ausência de alguns órgãos como determinantes da posição social na sociedade. Já na Iorubalândia, por exemplo, o critério de hierarquização entre indivíduos era a senioridade, sem relação alguma com a anatomia corporal (Oyěwùmí, 2021).

Importante ressaltar, portanto, que os conceitos de identidade de gênero variam a depender do contexto sociocultural, pois existe uma vasta gama de identidades e expressões de gênero em todas as regiões, como resultado de culturas e tradições há muito estabelecidas e, dependendo da língua, os termos “sexo”, “gênero”, “identidade de gênero” e/ou “identidade sexual” nem sempre são usados ou se diferem. Alguns dos termos ligados a gênero usados em outros contextos socioculturais incluem hijra (Bangladesh, Índia e Paquistão), waria (Indonésia), okuleandagule (República Democrática do Congo e Uganda), muxe (México), fa'afafine (Samoa), kathoey (Tailândia) e two-spirit (indígenas norte-americanos) (Vergueiro; Passos, 2022).

Associado aos diferentes modos de pensar a categoria gênero e suas derivações, há uma concepção racial dos corpos humanos, sendo impossível falar sobre gênero e sexualidade sem historicizá-los a partir da hierarquia racializada da humanidade que serviu como base para a modernidade colonial. Nesse viés, é fundamental “racializar para politizar gênero como categoria empírica, analítica e normativa” (Gill; Pires, 2022, p.15), situando historicamente o discurso feminista hegemônico que elege a categoria universal mulher como equivalente a mulher cis, branca, heterossexual, de classe média e casada. Desse modo, esse trabalho não pretende reduzir categorias como gênero, raça, classe e sexualidade a marcadores identitários, mas sim

compreendê-los como relações de poder para a partir de então disputar narrativas e repensar o mundo herdado (Gill; Pires, 2022).

Segundo Thula Pires (2017), o sucesso do modelo tirano de categorização racial da humanidade provém, além de circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais bem definidas, da naturalização dessa estratificação, do não reconhecimento do sistema de privilégios que essa hierarquização engendra e da consequente negação/cegueira quanto à sua existência. Nesse sentido, o racismo separa quem está acima da linha do humano – *zona do ser* -, isto é, aqueles que possuem sua humanidade plenamente reconhecida, a exemplo dos colonizadores, daqueles que estão abaixo desta linha – *zona do não ser*, no vocabulário de Fanon³³ – considerados não-humanos ou subhumanos, eis que a humanidade é questionada e negada (Grosfoguel, 2016).

Corroborando essa ideia de estratificação da sociedade, Anibal Quijano (2005) demonstra como “a raça se transformou no modo básico de classificação social universal da população mundial” (Quijano, 2005, p. 3). Segundo o autor, durante o colonialismo, os povos conquistados e dominados foram colocados em uma circunstância naturalizada de inferioridade, e consequentemente também suas características fenotípicas, assim como suas formas de pensar e agir culturalmente. Tendo o critério racial como a mais eficaz forma de dominação social, a socióloga Maria Lugones (2010) acrescentou a perspectiva de gênero como outra ferramenta igualmente poderosa e universal de controle.

Maria Lugones (2010), compreendendo raça e gênero como coconstitutivas, localiza na *zona do ser* o padrão do ser homem/mulher, enquanto na *zona do não ser* o padrão animalizado de macho/fêmea, caracterizando pessoas historicamente colonizadas, escravizadas e que até hoje são tratadas como destituídas de humanidade. Logo, para abarcar o ponto de vista epistêmico e metodológico das sujeitas de pesquisa que aqui foram apresentadas, é necessário disputar os termos de raça, gênero, sexo, classe e território tendo como ponto de referência outra gramática que não a hegemônica representativa da *zona do ser* (Gill; Pires, 2022).

³³Frantz Fanon emprega o termo “*zona do não ser*” como referência à região árida e estéril ocupada pelo negro, que não é tido como detentor de humanidade, no livro “*Pele negra, máscaras brancas*” (2008). Desde então, alguns filósofos influenciados pela obra de Fanon começaram a utilizar expressões “*zona do ser*” e “*zona do não ser*” (Gordon 2006, Wynter 2003, Maldonado Torres 2008, Grosfoguel 2016). Enquanto a *zona do ser* assegura a fruição de direitos, o acesso a bens materiais e o reconhecimento social de suas subjetividades e epistemologias, todas essas características são negadas aos membros na *zona do não ser* (Grosfoguel, 2016).

Sob esse prisma, Ochy Curiel (2014) chama atenção ao que sustenta as categorias de gênero, raça e sexualidade no vocabulário moderno/colonial. A relação que é criada entre essas categorias se baseia na dicotomia construída entre natureza e cultura. Logo, por meio da gramática hegemônica, o sexo é visto como algo natural e o gênero como cultural. Implicações de raça são igualmente tidas como naturais ou biológicas, enquanto a sexualidade é colocada através de uma lente que lê o corpo como algo “normalizado, patologizado e policiado a partir desses parâmetros biologizantes” (Gill;Pires, 2022, p. 62).

Nesses termos, segundo Curiel (2016), torna-se imprescindível compreender a imbricação de opressões como uma série de experiências que atravessam historicamente nossa região desde o colonialismo e se expressam em certos sujeitos destituídos de privilégios raciais, de classe, sexo e sexualidade. Seguindo essa vertente em que categorias identitárias são meios e não fins em si mesmos, Curiel estabelece alguns desafios para a descolonização das formas de saber, poder e ser que essa dissertação busca seguir. Entre eles, estão, (i) “conceber o feminismo crítico latino-americano como teoria social, preocupada em entender as distintas relações de poder e suas imbricações, sempre contextualizando temporal e espacialmente” e (ii), “valorizar como conhecimento o que se produz através das práticas políticas de diversos Movimentos Sociais” (Curiel, 2016, p. 83-84).

Vislumbrando esse percurso, para analisar a forma como as alunas se colocam, às vezes como *mulher trans*, outras como *travesti*, às vezes como *negra*, outras como *parda*, às vezes não vendo diferença nos termos, é preciso entender como as relações de opressão, ainda que cada uma com suas especificidades³⁴, foram estabelecidas desde o colonialismo. Nesse sentido, o estudo das relações entre sexo e gênero tem que contemplar as formas como a raça e a classe constituem as relações intersubjetivas e institucionais e são constituídas por elas (Gill; Pires, 2022. Esse olhar imbricado, por exemplo, permite uma análise mais profunda acerca dos papéis sociais esperados do homem e da mulher (Curiel, 2016).

Ao enxergar a desumanização naturalizada dos corpos não brancos, é possível perceber as artimanhas do racismo, sexismo e da cisheterossexualidade compulsória.

³⁴ Ao apontar semelhanças na forma como identidades raciais e de gênero são, em alguma medida, fluidas ou mesmo indeterminadas, não pretendo, com isso, sugerir que as relações de gênero e as relações raciais possuem uma mesma dinâmica de subjetivação ou, menos ainda, que é possível fazer paralelos no que diz respeito a suas implicações sociais. Apenas procuro ressaltar que, no plano da experiência de uma corporalidade particular, essas dimensões são historicamente inseparáveis.

Uma forma de ilustrar isso é a associação da feminilidade com a domesticidade na história de mulheres cis brancas, esposas de classe média e alta. Através de um ponto de vista imbricado, é possível perceber que a feminilidade sendo pautada nos termos da branquitude gera efeitos na construção de outras feminilidades (Gill; Pires, 2022). Consequentemente, ocorre uma “masculinização” de corpos negros desde o período escravagista, negando a ideia de feminilidade às mulheres negras, sobretudo se travestis e trans.

A construção do estereótipo da mulher negra como "forte e dura" remonta ao período colonial e representa a antítese da representação da mulher branca como "frágil e sensível", esta última sendo a construção hegemônica no âmbito visível do sistema moderno/colonial de gênero (Cardoso, 2012). A representação da mulher negra tinha o propósito de designá-la como parceira do homem escravizado, destinada a realizar trabalhos ao seu lado que demandassem força física, mas que também poderiam incluir tarefas domésticas, sem falar na exposição à violência sexual (Cardoso, 2012).

bel hooks (1981) afirma que nenhum homem negro escravizado “foi forçado a executar papéis tradicionalmente desempenhados exclusivamente por mulheres” (p. 21). Contudo, o mesmo não se pode dizer das mulheres negras escravizadas já que tarefas culturalmente estabelecidas como “trabalho masculino” eram cumpridas pelas mulheres escravizadas. A explicação do homem branco para essa “habilidade”, segundo hooks, era que “mulheres negras escravas não eram mulheres “de verdade”, mas eram criaturas sub-humanas masculinizadas” (1981, p. 21), e assim o estereótipo da mulher negra “forte e dura” era construído.

Um dos aspectos da representação da mulher negra como forte é o da trabalhadora incansável, tanto no mercado de trabalho quanto na família. Patricia Hill Collins (2000) afirma que embora essa seja uma das poucas imagens que afirmam a feminilidade negra de forma positiva, essa percepção dificulta a rejeição de trabalhos de exploração e o afastamento da responsabilidade familiar.

Nesse contexto, ao narrar seus processos de se compreenderem como pessoas femininas, muitas alunas transvestigêneres negras e periféricas expressam sua colocação pela família como cuidadoras do lar ou realizadoras de tarefas domésticas, sendo um símbolo do “lugar de mulher”. Vide a fala de Cris, “*Nós mulheres trans na família, a família nos aceita, mas nós temos que ser uma dona de casa, cuidar da família pra eles poderem trabalhar. Me colocam no lugar de mulher*”.

Quando sua avó e sua mãe a viram vestidas com suas roupas e maquiada pela primeira vez, sua avó proferiu a seguinte frase: “*você vai cozinhar porque você vai precisar*”. Essa frase pode se associar ao papel doméstico atribuído às mulheres cis e transvestisgêneres, com diferentes dimensões a depender do critério racial, como articulada a sua condição periférica e de classe. Isto pois mulheres dos estratos superiores de renda, sejam elas mulheres cis ou trans, frequentemente recorrem à terceirização do trabalho doméstico para atenuar as responsabilidades sociais atribuídas a elas (Resende, 2023).

Como exposto acima, ao serem lidas como pessoas que performam a feminilidade, as sujeitas de pesquisa são atravessadas por outros fatores de opressão e também recebem a expectativa social do papel de cuidadoras do lar. É perceptível, portanto, como a cisheteronormatividade, o patriarcado, o racismo e a desigualdade de classe operam sobre todos os corpos que reivindicam a categoria de mulheridade ou feminilidade a partir de diferentes graus de violência.

Dentro dessas relações de poder que definem quais corpos merecem ser lidos como femininos e considerando que a língua possui o poder de identificação e existência no campo social, torna-se imprescindível nomear quem está por trás da norma. Lembro que na peça *Manifesto Transpofágico*, a atriz Renata Carvalho, questiona quem ali sabe o que significa ser cisgênero, alegando que quem não conhece esse termo, provavelmente é uma pessoa cis. Contudo, ao chegar no Complexo do Alemão, no primeiro dia de aula, e me apresentar como uma pessoa cisgênera, várias alunas me perguntaram o que isso queria dizer. Em Caxias, também ocorreu o desconhecimento do termo cis por grande parte das alunas, sendo algo trabalhado por Nlaysia ao longo das aulas.

Esse desconhecimento acerca do conceito de cisgeneridade, tanto por pessoas cis como por mulheres trans e travestis periféricas, revela um dos principais fatores de patologização de outros corpos, pois reflete como apenas as identidades de gênero de pessoas transvestigêneres merecem ser demarcadas, em contraste com as identidades cisgêneras naturalizadas, sendo o silêncio descritivo o que impulsiona a criação do termo cis. Assim, “esse silêncio se dá ao mesmo tempo em que produz coerências e inteligibilidades às identidades dos sujeitos cisgêneros e interdições à plena identificação de gênero aos sujeitos transgêneros” (Bagagli, 2014, p. 144).

A noção de cisgeneridade, nesse contexto, surge, justamente, para desfazer a ideia de que “pessoas cis simplesmente são o seu gênero” (Guimarães, 2013), se

alinhando à concepção de um corpo e identidade de gênero “normal”, “não transtornado”, “biológico”. Logo, uma definição para o conceito de cisgenderidade seria “a identidade de gênero daquelas pessoas cuja experiência interna e individual do gênero corresponda ao sexo atribuído no nascimento a elas” (Vergueiro, 2016, p.282). Por meio dessa definição, é possível visibilizar os gêneros tidos como naturais, verdadeiros e ideais – com a consequente marginalização e desumanização de gêneros vistos como incongruentes.

Viviane Vergueiro (2015) realça que esse conceito é criado sob um propósito analítico e não visando o estabelecimento de uma identidade cisgênera, pelo menos “não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans travestis”, (Vergueiro, 2016, p.252). Conseqüentemente, é um esforço de obter formas de se referir às tidas “normalidades corporais” e de identidade de gênero sem necessitar de terminologias que pressupõem uma naturalidade ou superioridade cisgênera, como os termos “mulher/homem biológico” e “mulher/homem de verdade” implicam.

Nesse âmbito, analisar categorias trazidas pelas entrevistadas como mulher trans, travesti, transexual a partir da nomeação e compreensão da cisgenderidade possibilita refletir sobre os dispositivos de poder que produzem a norma e apontar as violências institucionais produzidas pelo Estado e pelo direito. Destacar a cisgenderidade também implica em colocar holofote na ausência de pessoas trans* e travestis ocupando espaços de poder como a academia, onde me insiro nesse momento, sendo produtoras de conhecimento, ou em tribunais de justiça, delegacias e em outros órgãos institucionais, por exemplo.

De modo a estudar a cisgenderidade como conceito de análise, Viviane Vergueiro (2015) a sistematizou através de três traços interdependentes. O (i) da *pré-discursividade*, que representa a compreensão sociocultural de que é possível caracterizar sexos e gêneros tendo critérios objetivos e se baseando em determinadas características corporais - como os genitais -, desconsiderando a autopercepção pessoal ou contexto sociocultural que a pessoa se encontre. Nessa ótica, o conceito de sexo também é pré-discursivo, sendo lido como a prova da “materialidade verificável da pré-discursividade da cisgenderidade”, o que determinados valores ocidentais e eurocêtricos tentam perpetuar.

Alguns exemplos da pré-discursividade entranhada das categorias de gênero e sexo apareceram em algumas falas das alunas da EFCMM ao longo das aulas. Por

exemplo, ao Nlaised questionar o que seria gênero na turma do Complexo do Alemão, uma das primeiras respostas foi “*é quando você nasceu, o médico viu o piru*”. Ao se aprofundar sobre como nossa construção de identidade de gênero é genitalista e binária, surge o questionamento já antecipado por Linn da Quebrada (2018), e “se o pau da mulher trans e travesti fosse associado a um pau de mulher”? Embaralhando a interpretação normativa do órgão genital, evidencia-se o caráter socialmente dado à sexualidade e leitura corporal.

O segundo traço que compõe a cisgeneridade seria a (ii) *binariedade*, que significa que os corpos, se “normais”, terão seus gêneros constituídos a partir de duas alternativas: macho/homem e fêmea/mulher. Vergueiro (2015) elucida que essa maneira binária de interpretar as diversidades corporais e de identidade de gênero operam a partir da naturalização de diferenças que escondem as relações de poder que as sustentam. Assim, a universalização binarista pode ser diretamente significada enquanto parte de projetos de aniquilamento de diversas perspectivas socioculturais de gênero que existem e existiram em sociedade colonizadas, ininteligíveis ao olhar eurocêntrico, como foi demonstrado pela autora Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2023).

Ao introduzir o conceito de binariedade para as alunas da EFCMM, Nlaised expõe como a própria língua possui um padrão binário de classificação, trabalhando com antônimos, e ao perceber isso, é possível desnaturalizar o que é considerado feminino e masculino. Por exemplo, Nlaised demonstra como todas as alunas da EFCMM de Duque de Caxias reforçam, de certa forma, padrões binários do que é o gênero feminino, reproduzindo uma estética binária de gênero. A partir dessa discussão, abrem-se reflexões sobre a possibilidade de transvestigêneres não se encaixarem na binariedade, sendo possível transitar entre ambos os gêneros, não se identificar com nenhum deles, ou se identificar ora com um, ora com outro.

O último traço é a (iii) *permanência*, a qual remete “à fantasia cisnormativa de imutabilidade e estabilidade do gênero, como se esse derivasse de um núcleo interno, preestabelecido e contínuo” (Hining; Toneli, 2023, p.6). Assim, se um corpo é interpretado como mulher em seu nascimento, esse desígnio se torna a verdade sobre seu sexo, sendo essa verdade, sob a perspectiva da cisgeneridade, imutável. É essa ideia de permanência associada à estabilidade que contribui para a noção de “desvio” que é comumente atribuída às identidades transvestigêneres, dificultando o acesso a direitos dessas pessoas. Portanto, a cisgeneridade atua como um dispositivo de poder regulador que mata, controla e limita as diversidades corporais e de gênero.

Corpos intersexo são a prova de como funcionam essas três características da produção da cisgeneridade elencadas por Vergueiro (2015), rompendo com a normatividade imposta pela anatomia corporal. Assim, pessoas intersexos desestabilizam a ficção e a fixação sobre os corpos cisheteronormativos, desnaturalizando a bio-lógica genitalista que conforma o sistema sexo-gênero. A medicina, por exemplo, sob o viés patológico, intervém na manutenção da binariedade de gênero de crianças intersexos, as mutilando assim que nascem sob o título de “correção médica”, o que gera diversas disforias (Silva, 2019). Portanto, a mesma lógica médica que enxerga a transexualidade como uma doença é a que patologiza pessoas intersexo.

Uma fala de uma aluna que elucida tanto o traço da pré-discursividade por trás das categorias de sexo e gênero e também da permanência é: “*Desde criança eu já sabia que era menina, mas aos 9 quando nasceram os pelos, eu desisti, porque não tinha como nascer de novo. Eu achava que tinha que nascer mulher*”. Simone de Beauvoir (1970), em sua famosa afirmação “Não se nasce mulher, torna-se mulher” desconstrói essa ideia do gênero como algo inato, contudo, Leticia Nascimento (2021) questiona quem é essa pessoa que pode se tornar mulher, pois se somente forem corpos com vaginas, *gênero* e *sexo* seguirão sendo categorias essencializadas.

Segundo Nascimento (2021), o potencial conceitual e político da categoria gênero encontra-se justamente na desessencialização e desnaturalização da identidade “mulher”, rompendo com a imagem da mulher cishétero branca como única possibilidade de caracterização de sujeita dentro do feminismo. Desse modo, conforme a autora, surge a categoria travesti em suas diversas expressões, abrangendo travestis não binárias, mulheres travestis ou apenas travestis. Consequentemente, o transfeminismo abre espaço para que “muitas performances e experiências não escritas dentro do termo *mulheridades* possam ser parte do feminismo, como as que se reconhecem dentro das travestilidades (travestigeneridades)” (Nascimento, 2021, p. 32).

Ao entrevistar Fabiane e perguntar sobre sua identidade de gênero, ela me disse: “*Eu sou travesti que eu quero representar uma mulher, mas não quero ser mulher*”, porém, ao longo das aulas outras alunas se colocaram como travestis e como mulheres, tendo todas em comum a necessidade de serem tratadas no feminino. Nas palavras de Leticia Nascimento:

Muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres. A sentença “eu sou travesti” é suficiente para marcar seus locais dentro de uma identificação de gênero. A compreensão de mulheridades, feminilidades e travestigeneridades perpassa por uma estratégia política, e não condição ontológica, uma vez que se reivindicar dentro de uma performance de gênero relaciona-se diretamente à possibilidade de tornar-se alguém dentro das sociedades ocidentais (Nascimento, 2021, p. 41).

Portanto, eis a importância das múltiplas possibilidades de autodefinição, existindo dentro da EFCMM alunas que se identificam como mulheres trans e outras como travestis, sendo possível que esses termos signifiquem a mesma coisa para elas ou não, assim como estarem abarcadas dentro da mulheridade, mas não necessariamente. Consequentemente, há alunas que se enxergam como travestis, sendo essa definição um terceiro gênero; algumas como mulheres travestis, dentro da lógica binária de gênero e outras como mulheres trans.

Ao longo das minhas entrevistas e da convivência nas aulas, é perceptível como a sociedade tenta moldar a matriz do sistema sexo-gênero-desejo sob a inteligibilidade cisheteronormativa, porém ela nunca dará conta de abarcar as múltiplas existências do ser humano. Ao perguntar à Nlaysia sobre sua identidade de gênero, ela se colocou como mulher, mulher trans e travesti, exemplificando essa questão. Quanto ao termo travesti, Nlaysia descreve:

“O termo travesti foi um nome que por muito tempo foi negado até por nós, foi um termo que foi estigmatizado, foi um termo que a todo momento né a criminalização, a marginalização, os estigmas, tudo o que é pejorativo foi cercando esse nome. Resgatar esse nome pra dizer que é possível ter uma travesti atrelada a uma pessoa que acessa o ensino superior, a uma pessoa que também é de favela, mas que também tem acesso, mas que também tem uma rede, mas também é artista (...) atrelar tudo isso que eu sou e que eu estou a um nome que eu poderia de alguma maneira deixar só para aquelas que assumem socialmente estereótipos, eu acho que não seria coerente com a minha trajetória política e de vida.”

Quanto ao termo trans, Nlaysia assume a necessidade do elo entre o que é ser travesti e o que é ser mulher, considerando o termo trans como uma forma estratégica de estabelecer essa ponte ao se apresentar para pessoas que são preconceituosas quanto ao termo travesti. Embora reconheça que a categoria trans passa por um projeto de higienização de seus corpos dentro da academia e da medicina, contribuindo na patologização de suas existências, Nlaysia questiona como remodelar esse termo, em suas palavras: “de usar o que também está higienizado para a partir

desse lugar de higienização contaminar, eu acho que eu sou uma pessoa que eu gosto de contaminar”.

Atualmente, o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em sua quinta edição, classifica as transexualidades como uma “disforia de gênero”, antes compreendida como uma doença mental. Apenas em 2018, a Organização Mundial de Saúde reclassificou as transexualidades na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), em sua décima primeira edição, como “incongruências de gênero” ao invés de “transtornos mentais”. Ambas as definições seguem operando sob uma lógica de profunda patologização de corpos trans, o que, gera uma reivindicação pela abolição das transexualidades de tais documentos por um segmento do movimento transvestigênera (Silva, 2020).

Por fim, ao se colocar como mulher, Nlaison reivindica o lugar do feminino, um termo disputado que será utilizado para demonstrar o seu pertencimento ao espectro da mulheridade. Desse modo, Nlaison conclui que esses três termos, “travesti”, “mulher trans” e “mulher” serão utilizados *“em contextos, em lugares e pessoas diferentes para que a intenção que eu tenha para chegar na pessoa, comunicar na pessoa ou impactar a pessoa, ela também seja diferente”*. Ao embaralhar e disputar essas classificações, é possível uma desnaturalização da cisheteronormatividade que rege as inteligibilidades sociais (Vergueiro, 2016).

Nesse sentido, a cisheteronormatividade é perpetuada pelas práticas e instituições que privilegiam a cisgeneridade e heterossexualidade como corporalidade, identidade de gênero e orientação sexual “naturais”, formando um conjunto de dispositivos de poder colonialistas que incidem sobre as diversidades corporais e de gênero, atravessados por outras formas de inferiorização e marginalização imbricadas, sendo o sistema legal e o sistema acadêmico algumas das esferas em que esses dispositivos se manifestam (Vergueiro, 2014).

Ao longo da minha entrevista com Nlaison, as reflexões fluem na compreensão de que há uma diversidade de possibilidades de existência, as quais as categorias nunca serão suficientes para abarcar. Sob esse viés, Linn da Quebrada propõe a possibilidade de, apesar da norma, identificar-se como “terrorista de gênero”, (Oliveira, 2022). Isso significa se colocar em risco e ter coragem para aniquilar e romper fronteiras em si mesma de forma a abrir espaço para que outras realidades possam vir à tona, florescer, permitindo o perigo iminente de ser o que ela nem sabia ser (Linn da Quebrada, 2018). O terrorismo de gênero de Linn “corrompe a

cisheteronormatividade, admitindo a possibilidade de ser mestiça, ser não-binária, ser viado, ser bixa preta, ser trans, ser travesty” (Oliveira, 2022, p.48).

Contudo, em um mundo em que o Brasil segue como o país que mais mata pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, sendo 80% pessoas negras e 95% travestis ou mulheres trans (Trans Murder Monitoring, 2023), se o código da ameaça provém do gênero, a classe de risco é aferida pela raça (Silva, 2020). Segundo Mariah Silva (2020), quanto mais escura for a cor da pele, mais nociva a vivência trans é percebida, principalmente se localizada em território de favela ou periferia. Corroborando esses dados, registrei em meu diário de campo a notícia que repercutiu na aula na turma de Caxias sobre uma mulher trans negra, Valentina Reis Rodrigues, que morreu espancada por dois homens, um deles policial militar, na Baixada Fluminense (Extra, 2023).

Nlaysia nessa aula citou Emerica, “*existe pele alva e pele alvo*”, criticando a letalidade policial que recai sobretudo em cima da população transvestigênera negra favelada. Ao perguntar às alunas quantas já foram abordadas por policiais ou tiveram relações com eles, a maioria levantou a mão. Assim, iniciou-se uma discussão sobre como a violência abarca o território em que elas vivem, sendo a Baixada Fluminense um espaço social forjado na luta contra opressões e desigualdades de várias espécies. Na semana anterior a essa aula, Caxias sofria uma operação policial, o que levou uma das alunas a mandar mensagem no grupo relatando o receio de sair de casa. Na dúvida se iria à aula, escrevi no diário:

Duas horas antes da aula uma aluna posta no nosso grupo que está tendo operação policial perto de sua casa, tem um ônibus sendo queimado e ela não sabe se conseguirá ir à aula. Imediatamente coloquei no google “caxias operação militar” e apareceu um vídeo no site do g1 de 19 minutos atrás com policiais parando estradas e fazendo barricadas em diversos pontos. Ao fundo da matéria o repórter anuncia que “essa é uma grande operação na baixada fluminense, os policiais já ocuparam todos os acessos à favela do barro vermelho.. estão em várias ruas, vielas, fazendo uma busca” (g1, 2023).

Ao contrário da minha experiência acompanhando a turma no Complexo do Alemão e das minhas idas à Nova Holanda e Pinheiros, dentro da Maré, em Duque de Caxias, as armas não estavam à mostra como nesses territórios. Só de não conviver com pessoas carregando fuzis e pistolas, esquecia momentaneamente que ali também se delineava uma zona de guerra com raça e classe como salvo-condutos para atirar.

O boletim “Racismo e Violência na Baixada Fluminense” elaborado pelo Fórum Grita Baixada, com base em dados do Instituto de Segurança Pública (ISP),

revelou que do total de 1245 mortos pela polícia em 2020 no estado do Rio de Janeiro, cerca de 32,44% (404) eram da Baixada Fluminense e 33% (415) da capital, sendo que nesta a população é quase duas vezes maior. Do total de 404 mortos pela polícia na Baixada Fluminense, 73% eram pretos ou pardos. Apesar desses dados, ao indagar às alunas na entrevista sobre seus territórios, apenas Flavia ressaltou especificamente a violência de Caxias, falando:

“(...) eu ando com medo porque a violência tá muito grande. Eu fico meio assustada, tanto que eu não saio mais, fico muito dentro de casa. Tenho medo da violência, (...) aqui na baixada é mais preconceito e a luta gls aqui é bem menos do que no Rio. A parada gay de Caxias é só roubo, assalto”.

Unido ao depoimento de Flavia, muitas alunas, embora não tenham associado diretamente a violência ao território em que vivem, relataram dificuldade de ir e vir pela cidade. Segundo Adriano Moreira de Araujo, pesquisador responsável pelo boletim “Racismo e Violência na Baixada Fluminense”, a evidência dos dados da própria polícia do Rio demonstra quem são as vítimas da violência de Estado, sendo sempre os mesmos corpos matáveis e que sequer têm seus nomes averiguados pela mídia, sendo tratados como suspeitos *a priori* (Diplomatique, 2021). Diante da constatação da falta de dados, sobretudo da violência enfrentada pela população transvestigênera negra e periférica, um dos compromissos da EFCMM é a produção de dados e a formação de articuladoras territoriais em cada turma por onde a Escola passa.

Falando sobre território e a possibilidade de circulação de travestis negras e periféricas, ao questionar Floribella sobre o que ela mais gostou na experiência da EFCMM, ela me lembrou da visita ao Museu de Arte do Rio, no dia da rota carioca, me respondendo: *“o que me tocou foi passear um pouco, ver as pessoas lá embaixo no Centro do Rio olhar pra nós e ver que nós tamos ocupando um espaço que é nosso, que realmente não tem espaços por aí que são nossos.”.*

A fala de Floribella remete à apropriação da cidade por seus corpos, demonstrando como a ida a um museu no Centro do Rio é uma ação política de afirmação do direito de ir e vir, sendo necessário ocupar esses espaços, gerar desconforto, afinal, segundo Mombaça (2017), em referência às travestis negras, “nós somos imorríveis”. A vingança da população trans* e travesti negra é, assim, se manter viva, afinal:

“Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos.

Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele.” (Silva, 2020, p.6).

2.3

As sujeitas de pesquisa encontram o direito: As partes não contratantes do contrato racial

Antes de me aprofundar sobre a visão das alunas que entrevistei e convivi na EFCMM acerca do direito, acho importante situar teoricamente o campo jurídico ao qual esse trabalho se filia. Dessa forma, de modo a contestar a perspectiva hegemônica sobre a origem da sociedade, do Estado e a criação dos direitos e deveres naturais, este subtópico se inicia situando a estrutura jurídica dentro da ideia de um contrato racial, elaborada pelo filósofo afro-americano Charles Mills. Por meio do contrato racial, acredito ser possível compreender a realidade jurídica e social brasileira mais de perto e o modo pelo qual as próprias teorias funcionam para racionalizar a opressão.

O filósofo narra a origem do contrato racial no final do século XV, primeiro com as expedições de conquista e depois com o imperialismo europeu. Ou seja, ao contrário do contrato social ideal, que cria uma sociedade civil e um governo para proteger suas partes, moldado através de metáforas como o estado de natureza, o contrato racial é historicamente datável num mundo “fundamentalmente moldado nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global” (Mills, 2023, p. 49).

A especificidade desse contrato consiste no fato de ser um documento somente para os racialmente homogêneos, no qual a violência racial em relação aos não brancos é o que sustenta o próprio contrato, deslocando os diferentes para o estado de natureza (Mills, 2023). Ou seja, é um documento firmado entre semelhantes, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, sendo a violência seu alicerce. Embora inspirado na tradição do contrato social, não é um contrato entre todos (“nós, o povo”), mas apenas entre “as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, os brancos”)” (Mills, 2023, p. 35). Sob o domínio de um contrato social ideal e teoricamente neutro³⁵, o contrato racial estabelece:

³⁵O contrato social clássico sustenta que a legitimidade do governo se deve pelo consentimento de indivíduos, que são considerados iguais (Carneiro, 2023).

Uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não-brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume, e o objetivo desse Estado, em contraste com o estado neutro do contratualismo clássico, é, inter alia, especificamente o de manter e reproduzir essa ordem racial, assegurando os privilégios e as vantagens de todos os cidadãos integrais brancos e mantendo a subordinação, dos não-brancos (Mills *apud* Carneiro, p. 35, 2023).

Assim, essa teoria do contrato racial objetiva estabelecer uma ponte conceitual com a filosofia política hegemônica, sustentada em abstrações sobre justiça e direitos, utilizando a linguagem e o aparato já desenvolvidos pelo contratualismo para mapear um sistema político não reconhecido. Para Mills, o contrato racial localiza-se em um mundo moldado pela supremacia branca global, “sistema político mais importante da história global recente” (2023, p. 33), em que pessoas brancas historicamente governaram e governam pessoas não brancas.

Esse sistema político compõe as “normas de distribuição diferenciada de riquezas materiais e oportunidades, benefícios e responsabilidades, direitos e deveres” (Mills, 2023, p. 35). Assim, ao contrário do contrato social, que visa oferecer uma justificativa teórica a respeito da legitimidade de certa ordem política, o contrato racial descreve a realidade, se caracterizando como um contrato real.

Embora nenhum ato formal corporifique essa realidade histórica de supremacia branca, ela pode ser detectada em diversos instrumentos como bulas papais, pactos, tratados e decisões jurídicas, por exemplo. Assim, o “contrato racial” como uma teoria, em contraste com o contrato racial propriamente dito, explicará que o contrato racial existe, ainda que de forma oculta, e que as violações racistas provindas dos termos do contrato social na verdade sustentam os termos desse contrato, que implicitamente abrange o contrato racial (Mills, 2023).

O contrato racial possui uma dimensão política, moral e epistemológica e ao definir quem fica com o que se torna um contrato de exploração (Mills, 2023). O contratualismo encontra-se supostamente comprometido a uma linguagem de igualdade e liberdade que ressoa nas Revoluções Americana e Francesa, porém a moralidade codificada por cores do contrato racial limita a posse da igualdade e liberdade naturais apenas aos homens brancos (Mills, 2023). Consequentemente, seres não brancos “são designados por terem nascido não livres e desiguais”. (Mills, 2023, p. 50).

Sob esse prisma, a trajetória dos institutos jurídicos que garantiam a liberdade e igualdade foi desenvolvida paralelamente ao regime escravocrata e à exploração dos povos colonizados, sendo atribuído somente ao sujeito de direitos, representado pela “supremacia branca, masculina, cisheteronormativa, classista, cristã e inacessível a todos os corpos” (Pires; Mattoso, 2019, p.4). Este conceito de sujeito de direitos é instituído como uma afirmação de uma pretendida uniformidade, sustentada pela exclusão material, subjetiva e epistêmica dos povos colonizados (Pires, 2018). Logo, o contrato racial estabelece quais são os reais corpos merecedores de proteção de bens jurídicos como a liberdade e a igualdade.

Em decorrência do não reconhecimento completo ou do reconhecimento míope dos deveres da lei natural, os não brancos são direcionados a um degrau abaixo na escada moral, como seres não livres e desiguais (Mills, 2023). Os termos desse contrato definem os requisitos para a moralidade branca de forma geral, de modo que as teorias contratualistas oponentes baseadas em direitos ou deveres naturais ou teorias anticontratualistas são todas restringidas por termos do contrato racial.

Por fim, o contrato racial demanda sua própria epistemologia moral e empírica, isto é, “suas normas e seus procedimentos para determinar o que conta como conhecimento moral e factual do mundo” (Mills, 2023, p. 51). Há um entendimento sobre o que vale como uma interpretação legítima e objetiva do mundo, todavia, em um regime racial, a realidade oficialmente sancionada é diferente da realidade efetiva (Mills, 2023). Dessa forma, é proposto um acordo para ler o mundo de forma errada. É o que Mills chama de “epistemologia invertida”, com o destaque de que as percepções erradas são devidamente validadas pela autoridade epistêmica branca (Mills, 2023).

O contrato racial informado por essa epistemologia invertida leva ao epistemicídio, já que obriga que a autoridade epistêmica legitime diversos mitos e representações falsas acerca dos não brancos e de suas capacidades políticas, morais e cognitivas (Carneiro, 2023, p.88). Nas palavras de Mills:

nas questões relativas à raça, o contrato racial prescreve para seus signatários uma epistemologia invertida, uma epistemologia da ignorância, uma tendência particular de disfunções cognitivas localizadas e globais (que são psicológica e socialmente funcionais), produzindo o resultado irônico de que, em geral, os brancos serão incapazes de compreender o mundo que eles próprios criaram (2023, p. 52).

Pode-se dizer, portanto, como regra geral, que a interpretação e representação errada, a evasão e o autoengano nas temáticas relacionadas à raça estão entre os mais

generalizados fenômenos mentais dos últimos séculos, uma economia cognitiva e moral psicologicamente fundamental para a conquista, civilização e escravização (Mills, 2023). E esses fenômenos não têm nada de acidental: são prescritos pelos termos do contrato racial, que requer uma certa medida de cegueira e obtusidade estruturadas a fim de estabelecer e manter a sociedade organizada branca. Dentro desse pensamento, o direito edita normas e estabelece um sistema que contribui no daltonismo racial.

O racismo é o elemento principal desta engrenagem contratual que tem, no Brasil, como traço distintivo, a negação, ou denegação, ocupando as bases do processo histórico ladinoamefricano³⁶. Nesta leitura, o racismo, impregnado no direito moderno ocidental, instrumentaliza a subjugação dos segmentos entendidos como destoantes do padrão civilizatório europeu, nos quais as alunas da EFCMM se inserem (Flauzina, 2006). Desse modo, a teoria de Mills fornece um aparato teórico capaz de dimensionar o papel racial e, conseqüentemente, o racismo na criação dos direitos ditos fundamentais sob uma roupagem de neutralidade.

Segundo Lélia Gonzalez, o primeiro traço perceptível do racismo é achá-lo natural, sendo a negritude associada à irresponsabilidade e à incapacidade intelectual (Gonzalez, 2020). Junto ao racismo, a transfobia potencializa o processo de exclusão e aumenta consideravelmente a exposição a violências, simbólicas e físicas, como as que recaem sobre travestis e mulheres trans (Benevides, 2023). Sob essa lógica, mulheres trans e travesti negras periféricas são naturalizadas na prostituição e na marginalidade, sendo o racismo acompanhado da cisheteronormatividade, a principal ferramenta para violência e seletividade estatal de suas existências.

Nesse contexto, Sueli Carneiro sugere a existência de um dispositivo de racialidade, baseado no conceito de Foucault, que opera na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos determinada pelo contrato racial e que define as funções e atividades no sistema produtivo, assim como os papéis sociais (Carneiro, 2023). O dispositivo, segundo Carneiro, englobaria um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, etc. Assim, o contrato racial se estabelece como justificativa que, além de estruturar o dispositivo de racialidade, presente nos instrumentos jurídicos, fornece

³⁶Esse termo, cunhado pela intelectual Lélia Gonzalez, contesta a ideia de América Latina como uma formação histórico-cultural exclusivamente branca e europeia, mas sim muito mais ligada às heranças indígenas e africanas, formando uma América Ladina (Gonzalez, 1988^a)

bases para a compreensão do direito moderno ocidental e sua inacessibilidade às sujeitas dessa pesquisa.

Importante lembrar que o direito, como instrumento de controle social e preservação das elites, tem historicamente empregado diversos dispositivos que contribuíram para a perpetuação do sistema colonial-escravista no Brasil (Pires; Mattoso, 2019). Dessa maneira, sua origem no colonialismo se baseia na manutenção da ordem capitalista, unificação de territórios e como garantia do monopólio da produção das normas pelo Estado (Pires; Mattoso, 2019). A partir dessa lógica, o direito institucional e estruturado pela e para a *zona do ser* é incapaz de produzir emancipação para certos corpos e experiências:

A incapacidade do direito produzir emancipação para sujeitos e experiências que não são levadas em conta no processo de determinação dos bens jurídicos a serem tutelados, apresenta-se como a mais bem acabada forma de enunciação da legalidade e da liberdade como atributos exclusivos da zona do ser. Por trás de uma suposta neutralidade e da afirmação de uma igualdade formal, o direito segue sendo lido e construído sob o signo da branquitude (Pires; Mattoso, 2019, p. 72).

Corroborando a fala de Sueli Carneiro, Pires (2018), inspirada pelos ensinamentos de Fanon (2008), explica que os paradigmas de cidadania e humanidade foram posicionados na *zona do ser*, sendo os processos de proteção e ampliação de direitos pensados apenas para corpos posicionados nessas zonas. Já a *zona do não ser* enfrenta o assassinato físico e simbólico, alvo de uma gramática de violência. Cris, em sua entrevista, expõe como mulheres trans são renegadas à essa zona de carência de humanidade ao contar: “*Nós mulheres trans nos sentimos normais, sendo a sociedade acha que não. As pessoas olham pra nós com repúdio, com medo. Não é uma coisa normal como se trata um homem e uma mulher cis.*”

Tomar a realidade da zona do ser como o parâmetro para pensar processos de proteção e promoção de direitos humanos produziu um aparato normativo incapaz de perceber e responder às violências que se manifestam na zona do não ser e fez da afirmação do não-ser a condição de possibilidade que sustenta a humanidade como atributo exclusivo da zona do ser (Pires, 2018, p. 66).

Uma demonstração da distância do que está escrito no aparato normativo jurídico, supostamente garantidor de direitos, da realidade social transfóbica e racista, maquiada pela epistemologia invertida presente no contrato racial, é o Art. 5º da Constituição Federal. Enquanto este assegura que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade” (Brasil, 1988), Cristhyane emite a seguinte fala ao comentar sobre como gostaria que seus direitos fossem respeitados:

O direito a tudo igual a todos porque nós pagamos impostos igual a todos, pagamos passagem de ônibus igual todo mundo pagou, então por que não podemos ter o direito de pegar um ônibus se você pagou uma passagem? Porque tem pessoas que não se sentam do seu lado, só tem aquele banco ali, mas não vai sentar porque é uma mulher trans. É um mercado, a pessoa vai atrás de você porque você é uma mulher trans, é preto, você vai roubar. Então tem que ter o direito sim de ir e vir como qualquer um outro.

Dessa forma, a supremacia cisheteronormativa branca se consolida ao longo do tempo em inúmeros instrumentos, como a criação de estruturas legais formalizadas de tratamento diferenciado, pactos, tratados, e decisões jurídicas que desumanizam, animalizam e hipersexualizam corpos que fogem à norma, principalmente corpos não brancos, fundamentando violências raciais e de gênero e legitimando legalmente essa hierarquização (Carneiro, 2023). Ademais, para além da discriminação e violência diretamente perpetradas pelo sistema, omissões legais e institucionais invisibilizam as necessidades concretas e demandas específicas de mulheres trans e travestis periféricas, na prática, excluindo-as da condição de cidadãs com direitos garantidos pela Constituição.

Assim, ao conversar com as alunas, é perceptível o distanciamento do direito institucionalizado e do sistema de justiça de suas realidades dentro da gramática hegemônica de acesso a direitos. A vinculação do direito como algo que “*não vai dar em nada*” foi uma constante nas respostas ao longo das entrevistas. Conseqüentemente, os relatos explicitados abaixo acerca do descaso sistêmico que sofrem não deixam questionamentos acerca do acumplicamento do sistema jurídico com a impossibilidade de uma existência digna.

Ao perguntar à Taiz como ela enxerga o direito, ela me respondeu “*Sei lá, direitos são iguais né, tanto preto, branco*”. Contudo, ao lhe perguntar se já havia acessado alguma instituição jurídica, me respondeu que já havia frequentado a delegacia, desabafando: “*A gente vai dar parte, eles são o primeiro a tratar a gente igual bicho. Eles tão ali pra proteger nós, mas não protege, deixa a gente lá entendeu. Uma vez eu fui assaltada, [...] fui fazer o BO e não deu em nada*”.

Já Bella, ao compartilhar comigo sua visita à delegacia, me disse “*alguns fingem que vai investigar, mexe no computador, 'não, não, já tá feito já', entende*”. Em seguida me confessou outra vez que procurou a delegacia:

Fui na delegacia, fiz ocorrência, mas não deu em nada. Eu não fui acolhida porque eu procurei um centro de referência, no qual pra mim deveriam ter corrido atrás, mas pra mim eu fiz a ocorrência e cagaram e andaram. Pra mim deveriam ter ido atrás, procurar saber, mas não.

Ao indagar Taiz se já pensou em recorrer à justiça quando teve algum direito violado, ela disse: “só uma vez que eu passei constrangimento aqui no vagão da mulher, que o segurança me botou pra fora. Mas nem sabia, depois que caiu a ficha que só tinha mulher. A moça se sentiu incomodada e pediu pra me tirar”. Após expor a humilhação que sentiu, confessou: “quase que eu queria fazer isso aí de ir na delegacia pra dar parte. Não fui porque ia ficar pra lá. Não ia adiantar nada. Aí sabe o que eu fiz, mandei ela pro rio parta”.

Camila, compartilhando também sobre os obstáculos de acessar os espaços públicos, me contou sobre quando quase foi impedida de usar o banheiro público feminino por uma mulher cis que queria retirá-la, mas optou por não ir à delegacia: “Não sabia se ia dar em nada também, ainda mais por um motivo assim tão fútil que as vezes a gente acha que é fútil, mas não é, aí não fui, deixei pra lá. Acho que seria um motivo muito banal pra polícia sabe”.

Ao perguntar à Cristiane sobre se já havia acessado a justiça de alguma forma, ela me disse:

Não, eu nunca recorri à justiça. Eu trabalhava de carteira assinada, eu sofri discriminação da minha chefe porque eu era trans. Ela entrou nos meus caminhos de certa maneira até o momento que ela me agrediu. Saí do serviço e não voltei mais por medo, insegurança de querer ir na firma, reclamar e processar, achar que não vai dar em nada.

Todavia, mesmo quando parte das alunas chega a denunciar alguma violência, como a transfobia sofrida por Thifany em seu trabalho, o cenário continua o mesmo, contribuindo para o descrédito das ferramentas de proteção legal:

Já fui [na delegacia] porque na época eu trabalhei como auxiliar de serviços gerais pelo Banco do Brasil então eu fui contratada por uma firma terceirizada na qual eu fui prestar serviço no Banco do Brasil. Cheguei lá no BB, a encarregada fazia eu limpar os banheiros masculinos, só que eu sendo uma trans de peito e tal, eu exigi também o meu nome no crachá. Num dia eu exigi, no outro dia eu fui mandada embora só porque eu exigi meu nome no crachá e é isso, Brasil. Fui na delegacia, fiz ocorrência, mas não deu em nada.

Todos os relatos acima têm em comum o fato de não enxergarem o direito e as instituições jurídicas como instrumentos capazes de resguardá-las, sendo visto como

algo que não modifica as violências sofridas e suas realidades. Entretanto, mesmo com esse distanciamento dos aparatos jurídicos, a maior parte das alunas acredita na demanda por seus direitos, reivindicando uma melhora através de lutas que elas e outras trans* e travestis mais velhas travaram. Por exemplo, quanto à retificação de nome, Thifany fala: *“se hoje em dia elas retificam ali no cartório é graças a mim que lutou muito pra elas tá hoje assim molinho porque na minha época não era mole não”*.

A transfobia institucional enfrentada nos órgãos jurídicos também é um dos fatores que as afasta ao tomarem coragem de denunciar a situação sofrida (ironicamente, uma transfobia, muitas vezes), como exposto no depoimento de Bella. Ela, ao denunciar um crime de violência doméstica na delegacia, me disse: *“Quando pegaram a minha identidade e leram o nome atrás, mudaram o jeito deles de se comportar. Foi até uma mulher que me atendeu..”*.

Enquanto isso, Gleycielle, ao me dizer que nunca tinha ido à delegacia, justificou pelo fato de os próprios policiais abusarem dela ao fazer programas à noite: *“ah eu eu nunca fui na delegacia, eles mesmo que faz abuso com a gente. Eu já cansei de entrar com roupa normal, mas com uma pistola debaixo do carro, é babado.. a própria polícia faz mesmo”*. O histórico de violência policial diante da população transvestigênera remete ao período ditatorial, quando forças policiais acusavam de forma arbitrária mulheres trans e travestis como perigosas, justificando suas prisões e até mesmo diversos desaparecimentos, tendo o aval legislativo da lei da vadiagem (Relatório Antra, 2023).

Além disso, chama atenção a delegacia aparecer nas respostas como a instituição mais mencionada ao se questionar sobre o acesso ao mundo jurídico, seja para justificar a sua não procura ou uma situação de descaso/violência vivenciada ali dentro. Segundo a Antra (2023), a falta de registros de crimes cometidos em face da população transvestigênera e, conseqüentemente, da geração de dados, se deve, entre outros fatores, pela violência institucional no ambiente das delegacias, que ainda se mostram hostis às pessoas LGBTTTQIAP+.

Já ao questionar Gleyci sobre sua visão do direito, ela me respondeu *“meu direito é torto e eu quero ele reto porque o torto tá me levando muito pra um lugar... pra profundidade e eu quero ele reto”*. O mesmo adjetivo *“reto”* coincidentemente apareceu na fala de Thifany, ao associar o direito à burocracia:

É muita picuinha, é muitos empecilhos pra muitas coisas. Poderia ser mais claro, mais reto, uma coisa mais ampla, mais clara. É muita burocracia, pra tudo pra trans é difícil, é muito retetê. Pra chegar ao final é muito.. precisa de uma coisa mais clara, direta.

Um dos fatores que parece gerar essa associação do direito a algo difícil, burocrático, que necessita ser mais direto, reto, encontra-se justamente na linguagem jurídica. Ao conversar com Nlaysia sobre o acesso ao direito na favela e periferia, ela me questionou qual seria o atrativo para a favela em aprender sobre o direito, suas leis, compreender a linguagem jurídica se isso requer tempo, o que é “*um privilégio e aí o privilégio para a sociedade é só para quem tem o poder para acessar esse tempo.. que você precisa estudar, precisa entender qual é a diferença da Defensoria Pública do Ministério Público*”.

Outra preocupação que vem à tona pelas alunas na turma da EFCMM no Complexo do Alemão é a insuficiência de leis que resguardem seus direitos. Uma das alunas mais velhas, ao discutir como hoje as coisas se encontram mais fáceis para a população transvestigênera, citando a possibilidade de retificação do nome sem um processo judicial, alertou à turma que seus direitos somente constam em decretos. Em tom preocupante, ela explica como isso significa que aquele direito pode ser revogado, “*consumido de forma brutal*”.

De acordo com Bento, “no Brasil, não há nenhuma lei federal que garanta às pessoas trans o direito a mudar de nome e de sexo nos documentos. O que temos são gambiarras legais: a utilização do nome social. Uma solução à brasileira” (Bento, 2017, p. 188). Como se não bastasse a falta de proteção legislativa no Brasil, no período de 2010 a 2023, pelo menos 60 projetos de lei com temática antitrans foram propostos perante a Câmara dos Deputados³⁷, conforme levantamento do *Democracy Reporting International* e da FGV Direito Rio (2023).³⁸

Contudo, o cenário é mais complexo, pois uma das críticas realizadas por Fabiane é justamente a inexistência de eficácia e cumprimento das leis quando estas

³⁷ De acordo com o mesmo relatório, ao menos cinco tópicos tiveram destaque nos PLs: linguagem não-binária (26 projetos), mulheres trans em esportes (11), cirurgias de transgenitalização e/ou terapia hormonal (10), “ideologia de gênero” (7) e banheiros neutros quanto a gênero (3)

³⁸ Demonstrando um cenário ainda mais grave, segundo levantamento realizado pela Folha de São Paulo em Março de 2023, ao menos 69 projetos de lei antitrans tinham sido apresentados nas esferas federal, estadual ou municipal desde o início de 2023 até o final de Março desse mesmo ano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>. Acesso em: 24 dez. 2023.

são promulgadas. Nesse sentido, Fabiane questiona como o que consta por escrito nas leis e em documentos jurídicos não é o que ocorre na prática, fornecendo uma demonstração da epistemologia invertida de Charles Mills (2023):

O Brasil tem um monte de lei, Maria da Penha, mas não adianta, o homem mata a mulher, depois que a polícia vai resolver, depois que já matou. As leis não funcionam aqui. (...) a gente tem o direito, mas as coisas não funcionam, tem muita lei, mas não funciona... nem sempre é da forma que tá escrito ali, que eles te tratam, que eles vão ver alguma coisa pra você, o seu direito.

A crítica acima elucidada como somente a promulgação de documentos legislativos de proteção dos direitos da população transvestigênera não é capaz de cessar a transfobia e o racismo enfrentado por mulheres trans e travestis, negras, faveladas e periféricas. Segundo Thula Pires (2021), citando como exemplo a Lei Maria da Penha, mesmo quando a elaboração normativa conta com a participação de sujeitas fora da *zona do ser*, como mulheres negras, e o conteúdo normativo efetivamente aborda suas demandas específicas, a aplicação legal no âmbito do poder judiciário e/ou do poder executivo acaba por, no tensionamento político e no momento que os recursos escasseiam, reduzir a letra da lei aos aspectos que impossibilitam a sua efetividade para essa parcela da população.

Nesse sentido, Sueli Carneiro clama pela desnaturalização da cisheteronormatividade, da hegemonia masculina e da supremacia branca como uma “exigência ética, um pressuposto para a consolidação da democracia e condição de reconciliação do país com sua história, no sentido da construção de um futuro mais justo e igualitário para todos” (Carneiro, 2018, p.138). Sob esse prisma, esse trabalho visa compactuar com a mobilização de um direito a partir da *zona do não ser*. Isso significa a reflexão sobre estratégias políticas de articulação para o acesso a uma outra gramática de direitos através de um projeto produzido por e para corpos que trapaceiam a norma e subvertem a língua.

2.3.1

O atravessamento da ausência de direitos: “a gente vive com medo de chegar nos lugares”

*É como está diante da morte e permanecer imortal
É como lançar à própria sorte e não ter direito igual
Mas eu resisto, eu insisto, eu existo
Não quero o controle de todo esse corpo sem juízo*

Jup do Bairro, *Corpo sem juízo*

Considerando as demonstrações acima da construção do direito como um espaço de proteção que não acolhe a população trans* e travesti, sobretudo se negra e moradora da periferia, é imprescindível se aprofundar na não excepcionalidade das violações que atravessam esses corpos na *zona do não ser*. Portanto, este subtópico foi pensado para sistematizar como o direito se faz presente ou, melhor dizendo, ausente no dia a dia das interlocutoras deste trabalho, vislumbrando suas experiências com o mundo jurídico para, no próximo capítulo, pensar na promoção de políticas públicas que sejam formuladas nos seus próprios termos através da EFCMM.

Começando pelo respeito à identidade de gênero e ao nome social, ao entrevistar Floribella, ela me contou, durante nossa conversa, como tem pessoas que ainda se referem a ela conforme a identidade de gênero masculina, a chamando de “*ele*” e “*amigão*”. Em sua opinião, o desprezo pela sua identidade como mulher trans e, conseqüentemente, o uso dos pronomes e do nome adequado não vai mudar repentinamente, pois “*as pessoas ainda não aprenderam a perceber quem eu sou de verdade, acha que se tá vestido de mulher é maluco, porque sempre eu era chamada de doida na rua, de maluca*”.

Ao compartilhar comigo o processo em que começou a se vestir com roupas femininas publicamente, Flor desabafou sobre as inúmeras violências sofridas na rua, tendo sido inclusive alvo de pedradas. Tragicamente, Gleycielle também mencionou já ter sido alvejada com pedras: “*ah já me tacaram pedra, as travestis não é mole não, é sacrifício, vida trans é babado, ainda mais quem vive na rua, faz prostituição a noite*”. Conforme relatório da Antra (2023), 85% dos casos de assassinato de mulheres trans e travestis negras apresentaram requintes de crueldade, como uso excessivo de violência, o que denota a extrema vulnerabilidade que o racismo, associado à transfobia, gera às mulheres trans e travestis negras.

Junto com o ambiente hostil e cruel encontrado nas ruas, o desrespeito à identidade de gênero também foi relatado por algumas das alunas dentro do ambiente familiar, embora a maior parte das entrevistadas felizmente considere ter uma boa relação com suas famílias atualmente. Nesse contexto, Taiz e Flavia foram duas das pessoas que compartilharam a dificuldade de terem suas identidades de gênero acolhidas no âmbito familiar:

“Eu sempre fui muito bem resolvida, quanto a isso aí. Minha família me trata no meu nome morto, mas eu não ligo, não esquento, pra eles é difícil ne. Não aceito as pessoas da rua me chamarem no meu nome morto, mas na família, nem esquento.” (Flavia)

“Eu me sinto bem assim ne, mas a minha família que não me enxerga assim, quer me ver de homem. Tanto que quando eu vou pra igreja, eu vou de homem, e quando vou pra casa da minha irmã, eu tenho que ir de homem. Na escola eu já vou de mulher.” (Taiz)

Estudos mais recentes argumentam que crianças trans* e travestis que crescem em ambientes acolhedores, tendo seus nomes e pronomes respeitados, e podem experimentar o gênero com o qual se identificam na sua família de forma segura, têm uma melhora em sua qualidade de vida, desenvolvimento educacional, com impactos positivos na saúde mental, podendo inclusive reduzir ideações suicidas (Antra, 2023). Logo, o papel da família é de suma importância nas trajetórias de cada aluna.

Quanto à questão educacional, ao conversar com Cris sobre sua experiência na escola, ela desabafou que foi muito difícil continuar a educação depois que se assumiu, desistindo aos 16 anos. Segundo ela, ao ir para a escola com roupas femininas, levou uma cadeirada na cabeça por parte de um colega, o que a deixou com medo de sofrer a mesma violência de outros colegas. Em suas palavras, *“Ficou todo mundo rindo e debochando né, daquela situação. Fiquei envergonhada comigo”*. Agora, Cris voltou a frequentar o colégio à noite, sentindo que seu *“direito de uma mulher foi respeitado porque meus professores me chamam de cristhyane, os alunos, os diretores, todo mundo da escola sempre se refere a mim como uma mulher”*.

Mesmo se sentindo respeitada por seus colegas e professores, Cris me confessou ter sofrido transfobia ao tentar usar o banheiro feminino na atual escola:

Tem um rapaz que arruma a escola que foi lá na diretora e a diretora me chamou. Ela falou que eu não poderia usar o banheiro de mulher porque eu não tinha meu nome na identidade de mulher. Eu falei ‘a identidade é só papel, no banheiro de homem eu não vou, fazer o que?’ Ela falou: “vai no banheiro da diretoria”. Já achei que sofri um preconceito. Aí o da diretoria tava ruim e eu fui lá nela, falei “vem cá, eu vou em qual?”, ela falou “ah vai nesse aqui mesmo (o de mulher)”. Eu to indo, mas porque no primeiro momento eu não podia ir? Foi um preconceito.

Essa dificuldade, desde a época da escola, de usar o banheiro conforme sua identidade de gênero é um problema frequente segundo a fala das alunas. Junto ao relato de Cris, Flavia também compartilhou comigo que *“tinha muito bullying*

comigo na escola, não podia usar o banheiro feminino, o masculino era pior ainda, então preferi sair". Já Thifany atribuiu ter se afastado do colégio por ouvir: *"ah lá o traveco, tá indo no banheiro de mulher, mas tem que ir no banheiro de homem"*.

Além do uso do banheiro³⁹, violências transfóbicas sofridas durante a escola aparecem na fala das meninas de outras maneiras, caracterizando um ambiente hostil e de difícil permanência, o que leva algumas das entrevistadas a voltar a frequentar a escola apenas depois de adulta. Por exemplo, Flavia me conta: *"eu andava com as meninas, aí na fila da merenda, eu queria ficar na fila das meninas. Aí o coordenador da escola vinha e me tirava e me colocava na fila dos meninos. Então fui desistindo e saí da escola"*. Por conta do preconceito unido aos fatores de classe e raça, ela terminou o Ensino Fundamental no final de 2022, tendo como objetivo atual terminar o Ensino Médio e conseguir um emprego, já que obter um trabalho *"sendo trans já é difícil, sem segundo grau é impossível"*.

Thifany também conta que retornou seus estudos já adulta, após enfrentar o preconceito dentro da escola:

"Virei trans com 15 anos. comecei a botar roupa de mulher, na época eu me afastei um pouco da escola porque era muito preconceito, tanto que eu vim acabar quase agora, era 2014. Eu retornei em 2014 e terminei o ensino médio porque na época eu fugi por causa de preconceito."

Um dos sentimentos que aparece nas falas das alunas ao narrar seus comportamentos no período escolar é justamente a vergonha que acompanha o processo de identificação com outro gênero. Conforme a fala abaixo, de Taiz, é possível perceber como o processo de transfobia resulta aos poucos na expulsão das entrevistadas que não possuem condições de permanecer em sala de aula:

"Eu saí já não tinha mais vontade de ficar na escola, porque eu era menino né. Quando eu comecei a me transformar em menina, eu fiquei com vergonha de mim mesmo e saí. Agora que eu to voltando a estudar. Os meus colegas ficavam me zoando em sala de aula, tem bullying. Aí eu fui e saí da escola."

As visões de parte das entrevistadas sobre a escola na infância revelam como esse espaço representa uma violência. Luma Nogueira de Andrade, primeira travesti doutora no Brasil, apresenta os conceitos de assujeitamento e resistência para

³⁹ Importante destacar que não existem projetos ou propostas pela comunidade transvestigênera que intencionem a implementação de banheiros ou espaços de uso coletivo multigênero. O que a população trans* e travesti defende é a utilização, de forma segura, do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero autodeclarada e; a existência de banheiros sem marcação de gênero ou unissex/multigênero de uso individual (Antra, 2023).

caracterizar os processos dolorosos pelos quais pessoas trans* e travestis passam nas escolas ao mesmo tempo que compreende que a “escola e os estudos funcionaram como um trampolim para que eu alcançasse espaços nunca imaginados para uma travesti” (Andrade, 2015, p. 89).

Dessa forma, muitas alunas atribuem o retorno à escola depois de mais velhas à expectativa de obterem um emprego no mercado formal e serem acolhidas nesta nova fase. Ao perguntar à Flavia, que tinha me dito ter vontade de cursar o ensino médio, se ela pensaria em fazer faculdade, ouvi a seguinte resposta: *“eu não tenho ganância. Eu tenho vontade de terminar meus estudos, arrumar qualquer emprego que seja de carteira assinada, que pudesse viver minha vida tranquilamente, pode ser de gari”*.

Nesse viés, é essencial sublinhar os marcadores raciais, de classe social e território das entrevistadas, em sua maioria alunas negras e periféricas que vivem até os dias atuais na prostituição, tendo que optar entre os estudos ou a sobrevivência, o que demonstra que não é somente a transfobia do ambiente escolar que as impede de seguir estudando. Por exemplo, Gleyciellen, que trabalha como garota de programa, me disse que teve que parar os estudos aos 9 anos: *“Eu parei porque a aula era a noite e eu não podia, a noite pra mim complica, como vou ganhar meu ganha pão?”*.

Já Thifany me contou que fez várias pistas⁴⁰, mas hoje conseguiu um trabalho formal: *“Hoje eu trabalho de carteira assinada, assinada não, assassinada né, porque no Brasil não é assinada, é assassinada, mas tudo bem”*, argumentando que, mesmo assim, o que ganha é muito pouco para se sustentar dignamente. Segundo ela, *“1500 reais é muito pouco pra você viver, então eu quero coisa melhor, tanto que eu vou fazer a faculdade de veterinária pra tentar coisa melhor”*.

É perceptível que a prostituição representa uma fonte de remuneração muito mais elevada do que as outras alternativas de renda, como ilustra a falas de Cris: *“eu trabalhava no salão, aí eu recebia assim por quinzena, aí eu nunca tinha feito programa, aí o dia que a minha amiga me levou, o que eu ganhava por quinzena eu fiz em um dia”*. Do mesmo modo, Taiz compartilha: *“Eu sou cabelereira, corro atras, faço minhas faxina. E tem prostituição, eu ganho muito dinheiro na rua, muito mais na rua”*.

⁴⁰ Expressão referente à realização de programas como prostituta.

Segundo Relatório da Antra (2023), travestis e pessoas trans* são expulsas de casa e da escola em média aos treze anos de idade, estimando-se que 72% da população trans* não possua o ensino médio. Consoante Leticia Nascimento (2021), a consequência da falta de suporte familiar e de educação formal é a necessidade da transvestigeneridade ir atrás de empregos que funcionam como subempregos devido às condições mais difíceis de vivência.

Nesse sentido a questão da prostituição não é tida sob uma lente moral, pois é compreendida como um emprego legítimo que deveria ser salvaguardado pela legislação trabalhista (Nascimento, 2021). O cerne da questão é que, para muitas travestis e mulheres trans negras, sobretudo periféricas, essa é a única opção de trabalho, já que os empregos formais as excluem não apenas devido à transfobia estrutural, mas também pela falta de atendimento dos requisitos mínimos exigidos em muitos postos de trabalho, como o ensino médio completo. Dessa forma, conforme Nascimento (2021, p. 119), “a vulnerabilização de classe é um componente importante que empurra travestis e transexuais para um aniquilamento social anterior ao extermínio físico”.

A estigmatização em torno da população transvestigênera não só tolhe seu direito a ter direitos sociais básicos atendidos, como moradia, educação e emprego, mas também liberdade de ir e vir, principalmente quando negras e oriundas da periferia ou da favela. Ao indagar à Isabela e Floribella sobre seus acessos à cidade, elas me ressaltaram dificuldades no transporte público:

“Eu acho que a gente cidadão, a gente tem que andar onde a gente quer.. tem que ter o direito de andar, nós trans né, porque muita gente fica de olho, não gosta que a gente entre, não gosta que a gente sente, onde que eles querem, mas a gente tem que ter esse direito.” (Isabella)

“As pessoas precisam de um direito de andar. Tipo eu no trem, o guarda falou pra mim se retirar, aí eu me retirei e fui lá pra outro vagão. Me senti muito humilhada naquele dia. Tava no vagão de mulher, era pra mim ter ficado, mas eu me levantei e fui.” (Floribella)

Todas essas violações de direitos expressam a solidão que muitas alunas transvestigêneras enfrentam na sociedade, o que gera questionamentos acerca das possibilidades de vida delas para além da sobrevivência, um tema abordado na EFCMM. Se no campo dos afetos, poucas encontram um parceiro, no campo do mercado de trabalho, poucas conseguem um emprego formal com uma remuneração

digna, no campo da família, poucas têm seu suporte e apoio, a pergunta que ecoa nas palavras de Nlaysia é: “O que projetamos para o nosso futuro?”.

Conforme Ariane Moreira de Senna (2021), a solidão da mulher trans negra e periférica é legitimada pelo Estado brasileiro que não reconhece sua existência, nem ao menos produz dados sobre essa população, sendo este o primeiro ano no qual o IBGE irá estimar o tamanho da comunidade trans* e travesti brasileira. A solidão da mulher trans, negra e periférica representa a solidão da marginalização e a vivência em espaços que frequentemente negam seu reconhecimento, o que torna a construção de sua autoestima muitas vezes inalcançável (Senna, 2021).

Nesse contexto, uma das relevâncias da EFCMM é criar redes e conexões entre travestis e mulheres trans periféricas para mostrar que caminhos são possíveis, que fissuras podem e devem ser feitas a partir da ocupação de seus corpos, levando-as a pensarem e proporem políticas públicas cujas protagonistas sejam elas próprias. Inspirada em Majorie Marchi que foi responsável por relevantes políticas de promoção positiva da identidade trans e travesti, a Escola que a homenageia, planta sementes que germinam um futuro profícuo à transvestigeneridade. Como diz Nlaysia, *“Travesti não envelhece, é efêmera, é para além do tempo”*.

3

A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi TRANSformando a gramática de acesso a direitos: Travesti não é bagunça

O último capítulo dessa dissertação enfoca como a EFCMM, com suas navalhas bem afiadas, fornece estratégias de subversão do contrato racial e uma nova gramática de acesso à direitos ao (i) combater o epistemicídio jurídico e a epistemologia invertida do contrato racial por meio do protagonismo epistêmico; (ii) ressignificar o termo travesti e a representatividade dessa identidade política e (iii) estimular a promoção de políticas públicas, projetos de lei e produção de dados a partir da autoinscrição de mulheres transvestigêneres periféricas e em maioria negras.

No tópico 3.1 pretendo aprofundar a dimensão epistemológica do contrato racial, que por meio de sua inversão epistêmica, conduz ao epistemicídio, demonstrando como o direito é um dos principais agentes do apagamento de saberes dos povos colonizados. A partir da ideia de epistemicídio jurídico, com enfoque neste trabalho na ausência e apagamento de vozes negras trans* e travestis periféricas na produção de saber jurídico, busco refletir como a EFCMM é capaz de enfrentar o epistemicídio jurídico a partir do protagonismo epistêmico de suas alunas e as consolida como produtoras de conhecimento.

No tópico 3.2 apresento a educadora popular da EFCMM do Rio de Janeiro, Nlaysia Luciano, e a educadora popular da EFCMM itinerante, Larissa Soares, como símbolos de representatividade travesti no campo de produção de saber. Por meio de suas apresentações, debato sobre a face da violência epistêmica revelada pela ausência de travestis, principalmente negras e periféricas, em locais de tomada de decisão. Diante dessa constatação, analiso como a EFCMM através da representatividade e valorização da vida de mulheres trans e travestis, subverte o preconceito que algumas alunas e a própria sociedade têm de seus corpos, as possibilitando ocuparem outros espaços.

Por último, no tópico 3.3, pondero sobre a construção de uma nova leitura da gramática de acesso a direitos mediante uma educação emancipadora protagonizada pela EFCMM que se serve do vocabulário pajubá e das raízes freirianias, o que chamo de práxis pajubariana, para construir agentes de transformação em seus territórios e pleitearem políticas públicas e projetos de leis nos seus próprios termos.

3.1

A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e o enfrentamento ao epistemicídio jurídico: “poder pra mim é conhecimento”

A epistemologia provém das palavras gregas *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência, é a ciência da aquisição de conhecimento e conduz aos temas que devem ser discutidos; determina como analisar e explicar certos fenômenos e que métodos devem ser utilizados nas pesquisas para produzir conhecimento (Kilomba, 2019). Nesse viés, a epistemologia estabelece o que é o conhecimento tido como verdadeiro e quem merece credibilidade e legitimidade ao produzi-lo. Nessa lógica, Grada Kilomba, questiona: “quem define quais perguntas merecem ser feitas? Quem as está perguntando? Quem as está explicando? E para quem as respostas são direcionadas?” (2019, p. 54).

Segundo a autora, devido ao racismo, pessoas negras vivenciam uma realidade diversa das pessoas brancas, o que, conseqüentemente, gera questionamentos, interpretações e avaliações diferentes dos acontecimentos. Contudo, os temas, preceitos e metodologias que pessoas negras utilizam para explicar suas realidades é tido como um conhecimento menos válido do que o conhecimento dominante. Este refere-se ao discurso que se diz “neutro” e “objetivo”, mas que é produzido a partir de uma matriz de poder representada pela supremacia branca que sustenta o contrato racial.

Toda forma de conhecimento que não se alinhe com a estrutura eurocêntrica e branca de produção de saber tem sido consistentemente rejeitada, sob o argumento de não possuir credibilidade científica (Kilomba, 2019). A ciência, nesse contexto, não é meramente uma pesquisa apolítica da verdade, mas sim uma reprodução das dinâmicas raciais de poder que determinam o que é considerado verdade e em quem acreditar. Nas palavras de Grada Kilomba, “Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional [...] refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca” (2019, p. 56).

A branquitude, nesse viés, se caracteriza como “um silenciamento performativo da racialidade branca” (Borges, 2021) e aponta que os impactos do racismo e da colonialidade, no Brasil, são sempre imposições e violências baseadas principalmente na imagem excludente da pessoa negra (Cardoso; Macedo, 2022). Portanto, os impactos na academia brasileira da violência provocada pela supremacia

branca não são perceptíveis, uma vez que a comunidade acadêmica branca não se racializa e se cala diante dos privilégios que lhes são sistematicamente garantidos pela discriminação simbólica e material do negro no espaço de produção de saber (Borges, 2021).

Esse apagamento de saberes dos povos colonizados pelo sistema político mais importante da história global, a supremacia branca (Mills, 2023), gera o que se chama epistemicídio. O epistemicídio, integrante do empreendimento colonial, emergiu como um dos meios mais eficientes e incansáveis de dominação étnica e racial da sociedade, ao negar a legitimidade do conhecimento gerado pelos grupos subjugados. Isso resultou na marginalização dos membros desses grupos, que são ignorados como sujeitos de conhecimento e inferiorizados intelectualmente (Carneiro, 2023). Sob essa lógica, toda produção de conhecimento que rompe com a norma eurocêntrica é rejeitada por não ser aprovada pelo critério científico instituído por pessoas brancas (Kilomba, 2019).

De modo a historicizar o epistemicídio, ele decorre do olhar civilizatório que embasou o período colonial, alcançando sua elaboração plena no racismo do século XIX (Carneiro, 2023). A alienação imposta a uma massa de humanos, cujos corpos foram transformados em mercadorias, foi uma das facetas mais violentas do terror colonial, baseado em ideais dualistas e evolucionistas da história (Reis, 2020). Mignolo (2003) ressalta, nessa perspectiva, que os colonizadores hierarquizaram a inteligência e o “grau de civilidade” dos povos colonizados, tendo como base classificatória a ausência de escrita alfabética, do comércio e do Estado como traços de sociedades menos evoluídas.

O avanço das formas europeias de conhecimento consolida a hegemonia epistêmica ditada pelo ocidente, expandindo globalmente os conceitos, as imagens e as representações fabricadas no seio da cultura europeia para classificar povos não europeus (Reis, 2020). Assim, as estruturas do racismo e sexismo, o qual será mais aprofundado abaixo, são edificadas por meio da despossessão material e simbólica, bem como da objetificação de sujeitos subalternizados ao negar sua humanização plena. A negação da condição humana aos sujeitos coloniais, regulada pela diferença das relações raciais e de gênero, sustenta o apagamento de suas formas de vida, pensamento, saberes e experiências.

Dessa forma, ocorre a desqualificação dos conhecimentos produzidos por corpos não brancos e não cisheteronormativos, frente à matriz hegemônica do saber

estabelecida como superior, que é naturalizada e tida como instrumento de negação ontológica. Em última análise, o modo de conhecimento social e culturalmente enaltecido será aquele associado à influência expansiva da ordem colonial predominante (Reis, 2020). Conforme expresso pelo filósofo Diego dos Santos Reis:

Ao repetir o padrão epistêmico ocidental como modelo referencial do conhecimento, tornou-se possível a tutela subordinadora dos sujeitos e dos saberes que escapavam à lógica dicotômica do pensamento europeu, ao modelo de organização política dos Estados-nação modernos e ao sistema econômico capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção. O epistemicídio (Santos; Menezes, 2010; Carneiro, 2005), ao negar a capacidade de produção de conhecimento de povos não europeus, historicamente, teve a função de destruir as formas de saber locais em detrimento da imposição de uma única racionalidade legitimada, vinculada ao processo de eurocentração da modernidade/colonialidade (2020, p.8).

Além da negação e desqualificação do saber produzido pelos povos subjugados, o epistemicídio envolve um processo insistente de produção da indigência cultural. Isso ocorre por diversos fatores como: (i) privação ao acesso à educação, principalmente a de qualidade; (ii) produção da desvalorização intelectual; (iii) pelos diversos aparatos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento, rebaixando sua apreensão cognitiva; (iv) pela carência de recursos materiais e/ou pela deterioração de sua autoestima decorrente dos padrões discriminatórios presentes no sistema educacional (Carneiro, 2023).

Conforme Sueli Carneiro (2023), isso ocorre pois não é viável descredenciar as modalidades de conhecimento das comunidades dominadas sem também desacreditá-las, tanto individual quanto coletivamente, como agentes do conhecimento. Ao realizar esse processo, retira-se delas a razão, uma condição necessária para atingir o conhecimento considerado legítimo ou validado. Nas palavras de Carneiro: “Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender” (2023, p. 89).

O conceito de epistemicídio, assim definido, permite visualizar as múltiplas camadas em que se expressam as contradições experienciadas pelos negros com relação à educação e, principalmente, as desigualdades raciais nesse campo. Permite, também, organizar essas contradições com base em uma concepção epistemológica que guia a produção e a reprodução do conhecimento, determinando as relações sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores racialmente. As diferenças culturais e raciais influenciarão, conforme esse prisma epistemológico, nas possibilidades intelectuais do aluno (Carneiro, 2023).

Além da dimensão racial, a violência epistêmica também possui uma face sexista e assegura a naturalização do pensamento ocidental como soberano em detrimento de práticas, cosmologias e saberes não ocidentais produzidos por mulheres. Grosfoguel (2016) expõe o sexismo epistêmico ao relatar a queima de mulheres indo-europeias vivas acusadas de bruxaria como constitutivo da matriz de conhecimento implementada pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI. Conforme seu pensamento, o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento fabricado por outros sujeitos (classificados como não ocidentais, não masculinos ou não heterossexuais) gera uma injustiça cognitiva e compõe um dos mecanismos utilizados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais.

Ao abordar o racismo e sexismo epistêmicos, é importante sublinhar que ambos os processos possuem semelhanças, já que se baseiam na construção falaciosa de diferenças “naturais” e “biológicas” entre raças e identidades de gênero. Contudo, consoante discutido no tópico 2.2 deste trabalho, devido ao racismo, o modo como o gênero incidirá em cada corpo, a depender da sua raça, irá variar e, conseqüentemente, a incidência da violência epistêmica.

Indo além, é possível inferir que a matriz colonial que perpetua o epistemicídio dos povos colonizados também reverbera sobre pessoas transvestigêneres, já que incorre na mesma norma branca cristã cisheteropatriarcal. No entanto, Viviane Vergueiro (2016) chama atenção para a falta de estudos que mencionem os efeitos da colonialidade sobre a invisibilidade de corpos e identidades de gênero transvestigêneres. De acordo com a autora, os projetos coloniais não se restringiram à exploração econômica e política das colônias, mas também às “perspectivas socioculturais eurocêntricas, cristãs e racistas sobre corpos e identidades de gênero” (2016, p. 18).

Embora durante o período colonial não existissem algumas nomenclaturas que são utilizadas atualmente para se referir às pessoas transvestigêneres e até mesmo as categorias de sexo e gênero possuam diferentes concepções a depender do período e contexto sociocultural, Rita Segato (2010) relata as diferentes formas coloniais de dominação contra moralidades e grupos que rompiam com a estrutura civilizatória europeia:

Povos indígenas [...], assim como uma quantidade de povos nativos norte-americanos e das primeiras nações canadenses, além de todos grupos religiosos afro-americanos, incluem linguagens e contemplam práticas ‘transgêneras’ estabilizadas, casamentos entre pessoas que o ocidente entende como ‘de mesmo sexo’, e outras transitividades

de gênero bloqueadas pelo [c]istema de gênero absolutamente engessado da modernidade colonial.

Sob a matriz decolonial, os processos de extermínio, invisibilização e precarização de perspectivas não ocidentais sobre corpos e identidades de gênero criam modos institucionais e não institucionais de ciscolonialidade que perpetuam a continuidade desses processos de exclusão (Vergueiro, 2016). No campo da produção de conhecimento, Vergueiro se apropria do conceito de colonialidade do saber para denominá-la de ciscolonialidade do saber. Enquanto o primeiro refere-se ao efeito de subalternização, folclorização ou apagamento de conhecimentos que rompem com o modelo de racionalidade da ciência moderna ocidental (Walsh, 2007), a ciscolonialidade do saber ilustra esses apagamentos sobre diversidades corporais e de identidade de gênero que rompem com a matriz da cisgeneridade.

Conforme Maria Clara Araújo dos Passos (2022), a ciscolonialidade do saber efetua inexistências e silenciamentos do que é produzido por pessoas trans* e travestis, deslegitimando a potencialidade teórico-prática e política de suas produções acadêmicas. Nessa contramão, teorizações transfeministas têm o potencial de desestabilizar categorias e se opor a formas de pensamento que corroboram com a inexistência, apagamento, exotificação e inferiorização das produções de sujeitos trans* e travestis (Vergueiro; Passos, 2022).

Assim, uma das estratégias de combate ao epistemicídio da população trans* e travesti é o resgate de sua memória. No cenário brasileiro, o apagamento da história de Xica Manicongo, por exemplo, demonstra as violências históricas perpetradas contra travestis ao longo do século XVI no Brasil. Devido à perseguição de pessoas transvestigêneres, relatos mais recentes sobre outras figuras históricas como Madame Satã, Cintura Fina e Tomba Homem, têm sido escritos com base nos registros policiais que operavam como forma de controle social, principalmente no período da ditadura (York; Oliveira, 2020).

As pesquisas que valorizem a trajetória de personalidades transvestigêneres tem permitido uma releitura da história desse movimento a partir do resgate do que foi deixado de lado. Por meio da descoberta da luta das primeiras travestis militantes, o movimento trans* recupera a narrativa e memória para comprovar como desde sempre tem lutado para sobreviver e resistir diante de segregações inclusive do próprio movimento LGBTTIAP+. Conforme Sara York e Megg Rayara (2020) relembra, foram as travestis que contribuíram ativamente com a estruturação do

movimento gay e acabaram sendo deixadas de lado em ações políticas desenvolvidas por ele, como na despatologização do “homossexualismo”.

Quanto ao processo insistente de fabricação da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de adquirir as capacidades intelectuais, esse processo é marcado pela baixíssima escolaridade de mulheres trans e travestis, principalmente negras e periféricas (Relatório Antra, 2023). A dificuldade que pessoas trans* e travestis enfrentam no ambiente educacional é um dos múltiplos fatores que as afastam do ensino superior e, conseqüentemente, do campo acadêmico. Uma das conseqüências disso são pesquisas sobre pessoas trans* e travestis sem suas presenças ou estudos que reverberam a falsa ideia de que essas pessoas só começam a existir a partir do desenvolvimento das ciências da saúde e do conceito de transexualidade (Vergueiro, 2016).

Todos esses fatores são atravessados pelo genocídio transvestigênera, evidenciado no relatório de 2023 da Antra, o qual comprova que o Brasil mata uma travesti ou mulher trans a cada 48 horas, liderando o ranking internacional de assassinatos de trans* e travestis. Nesse sentido, o extermínio de mulheres trans e travestis, sobretudo se negras, faveladas e periféricas, não significa somente a desumanização de seus corpos na sociedade, mas também o aniquilamento de suas histórias, saberes e lutas, o que torna urgente a recuperação da trajetória dessas pessoas e a construção de políticas que possibilitem o seu protagonismo epistêmico.

Nesse cenário, é imprescindível refletir sobre a contribuição do campo jurídico no apagamento de pessoas negras, periféricas, e que rompem com a cisheteronormatividade. As engrenagens legais também foram construídas de modo a produzir o epistemicídio com base em “hierarquias raciais, binárias e essencialistas do fundamentalismo eurocêntrico hegemônico” (Grosfoguel, 2011, p.346), o que contribui no extermínio de pessoas trans* e travestis negras e periféricas como seres dotados de humanidade e fonte de saberes.

Thula Pires e Ana Carolina Mattoso (2019) relatam que as faculdades de direito se constituíram como locais altamente hierarquizados e compostos pela elite econômica, racial e sexual pátria, contribuindo com processos políticos que eram realizados à revelia das classes populares, racializadas como não brancas. Dessa forma, os cursos de direito assumem um protagonismo na formalização e manutenção da estrutura da colonialidade por meio da legitimidade desse aparato e naturalização de seus institutos sob o manto da neutralidade (Pires; Mattoso, 2019).

Até mesmo no campo da teoria crítica do direito, o epistemicídio também impossibilitou um olhar sobre o racismo, as relações raciais e dissidências de gênero e sexualidade. Segundo Maurício Azevedo de Araújo (2021), na literatura crítica do direito dos anos oitenta e noventa inexisteram reflexões acerca do racismo enquanto elemento estruturante da sociedade, a despeito da luta política do movimento negro e de relevantes obras sobre o racismo no Brasil, como Guerreiro Ramos e Lélia Gonzalez. Do mesmo modo, quando as teorias críticas do direito enxergavam nos Movimentos Sociais os sujeitos de uma nova cultura jurídica, invisibilizavam o papel de resistências negras por meio de categorias gerais de classe como trabalhador, camponês, sem teto (Araújo, 2021).

No campo das dissidências de gênero e sexualidade, uma pesquisa realizada pela acadêmica Melissa Barbieri de Oliveira em sua tese de doutorado demonstrou como a concepção da pessoa trans* no mundo jurídico inicia-se pela via do saber médico, o qual situa a transgeneridade como um diagnóstico, sendo as primeiras discussões no sentido de descobrir se o médico poderia ou não intervir e realizar a redesignação sexual do paciente. Oliveira (2017) realizou uma revisão bibliográfica nos principais manuais de direito civil para compreender como os autores abordaram o tema da transgeneridade atualmente, mais especificamente entre 2010 e 2015, aferindo uma contínua patologização do tema.

Por exemplo, a primeira vez que os autores Flavio Tartuce e José Fernando Simão mencionam o tema da transgeneridade em seu livro ocorreu em 2013, no campo dos direitos da personalidade, (Oliveira, 2017). Os civilistas, ao discursarem sobre a cirurgia de redesignação sexual, afirmam que a “a adequação de sexo para o transexual é uma verdadeira necessidade, não um mero capricho ou anseio pessoal. Trata-se da cura para uma doença, para uma patologia; uma adequação social” (2013, p. 174).

Todavia, ao pesquisar pelo termo “transexual” no manual de direito civil de Flavio Tartuce de 2022, encontrei uma defesa das “decisões científicas da classe médica” como entendimento doutrinário do autor, o qual alega uma tendência a despatologização da situação de pessoas trans*. O escritor menciona o artigo 1º da Resolução 2.265/2019 do Conselho Federal de Medicina, publicada em janeiro de 2020, o qual define:

Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento, incluindo-se neste grupo transexuais,

travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero (Tartuce, 2022, p.275).

Embora fosse necessária uma pesquisa mais ampla no restante dos manuais de direito civil que Melissa Oliveira (2017) menciona para compreender como pessoas trans* aparecem no campo da dogmática jurídica atualmente, é notável como a transgeneridade segue sendo classificada sem sua participação nos cursos de direito. Um dado que comprova essa constatação aparece na divulgação preliminar de uma pesquisa sobre “Quem faz a cabeça dos futuros juristas?”, coordenada por Wallace Corbo e Paula Flanzer (Jota, 2022).

Essa pesquisa indagou qual seria o perfil dos autores e autoras que são mais utilizados pelos estudantes de direito nos cursos jurídicos. Para isso, foram analisados os currículos básicos disponíveis nos portais online das Faculdades de direito de diferentes instituições de ensino renomadas nas disciplinas direito civil, direito constitucional e direito penal. Dos dados coletados, dos 279 autores indicados nas bibliografias básicas, 29 eram mulheres brancas e apenas três mulheres negras. Quanto à identidade de gênero, a pesquisa disse não identificar, de maneira relevante, autores trans* e travestis nas ementas básicas.

A ausência de pessoas transvestigêneres e o quase ausente percentual de mulheres negras como protagonistas na literatura utilizada nos cursos de direito é mais uma prova da ciscolonialidade do saber que reduz a produção de conhecimento dessas sujeitas como epistemologicamente irrelevantes para a formação dos futuros bacharéis. Por meio de uma pedagogia formalista, limitada e reprodutora de normas e doutrinas vazias, o aprendizado em direito tem se estruturado cego à necessidade da construção de uma educação que seja plural e abarque as dinâmicas e lutas sociais, tendo como objetivo a consciência coletiva (Cardoso; Macedo, 2022).

Esse processo de exclusão de pessoas transvestigêneres, sobretudo negras, dos campos hegemônicos de produção de saber, como também da desvalorização do conhecimento adquirido a partir de suas realidades é intensificado ao considerar fatores de classe e território, como demonstrado nas falas de algumas alunas no capítulo 2.3. Olhando para os territórios de favela, o epistemicídio pode ser considerado ainda mais forte, já que esses locais são historicamente marcados pela desvalorização de sua população, criações e memória. Conforme explicita o Projeto Entidade Maré, ao falar sobre a população LGBTTTQIAP+ favelada:

Somos LGBTQIA+, mas também somos periféricas e por isso vivenciamos com ainda mais força as experimentações de extermínio e epistemicídio. Tudo o que é produzido aqui em termos de cultura é duplamente folclorizado ou marginalizado e esquecido pela história oficial. Apesar de encontrarmos vários registros da história dos movimentos LGBTQIA+ do Rio de Janeiro, não há nada escrito sobre as manifestações culturais que aconteceram dentro da Maré. Vivemos cotidianamente um abismo de gênero reforçado por um abismo territorial, sistemático e histórico (Entidade Maré, 2021).

Consequentemente, a luta orgânica e organizada de pessoas transvestigêneres negras, principalmente se moradoras de territórios de favela e de periferia, é corrompida há anos pela higienização e instrumentalização de suas produções teóricas, culturais e sociais. Por isso a importância de historicizar o processo de construção do conhecimento e discutir os processos contra-hegemônicos de afirmação das culturas subalternizadas, bem como as ressignificações formuladas por elas (Reis, 2020). A necessidade de reverter o apagamento da presença de pessoas negras, trans* e travestis nas produções jurídicas exige “reposicionar saberes, práticas e repertórios produzidos por esses sujeitos como formas válidas e legítimas de conhecimento” (Reis, 2020, p.13).

Assim, essas páginas compartilham a experiência de uma Escola de Formação Crítica que nasce da potência científica e transgressora de pessoas LGBTTIAP+ negras e faveladas e é capaz de ressignificar modos hegemônicos de pensar e construir o direito. A partir de posicionamentos insurgentes, que entendem a realidade opressora como condição a ser transformada, surgem Movimentos Sociais liderados por travestis e mulheres trans* negras, como o Conexão G, o qual constroem uma nova realidade social para seus atores (Passos, 2023). A EFCMM é o exemplo de um projeto social negro e favelado que encontra meios de *hackear*⁴¹ saberes jurídicos com seus corpos e se inserem na luta por direitos em seus próprios termos, dando coíós no academicismo branco e jurídico.

De modo a resistir a esse extermínio, mulheres trans e travestis e Movimentos Sociais transvestigêneres e favelados, a exemplo do Conexão G, tem elaborado suas próprias pedagogias dentro de seus territórios. Alguns exemplos de pedagogias

⁴¹O termo “hackear”, que vem da palavra inglesa *hack*, significa invadir um sistema ou rede computacional, ou usar as técnicas que constituem um sistema contra ele mesmo causando modificações a favor de alguém (Santos, 2023). Dessa maneira, utilizo o termo “hackear” no sentido de disputar o conhecimento hegemônico do direito ao utilizar o sistema jurídico contra ele próprio, o contaminando com saberes contrahegemônicos protagonizados por mulheres trans e travestis periféricas.

criadas por travestis e mulheres trans* integrantes dos Movimentos Sociais que visam transformar a realidade opressora transfóbica da produção de conhecimento são a *Pedagogia do Salto Alto*, formulada por Marina Reidel; a *Pedagogia da Desobediência*, criada por Thiffany Odara e *Pedagogias e Currículo Queer* reivindicada por Adriana Sales (Passos, 2022). Percebe-se, portanto, que há uma agência não apenas social, mas também política e epistêmica desses Movimentos Sociais (Walsh, 2011).

A difusão de diferentes formas de imaginar e pensar sobre a transvestigêneridade pode ser contrastada com um universalismo abstrato que desconsidera experiências e afirmações que vão de encontro a uma produção de conhecimento hegemônica (Bernardino-Costa et al, 2018). Nesse projeto epistêmico e ético desenvolvido por pessoas e grupos que desafiam as condições que reverberam racionalidades modernas/coloniais e desumanizadoras, como a EFCMM, permite-se um deslocamento das perspectivas que restringem as travestis aos lugares fixos da clandestinidade.

A disputa das categorias de hierarquização de humanidade, apresentados no tópico 2.2, não ocorre, na teoria, desatrelada do combate às práticas de extermínio, materiais e simbólicas, e à desumanização que provém dessa negação no campo da construção de conhecimento (Reis, 2022). Por isso, esse trabalho se preocupa em pesquisar a EFCMM junto com quem a compõe, de forma a situar suas integrantes como produtoras e multiplicadoras de um conhecimento que afirme suas existências.

Essa relevância reflete-se em algumas ações da EFCMM como o questionamento de narrativas hegemônicas e lentes analíticas que não a representam; na compreensão de como o racismo e a transfobia repercutem na vida das alunas e equipe; no fortalecimento por meio do compartilhamento de experiências vividas por cada uma; na descoberta das múltiplas formas de ser e estar no mundo e na criação de uma rede segura de troca de afetos. Por meio dessas dinâmicas, há uma valorização das falas e conhecimentos das alunas para articular planos de ação que, ao serem pensados por e para elas, modificam a forma de produzir conhecimento e planejar políticas públicas locais.

Sob esse ponto de vista, é perceptível como ações fomentadas pela EFCMM, a exemplo da produção de cartilhas educativas de sensibilização para corpos LGBTTTQIAP+ dentro de uma favela; o mapeamento de políticas públicas de direitos LGTBTTQIAP+ em outros países promovido dentro de um espaço favelado; e a

ocupação de locais culturais como museus e peças, são realizações do protagonismo epistêmico de seus corpos, afinal, elas são as propulsoras desses projetos.

Viviane Vergueiro (2016) argumenta que uma das formas de dismantelar a ciscolonialidade do saber é a produção de conhecimentos que sejam capazes de reescrever e desaprender as “colonialidades condescendentes e inferiorizantes” (2016, p.267) que excluíram, historicamente, pessoas trans* e travestis da possibilidade de produzir saberes, além do enfrentamento efetivo das violências que as impedem do acesso a recursos educacionais.

Sob essa ótica, a EFCMM fissa a ciscolonialidade do saber ao contrapor experiências complexas e imbrincadas de mulheres trans e travestis periféricas, em sua maioria negras, contra compreensões dominantes que simplificam suas vidas. Ao trazer o olhar de diferentes marcadores de opressão como o do território de favela ou periferia, essa Escola adequa a discussão de diversidades corporais e de gênero às realidades locais de suas alunas, demonstrando como fatores ligados à raça, classe e moradia perpassam o gênero e a sexualidade.

A metodologia da EFCMM do Rio de Janeiro, por ser estruturada por uma travesti, negra, favelada, com histórico na educação popular e que consegue acessar a academia, possui a inovação de trazer reflexões incomuns na realidade das alunas, como o intelectual Roland Barthes, e contaminá-lo a partir de suas interpretações, acrescentado de subversões irradiadas por Linn da Quebrada por exemplo. Logo, combate-se preconceitos como o de que uma travesti favelada seria incapaz de compreender um filósofo francês, sendo as alunas quem dizem ao autor como a ideia que está no papel se aplica à sua realidade.

Por exemplo, uma das discussões com as alunas da EFCMM no Complexo do Alemão que surgiu no primeiro dia de aula foi guiada pelo texto “aula” de autoria de Roland Barthes. Após lerem o texto, as alunas debateram sobre o que significava “poder” para elas, no que primeiro apareceram respostas no plano material como “*ter uma arma, um carro*”, algumas associando o poder à figura de um traficante, até respostas mais no plano subjetivo como “*poder pra mim é conhecimento (...) quanto mais você sabe, mais você pode*”.

Desse modo, os textos passam a ser debatidos pelas alunas, refletindo a sua significação em face de suas realidades, sem pré-estabelecer de forma restrita como as sujeitas devem ser e estar no mundo (Freire, 2014). A educação da EFCMM, nesse sentido, se constitui como uma prática de liberdade ao instigar nas alunas a pergunta,

a criticidade e o desejo pela liberdade a partir de meios de respeito às suas histórias de vida e desejos.

Unido a isso, as próprias alunas junto com a equipe do Conexão refletem sobre seu território e existência através de suas experiências que são insubstituíveis, compartilhando ideias e ações que de fato podem incidir na existência de cada uma ao partirem de si mesmas. Nesse momento elas são as autoras das ideias que serão aplicadas na região em que ocorre a turma. Como os territórios possuem peculiaridades e, conseqüentemente, demandas diferentes de políticas públicas, a EFCMM demonstra que travestis negras de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro terão uma demanda diversa de uma travesti negra de uma favela da Zona Norte, assim como de uma moradora da Baixada Fluminense, valorizando cada região.

Um exemplo da produção de conhecimento e aplicação no campo prático que testemunhei na turma de Duque de Caxias foi a montagem da exposição “TransFormar os olhares sobre nós”. Após as alunas dialogarem ao longo das aulas sobre a falta de equipamentos culturais em Caxias que refletissem suas realidades e vivências, apareceu a proposta de uma exposição fotográfica realizada por elas e exposta no Centro de Cidadania LGBTI+ de Caxias, onde ocorreram as aulas da EFCMM.

Por meio de discussões capitaneadas por músicas, textos literários e acadêmicos, rodas de conversa, a visita ao Museu de Arte do Rio, e a descoberta de que o campo de conhecimento pode fluir por diferentes fontes de saber, privilegiou-se a fotografia como símbolo de suas narrativas. A exposição surgiu, então, como uma forma de afirmar que produções culturais podem e devem abarcar seus corpos, assim como para “destacar a capacidade das mulheres trans e travestis de narrar suas próprias experiências e contribuir para esses espaços culturais” (Conexão G, 2024).

Cunha e Assy (2016) definem a injustiça social como oriunda da opressão decorrente das privações determinadas pelo empobrecimento impostas pelo sistema econômico, ou, da opressão que decorre de preconceitos e discriminações resultantes em desigualdades injustas. O sujeito que vivencia uma das duas opressões ou ambas é o que chamam de sujeito da injustiça social, o que engloba as sujeitas dessa pesquisa. Segundo Assy (2023), é importante valorizar a produção de saberes a partir das experiências concretas desses sujeitos da injustiça social, que se engajam politicamente em Movimentos Sociais e coletivos políticos, para produzir uma nova gramática que contemple seus corpos.

Nesse sentido, a exposição “TransFormar os olhares sobre nós” é exatamente uma nova leitura das alunas capitaneadas por elas mesmas capaz de modificar o modo como as instituições as enxergam. Enquanto o direito e, conseqüentemente, o seu ensino, se constituem na quase ausência de pessoas trans* e travestis negras e periféricas no seu campo de produção de saber, as alunas e a equipe da EFCMM constroem essa nova gramática que se inicia pelo seu protagonismo no modo de ver o mundo e exercer a cidadania. Essa nova gramática não só denuncia o contrato racial que sustenta o direito, como o subverte por meio dos olhares da travestilidade.

3.2

A Escola Majorie Marchi e a Representatividade: “Eu quero ser que nem você, eu nunca tinha visto uma professora travesti.”

Ao abordar o sistema educacional brasileiro, Diego Reis elucida a necessidade de questionamento “dos pressupostos inscritos em territórios estruturalmente atravessados pela lógica racial/sexual binária” (2022, p.7), a fim de nutrir modos de construção do conhecimento e um vocabulário que auxilie nos enfrentamentos em curso no tempo histórico. Nesse sentido, uma das propostas da EFCMM é refundar a forma como as travestis são representadas e compreendidas socialmente para que dessa maneira elas possam ocupar espaços de poder, protagonizar políticas públicas e acesso à direitos.

A identidade política travesti ainda é comumente associada à marginalidade e isso é comprovado pelas próprias falas de algumas das alunas da EFCMM de Duque de Caxias que, ao serem indagadas no primeiro dia de aula da turma sobre o que vinha às suas cabeças ao imaginar esse termo, ressoaram palavras como “*prostituta*”, “*ladrão*”, *marginal*”. Segundo Sara Wagner York e Megg Rayara, se reconhecer enquanto travesti significa compreender: “uma classe na qual busca se pertencer e não o pertencimento, por termos sido jogadas a esta compreensão. Uma compreensão de não lugar, sem nome, laços afetivos, ou humanidade” (2020, p.7).

As experiências identitárias das travestis brasileiras demonstram a existência de características singulares experimentadas na realidade vivenciada por elas. Mesmo que determinadas lutas coletivas rompam fronteiras geopolíticas, há maneiras específicas como indivíduos se configuram socialmente em cada país e a trajetória percorrida pelas travestis brasileiras reivindica um local de enunciação

próprio (Passos, 2022). Segundo Maria Clara Araújo dos Passos, “A voz da travesti brasileira é fortemente marcada não só pela localização em que está inserida, como também pelas colonialidades que incidem sobre o corpo latino-americano que vocaliza” (2022, p.78).

Dessa forma, a oposição que as travestis têm feito à maneira como têm sido personificadas e categorizadas no Brasil tem sido cada vez mais imprescindível para o avanço de pautas políticas que as representam. Por isso, um dos avanços mais significativos para o Movimento de travestis e mulheres trans, segundo Passos (2022), é a transformação das concepções culturais dominantes acerca de seus direitos e dos seus corpos. Esses movimentos intervêm na realidade social ao destacar a necessidade e imprescindibilidade de afirmar a própria humanidade das travestis.

E se ser travesti no contexto brasileiro é um diferencial ao pensar sobre essa identidade política, ser travesti negra oriunda de um território de favela expressa uma camada ainda mais distinta dessa vivência na luta política. Conforme o 1º Dossiê Anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas (2024), coordenado pelo Conexão G, a população LGBTTTQIAP+ favelada se depara cotidianamente com obstáculos e dificuldades que outras parcelas dessa mesma população, fora das favelas, são incapazes de imaginar.

A violência policial que permeia os territórios de favelas recai de forma desproporcional em cima da população LGBTTTQIAP+, o que exacerba a vulnerabilidade desses indivíduos. Em territórios onde a LGBTTTfobia e a transfobia já configuram uma ameaça constante, a atuação policial com frequência se torna mais um motivo de medo e opressão, que não apenas viola direitos sociais básicos, mas também rompe com a pretensão de justiça social (Conexão G, 2024).

Unido à polícia militarizada, a ausência de políticas públicas eficazes, perpetua a marginalização de quem vive nesses territórios. Por isso é impossível pensar em representatividade vinculada à EFCMM, fruto de um projeto do Conexão G, sem um compromisso com o questionamento do que representa ser uma travesti moradora de uma zona sistematicamente escondida e silenciada sob a mão armada do Estado (Conexão G, 2024).

Nessa perspectiva, a equipe do Conexão G que integra a EFCMM e suas educadoras populares, travestis negras, oriundas do Complexo de Favelas da Maré, relembram o tempo inteiro às alunas da relevância que os territórios possuem em suas vivências. A partir dessa importância, destaca-se a necessidade de articulação das

alunas, mulheres trans* e travestis faveladas e periféricas, de ocuparem espaços políticos, valorizarem suas experiências e lutarem por políticas públicas atreladas às realidades de onde vivem.

Sob esse enfoque, ao trabalhar a promoção da representatividade de travestis e mulheres trans* negras periféricas pela EFCMM, verso sobre duas dimensões da representatividade. A primeira (i) refere-se à representatividade das educadoras populares, oriundas do Complexo de Favelas da Maré, que ressignificam e valorizam a identidade travesti brasileira periférica, o que permite que outras travestis sonhem com diferentes possibilidades de vida, ampliando seus imaginários; a segunda (ii) é referente à representatividade no campo institucional, ocupando espaços políticos, de poder e de influência na promoção de seus direitos. Ambas as dimensões da representatividade pressupõem um compromisso social, um senso de coletividade e responsabilidade com a ruptura das estruturas transfóbicas.

A fim de adentrar na primeira dimensão da representatividade, apresentarei as educadoras populares da EFCMM, Nlaysia Luciano e Larissa Soares, para demonstrar como suas atuações modificam a realidade das alunas da Escola. Ressalto que como somente acompanhei a EFCMM que atua no estado do Rio de Janeiro, sendo protagonizada pela educadora Nlaysia até o fechamento desta dissertação, trago mais relatos da sua experiência no projeto da Escola de formação crítica.

Dessa forma, ao final da turma de Duque de Caxias, em novembro, visitei Nlaysia na Vila do Pinheiro, uma das favelas do Complexo da Maré, onde ela reside. Estava animada para finalmente conversar com calma e descobrir como ela se tornou educadora popular dentro da Maré. Unido à curiosidade, após me inserir aos poucos na Escola, já havíamos conquistado certa intimidade que me deixava confortável para fazer todas as perguntas que eu tinha na cabeça. O resultado foi uma entrevista de 2 horas e meia interrompidas por dois pratos feitos saborosos, uma jarra doce de suco de abacaxi, e a mente fervilhando com as provocações que me foram feitas.

Nlaysia Luciano Gaspar Mesquita se apresentou como uma mulher, mulher trans e travesti, “*as três possibilidades de mulheridade*”, de 27 anos, preta, heterossexual, filha de Maria de Fátima e moradora da Maré, atuando como educadora popular no

pré-vestibular do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré⁴²), como pesquisadora e aluna em Letras na UFRJ.

Nlaisa é responsável por pensar a metodologia do projeto da EFCMM que ocorre no Rio de Janeiro, tendo o sensorial como ponto de partida através da leitura, escuta, escrita, imagem, fala e corpo. Ao se definir, ela me diz:

A Nlaisa é forjada né e aí forjada no sentido de todo o material bruto que eu pude coletar na minha vida em relação às minhas memórias afetivas sendo elas dolorosas ou não, em relação ao território que eu resido há 27 anos na minha vida, em relação a todos os acessos e oportunidades que eu tive, seja pela arte, seja pela intelectualidade acadêmica ou a intelectualidade que surge num contexto contra hegemônico, contra acadêmico, que é do popular também, que é desse conhecimento que está presente nessa sabedoria ancestral.

Ao perguntar a ela sobre seu nome, Nlaisa me deu uma aula sobre como foi a ideia e o estudo por trás de uma nomeação que é singular. Ao resgatar memórias de infância, de sua ancestralidade, abasileirando expressões do inglês e subvertendo a divisão formal de sílabas do português, Nlaisa surge pronunciado de uma forma e escrito de outra. Através da junção de cada letra, cria-se uma nomeação que propõe um novo olhar sobre o que é nomear o que existe, recuperando um tempo espacial além do presente, que se comunica com o passado e projeta futuros. Nlaisa é assim, transgressora, prova ao mundo branco cisheteronormativo que não será colocada em uma caixa, nem mesmo a língua será capaz de aprisioná-la.

Sobre as lutas travadas em seu cotidiano, Nlaisa ressalta a dimensão que o seu papel como educadora popular da EFCMM possui na prática e a repercussão disso para as alunas:

Eu poder ser educadora de uma escola de formação crítica que remete a uma travesti que foi muito importante pra retificação de nomes, gêneros, que é a Majorie Marchi, dentro desse projeto, dentro de uma instituição que é da favela, comandada por uma traviarca, Gilmará Cunha. Se tem uma instituição que recebe essa responsabilidade de lutar na prática pela população LGBT, essa escola especificamente só para mulheres travestis de territórios favelas do Rio de Janeiro e eu sou educadora e eu tô ali sabe contribuindo pra que uma trava da Rocinha de mais de 50 anos que não gostava do termo travesti saia formada e orgulhosa do termo né ou muitas outras que acabaram sendo transformadas pela minha contaminação. Eu acho que essa é a luta que eu

⁴²O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM é formado por um grupo de moradores e ex-moradores que acessaram formação universitária. Há 25 anos o CEASM disponibiliza acesso à cultura, educação, pesquisa, comunicação e memória para moradores do conjunto de favelas da Maré (com aproximadamente 140 mil moradores, distribuídos por 16 comunidades). Disponível em: <https://www.ceasm.org.br/quem-somos>. Acesso em 16 Jan.2024.

quero travar e travar nesse sentido – travar - e muitas outras como a arte, a educação, elas são esses pilares assim que talvez me caibam. (grifo meu)

Quanto ao fato de ser uma travesti oriunda do Complexo de Favelas da Maré, ela se enxerga como um corpo que se entende nas entranhas da favela. Para Nlaison, “*não tem como eu dissociar minha vida a minha existência, meu fazer política, o meu olhar sobre o mundo desconsiderando a favela da Maré, porque a Maré tá dentro da minha constituição, da pessoa que eu sou.*”. Segundo ela, no final do Ensino Médio, veio “*o desejo e a consciência de me entender como uma pessoa que sim queria acessar a universidade.*”, atribuindo ao Museu da Maré e ao CEASM a ampliação do seu olhar para o mundo.

O CEASM e a Maré são tão intrínsecos à vida da professora da EFCMM que ela se tornou a primeira educadora popular travesti no pré-vestibular do CEASM. De acordo com Nlaison, quando ela assume a coordenação do CEASM em 2018 é que começam a ter pessoas trans* mareenses passando para a faculdade, “*porque a minha presença lá fez elas se inscreverem se matricularem*”. Para ela, “*isso já responde assim o que é ser essa educadora, é ser uma pessoa que tá transformando de alguma maneira a nossa realidade*”.

Em 2018, somente 0,3% dos estudantes matriculados em universidades federais do Brasil se identificavam como pessoas trans*⁴³, existindo uma escassez de dados quanto à população trans e travesti presente no ensino superior⁴⁴. Conforme alega Mombaça (2015), a falta de pessoas trans* nas universidades e instituições é continuamente produzida e reproduzida pelos mecanismos acadêmicos-políticos, porém Nlaison é uma das raras presenças travestis nos corredores universitários, sobretudo se ressaltado seu território e sua raça.

Ao abordar sua representatividade na sala de aula do CEASM como uma professora travesti, Nlaison me contou orgulhosa de um aluno que um dia chegou para ela e admitiu que antes de conhecê-la tinha preconceito com mulheres transvestigêneres, e agora, ao andar pela Maré, e avistar alguma, indaga “*nossa será que ela é inteligente igual a minha professora? será que ela também faz faculdade igual a minha professora? será que ela dança? será que ela é professora?*”.

⁴³Dado fornecido pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 15 jun. 2023.

⁴⁴Glier, Douglas. O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior. *Jornal Extraclasse – Simpro/RS*. 13 de Abril de 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Já no campo pessoal, por frequentar lugares hegemonicamente cisheteronormativos na Maré, “lugares assim que tem garotos do skate, do hip hop” e todo mundo abraçá-la e falar com ela, isso modificou a própria existência de pessoas trans* nesses espaços. “*Naturalizarem minha existência fez com que outras amigas minhas trans pudessem ser agora abraçadas por caras como esse sabe? E eu acho que é transformar mesmo para fora da sala de aula, a vida no entorno, no geral*”.

Todas as alunas que entrevistei nesta dissertação me afirmaram que era a primeira vez na vida que tinham contato com uma professora travesti. Lembro da fala de Isabella em Caxias, olhando pra Nlaison com admiração, “*eu não imaginava que existiam pessoas assim que se preocupava com a nossa vida, desse lugar*”, enquanto outra disse aluna disse “*Eu quero ser que nem você, eu nunca tinha visto uma professora travesti.*” O impacto que não só a imagem de Nlaison como uma professora travesti favelada que se orgulha do seu lugar e identidade geram nesse projeto, mas a sua capacidade de afetação de cada integrante é explícita logo no primeiro dia de aula onde é pedido às alunas que identifiquem o que significa ser travesti.

No primeiro dia de aula no Complexo do Alemão, ao Nlaison questionar as alunas qual a imagem que aparecia na cabeça delas quando se falava em “travesti”, uma delas disse que era “*ir se transicionando, se conhecendo*”, outra que “*era não ter um bom silicone, [...] trans é quando bota prótese*”, semelhante à fala de Thifany no ponto 2.1. Ao lado dessas respostas, uma aluna disse “*pra mim ser travesti é ser tudo que a sociedade fala que a gente não pode ser. A gente quebra vários padrões, desde o nosso modo de andar, de falar*”.

Em Duque de Caxias, como mencionado no início deste tópico, as alunas apresentaram uma chuva de estereótipos negativos ao responder sobre o que vinha às suas cabeças quando pensavam em uma travesti. A partir da maioria das respostas negativas, Nlaison ressaltou a importância de ressignificar o termo travesti, dando exemplos de travestis importantes na nossa história e compartilhando histórias de modificação dos significados atribuídos a esse signo linguístico.

Com as alunas atentas em uma roda, começou um debate sobre a palavra travesti ter sido carregada de imagens negativas ao longo da história, mas como as novas gerações como a de Nlaison já tem conseguido reformular esse termo. Nesse sentido, as travestis de gerações anteriores, como Majorie Marchi e Gilmaria Cunha, abriram caminho para resgatar a ancestralidade e a potência da travestilidade. Após

essa conversa, Nlaised perguntou às alunas “*o que é travesti em uma única palavra?*”, ressoando palavras como “*força, coragem, determinação, sucesso, atitude, trabalho, coragem, luta, guerreira, existência, quebras dos padrões*”.

Ao final da turma de Caxias, durante as minhas entrevistas, perguntei às alunas o que significava para elas ter Nlaised como professora e a maior parte das respostas ressaltou a relevância da dimensão da representatividade e inspiração, como Christyane ao me dizer: “*a gente fica muito feliz de ver uma mulher trans dando aula e isso quebra muito tabu. Mulher trans, preta, de comunidade, chegar onde ela chegou, isso é muito importante pra nossa classe social*”. Já Flavia respondeu: “*Eu acho que inspira a gente. É um trabalho que é tão cisgênero e eu também quero me colocar num local de trabalho normativo, eu acho que é muito importante a presença dela*”.

Ao ouvir a fala de Isabella, me marcou a demarcação da figura de Nlaised como educadora popular trazer à tona a existência e ocupação de corpos transvestigêneres negros e periféricos fora da zona de infiltração, mas sim pertencimento:

É bom a gente ver que nosso mundinho LGBT ta se expandindo mais e ver que tem pessoas igual a gente que não tá só infiltrada, tão ali no meio da nossa sociedade, do nosso dia a dia, que a gente possa se esbarrar, tipo.. a mesma coisa que a gente chegar numa loja e ter uma atendente trans, chegar no hospital e ter uma enfermeira trans, chegar numa delegacia.. são coisas que é difícil. Então esse foi o impacto que eu tive ao ver uma professora trans, porque eu nunca tinha ouvido falar.

Nesse processo de valorização de uma professora travesti, é imprescindível mencionar Larissa dos Santos Soares, que começou como articuladora territorial e coordenadora da EFCMM e atualmente se tornou educadora popular da EFCMM itinerante. Conheci Larissa no primeiro dia em que fui ao Complexo do Alemão e instantaneamente nos aproximamos. Aproveitávamos o intervalo das aulas para trocar sobre o pajubá, a vivência travesti dentro da Maré e cada vez mais era apresentada sobre sua trajetória enquanto preparávamos sanduíches de mortadela e margarina para o lanche da aula.

Aproveitei o lançamento da exposição protagonizada pelas alunas da turma de Caxias para entrevistá-la. Assim, ela se apresentou como Larissa dos Santos Soares, travesti, negra, de 40 anos, da Maré, que completou o Ensino Médio e atualmente integra a equipe do Conexão G. Assim como Nlaised, Larissa comenta o marco que a

Maré é em sua vida, sendo o local onde duas gerações de sua família nasceram e onde se sente mais segura, pois ali dentro ela é conhecida. Em suas palavras:

*Ali eu me tornei a pessoa que sou hoje. **Eu me sinto mais segura ali dentro do que circulando na cidade hoje em dia. aqui fora eu acho que é onde tem um grau de perversidade dos nossos corpos, entendeu? Hoje as pessoas me veem com outro olhar.** Eu trabalho no Conexão desde 2021, metade da minha vida tava trabalhando na rua. (grifo meu)*

Larissa me contou que chegou no Conexão G durante a pandemia, em 2021, quando foi buscar uma cesta básica e se deparou com a vontade de ajudar diante do cenário de insegurança alimentar. Desde que ingressou no Conexão G, ela já participou de diversos projetos da instituição, sendo atualmente sua principal atuação na EFCMM itinerante. Nesse processo, o que mais chamou sua atenção foi a semelhança das demandas por direitos existentes nas Escolas em cada estado, como a empregabilidade e educação, e a importância para as alunas das educadoras populares também se identificarem como travestis.

Dentro da EFCMM do Rio de Janeiro, um dos papéis que ela exerce é o acompanhamento das alunas após o final da turma em cada território. Segundo Larissa, uma das maneiras de demonstrar como a EFCMM se preocupa com as pessoas que integram esse projeto é o contínuo contato com as alunas, não bastando se autodenominar mobilizadora, mas sim ter empatia:

Eu tenho aquele carinho de mandar mensagem, procurar saber como tá. Eu tenho duas [alunas] que está em acompanhamento e se encontra internada e eu tô fazendo aquele acompanhamento, é... buscando saber se tá tendo atendimento de forma correta. Eu acho que isso daí para mim é amor. É... como é que eu vou dizer pra mim? Me ajuda, é a palavra de sensibilidade e empatia, não é só dizer que eu sou mobilizadora não, tem que ter empatia.

Considerando que para muitas pessoas transvestigêneres não foi permitida uma infância em que fosse possível ser você mesma e receber o amor da família, ter uma equipe de travestis negras e faveladas ocupando um espaço educacional e preocupada com o fortalecimento do afeto político entre elas, não deixa de ser a materialização da esperança. Logo, a representatividade da EFCMM possui o amor como base ética e prática de liberdade, já que, segundo Nlaysia, “*não há construção de luta sem afeto, não há construção de luta sem carinho, sem paciência*”.

Ao ressaltar a necessidade de representatividade de mulheres transvestigêneres negras e periféricas e a relevância da representatividade da metodologia e equipe da EFCMM para suas alunas, não pretendo cair na falácia de que a presença dessas

pessoas em posições de poder seria o suficiente para combater a transfobia, (Almeida, 2019). Segundo Silvio Almeida (2019), para uma camada de pessoas, a existência de representantes de minorias em tais posições seria a prova da meritocracia e nesse caso, de que a transfobia poderia ser combatida por esforço individual e pelo mérito, naturalizando a desigualdade.

Mesmo sob esse risco do argumento meritocrático, a representatividade pode ter dois efeitos relevantes no enfrentamento à discriminação, conforme explica Silvio Almeida (2019): (i) permitir a criação de um espaço político para que as demandas das minorias possam repercutir, especialmente quando a liderança conquistada for oriunda de um projeto político coletivo; e (ii) dismantelar as narrativas discriminatórias que somente enxergam minorias em locais de subalternidade.

Como a representatividade é sempre institucional e não estrutural, quando exercida, por exemplo, por pessoas negras, ela não significa que essas pessoas estão no poder, (Almeida, 2019). Logo, ao ressaltar a representatividade que a ocupação de mulheres trans e travestis negras e faveladas exercem ao liderarem projetos educacionais e pensarem a metodologia desses projetos, como a EFCMM, educando sobre a valorização de travestis, não teorizo aqui sobre uma solução para a transfobia e o racismo, principalmente no campo jurídico. O que acredito é na relevância dessa representatividade comprometida com uma justiça social para que instituições brancas e cisheteronormativas, como as instituições jurídicas, sejam afetadas pelo olhar da transvestigeneridade.

Segundo Thifany, a representatividade nas instituições é importante *“porque as pessoas precisam ver trans nesses espaços pra elas entenderem que trans não é só a pista como elas tão acostumadas a ver, por que isso vai mudar o estigma e o modo de pensar também.”*. Portanto, ao pensar na dimensão institucional e especificamente nas instituições jurídicas, em que há uma escassa presença de pessoas cis negras que integrem esses órgãos⁴⁵, a falta de representatividade de pessoas transvestigêneres, principalmente negras e periféricas, é ainda mais alarmante, a começar pela ausência de produção de dados que quantifiquem esse percentual.

⁴⁵ O percentual de mulheres cis negras na magistratura em 2023, por exemplo, é de somente 5%. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/qual-e-a-proporcao-de-pessoas-negras-na-magistratura-brasileira/>. Acesso em: 12 dez. 2023. No âmbito da Advocacia Geral da União, segundo a procuradora federal e professora Chiara Ramos, em 2020, a instituição possuía apenas 2,3 % de mulheres cis negras que ocupavam o cargo de procuradora ou de servidora do órgão. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/juristas-negras-e-a-luta-por-espacos-no-mundo-do-direito/>. Acesso em 12 dez. 2023.

Ao procurar no Google por pessoas trans* e travestis em instituições jurídicas, a exemplo do judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, não encontrei nenhum dado que comprovasse suas existências nos cargos principais (juízes, promotores e defensores)⁴⁶. A busca somente evidenciou a existência de servidores públicos que se apresentam como trans*, mas sem identificar a raça, classe e território social desses funcionários⁴⁷.

Contudo, no campo político, a representatividade de mulheres trans e travestis que ocupam cargos públicos ainda é recente, porém tem ganhado mais espaço. Em 2022, pela primeira vez, o Congresso Nacional elegeu mulheres trans e travestis. Estas foram Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) como deputadas federais, já no âmbito estadual, foram eleitas Linda Brasil (Psol-SE) e Dani Balbi (PcdoB-RJ) como deputadas estaduais. De acordo com Larissa, essa presença de mulheres trans e travestis em cargos políticos representa o avanço da união do movimento transvestigênera na luta por seus direitos.

Nesse contexto, Larissa ressalta a relevância de se deparar com pessoas como ela protagonizando a primeira Marsha Nacional pela Visibilidade Trans em Brasília⁴⁸, um símbolo de fortalecimento da comunidade:

E hoje eu sendo militante dentro do Conexão G, eu vejo a importância de cada vez mais a gente se unir e procurar entender e se aperfeiçoar mais.. igual a primeira marsha nacional que teve né? E aquilo ali foi um marco pra história do Brasil. as pessoas que tiveram força de falar ali no microfone, era a palavra de força, daí para mim me resume muito como travesti, porque as palavras da Erika (Hilton), Gilmara, a palavra de todo mundo que teve a voz, identificava aquelas palavras de força, de "vamos, junto a gente tem força, cada vez mais", entendeu?

Nesse panorama, Nlaysia nos lembra que são as travestis que movimentam o mundo. Muitos dos avanços das lutas LGBTQIAP+ só estão conquistados porque

⁴⁶ Utilizei as seguintes combinações de termos de busca: “trans”, “instituição jurídica”; “trans”, “juiz”; “trans”, “promotor”; “trans”, “defensor”; “primeiro defensor trans”; “primeiro juiz trans”; “primeiro promotor trans”. Em seguida, repeti os termos somente trocando o termo “trans” por “travesti” e depois por “mulher trans”.

⁴⁷ As seguintes reportagens comprovaram a existência de servidores trans: <https://www.cnj.jus.br/visibilidade-trans-judiciario-garante-ambiente-de-respeito-a-diversidade/>; <https://veja.abril.com.br/comportamento/abriu-um-caminho-diz-primeira-trans-a-trabalhar-no-stj>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁸ Evento organizado pela Antra para celebrar o dia da visibilidade trans e teve como madrinhas Erika Hilton e Duda Salabert, primeiras deputadas federais trans do país. Segundo a Antra, a palavra “Marsha” é em homenagem à Marsha P. Johnson, referência na luta pelos direitos da população LGBTQIAP+ em 1969. Fonte: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/28/marsha-trans-do-brasil-primeira-edicao-acontece-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia-veja-fotos.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

muitas travestis lá atrás estavam na linha de frente. Para que figuras como Erika Hilton cheguem ao Congresso Nacional e de fato pleiteiem políticas públicas que se comprometem com a mudança da realidade social das travestis e pessoas trans* é necessária a criação de redes de fortalecimento dessa população.

Quanto à criação de redes, a EFCMM fortalece o elo entre as alunas ao ressignificar a representatividade de figuras semelhantes a elas, gerando falas como a de Taiz: *“Eu só sabia da parte ruim lá fora ne, da droga, bebida, dinheiro. eu não sabia dessas coisas boas que a gente tem, que botaram na nossa cabeça que não tem, é só coisa ruim, tem coisa boa também”*.

A própria desassociação da transvestigeneridade somente ligada à marginalidade e precariedade, fortalecendo a potência das alunas como sujeitas politicamente imprescindíveis para a mudança do sistema que as aniquila, o modo de circular pelos espaços também se modifica, conforme a fala de Cristhyane:

“Depois que eu comecei a frequentar aqui, eu sempre ia pra escola com receio, eu ia pagar uma conta insegura, porque a gente vive com medo de chegar nos lugares e depois daqui eu não tenho mais esse medo. Eu vou pego um ônibus agora sem medo.”

Logo, projetos como a EFCMM, não possuem como intuito a representatividade por si só, esvaziada da luta política pela justiça social, mas sim o fortalecimento de redes de articulação via uma educação crítica para que mais mulheres trans e travestis moradoras de favela e periferia se enxerguem em locais não precarizados. Assim, as educadoras populares mostram na prática como travestis negras e faveladas são capazes de fortalecer a identidade política travesti, criando um senso de coletividade, como também a importância de elas protagonizarem a luta política por seus direitos e ocuparem espaços, influenciando nas tomadas de decisões que interferem em suas vidas.

3.3 A Escola de Formação Crítica Majorie Marchi e a práxis pajubariana para uma nova gramática de acesso a direitos

Bethânia Assy (2023) discorre que os sujeitos da injustiça social se tornam protagonistas na luta contra a própria injustiça que os atingem ao produzirem articulações que englobam diferentes dimensões da existência social e diferentes níveis e contextos da organização social, o que é capaz de gerar uma nova gramática

do direito. As dimensões das articulações se inserem no plano ético, epistemológico e político. Nessa dissertação, abordo mais a dimensão epistemológica no tópico 3.1 e a dimensão política no tópico 3.2, embora ambas estejam imbricadas, inclusive com implicações éticas.

Os protagonistas da injustiça social, sob essa ótica, são capazes de construir uma nova gramática do direito por meio de uma linguagem e atuação que abranje suas experiências concretas de injustiça. Nesse sentido, é fundamental valorizar o conhecimento produzido por esses sujeitos, pelos Movimentos Sociais e coletivos políticos, conforme já demonstrado no ponto 3.1; que eles se reconheçam como capazes de promover articulações políticas que valorizem suas identidades, experiências e necessidades, ocupando espaços também institucionais, como abordado no ponto 3.2; e construam estratégias de pleitear políticas públicas que os situem como sujeitos de direitos, o que será abordado com maior profundidade neste último tópico.

Na dimensão política, Assy (2023) argumenta a necessidade de produção de formas originais de articulação da ação política (seja institucionalizada ou não), assim como novos usos do espaço público por meio da intervenção direta dos sujeitos da injustiça social. Essa articulação política não abrange somente novos representantes políticos nas esferas legislativa, executiva e judiciária, como também novas políticas públicas. Dessa forma, pretendo me aprofundar neste tópico, como a pedagogia promovida pela EFCMM, por meio do que denomino práxis pajubariana, possibilita novas estratégias de promoção de políticas públicas e uma nova gramática de direitos.

O conceito de práxis neste trabalho origina-se do conceito de Paulo Freire (2013), que significa uma ação e reflexão dos sujeitos sobre o mundo para transformá-lo. Freire destaca uma forma crítica e reflexiva de abordar o mundo, no qual o sujeito descobre a realidade opressora e se compromete com a transformação prática dessa realidade. Contudo, inexistente um processo de conscientização que se dê fora da práxis, isto é, ausente da ação e reflexão como unidades em sincronia que estão (trans)formando o ser humano e a realidade constantemente. Nesse sentido, a ação e reflexão ocorrem simultaneamente (Freire, 2013).

Desse modo, sustento que na medida em que as alunas da EFCMM vão refletindo ao longo das aulas, conjuntamente, sobre si mesmas e suas realidades, elas se tornam capazes não só de denunciar a opressão do mundo em que vivem, como

refletir e agir sobre estratégias de ruptura das estruturas racistas, transfóbicas e classistas que as permeiam, a começar pela língua. Uma dessas possibilidades de um outro mundo, de maneira crítica, reflexiva, criativa e coletiva, ocorre em um espaço de resistência e possibilidade dentro da EFCMM.

Conforme Kilomba (2019), por mais poética que seja a língua, ela também possui uma camada política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, já que cada palavra utilizada determina o lugar de uma identidade. Com esse pensamento, uma das dimensões da EFCMM é justamente questionar o poder da linguagem que classifica pessoas e determina relações. Após refletir com as alunas sobre o padrão binário por trás da língua que as oprimem, Nlaysia, insere um debate sobre como os signos linguísticos possuem a capacidade de influenciar a forma que vivemos, pensado para uma masculinidade branca cisheteronormativa.

Todavia, é possível modificar e transformar os signos linguísticos ao longo do tempo, assim como reconhecê-los. Consequentemente, há uma relevância no debate sobre os signos do universo travesti e trans* associado a dimensão de sua existência e reconhecimento, como meio de reverenciar e manter viva as referências transvestigêneres ao longo da história. Assim, durante as aulas, as alunas da EFCMM, além de descobrirem sobre episódios históricos protagonizados por travestis e mulheres trans, utilizam expressões em pajubá, mantendo viva uma língua criada por elas e mesmo que não intencionalmente, reverenciando a cultura travesti.

Segundo Amora Moira (2023), o pajubá foi construído pelas travestis que sentiram a necessidade de criar uma língua como um meio de segurança para que outras pessoas não as pudessem entendê-las durante o período de ditadura brasileira, depois se expandindo para o restante da comunidade LGBTQIAP+. Logo, uma série de palavras cuja origem está no nagô e no iorubá, muito utilizadas ainda hoje nas religiões afro-brasileiras e aprendidas dentro dos terreiros, deram origem ao pajubá que representa uma forma de trapacear a norma e romper com os binarismos de gênero e sexualidade da linguagem hegemônica.

Dessa forma, sustento que a EFCMM, ao refletir de modo crítico sobre a inscrição no mundo de corpos transvestigêneres negros e periféricos e criar estratégias de acesso aos direitos, utilizando a linguagem pajubá como uma de suas ferramentas, realiza uma práxis inovadora de intervenção social. O silêncio é transformado em linguagem mediante diversas formas de expressão da

(auto)representação das alunas da EFCMM, seja pela imagem, pela palavra ou pelo corpo, o que produz novos olhares sobre si mesmas e sobre o mundo.

Sob esse prisma, ao refundar a inteligibilidade do modo como leem a sociedade e querem ser lidas, se constituindo enquanto cidadãs que acessam direitos por meio de estratégias via uma práxis singular, o contrato racial é subvertido pela EFCMM. A base dessa subversão é a valorização das sujeitas da injustiça social compostas pelas alunas e a promoção de suas lutas políticas.

Na dimensão política isso ocorre ao fortalecer estratégias de enfrentamento ao racismo e a transfobia, constituindo articuladoras territoriais que buscam políticas públicas pleiteadas para o território em que vivem; na dimensão moral, menos aprofundada neste trabalho, ao se comprometer com uma práxis que pratica a igualdade e liberdade pensada para corpos transvestigêneres negros e periféricos; e epistemológica ao denunciar a epistemologia invertida do contrato racial que invisibiliza o racismo e a transfobia que sustentam a supremacia branca cisheteronormativa, promovendo o protagonismo epistêmico das sujeitas da injustiça social.

A EFCMM, nesse cenário, possui a capacidade de desvirtuar o que está posto e multiplicar a metodologia das aulas no campo prático, fomentando a articulação de políticas públicas, junto com a equipe do Conexão G, voltada para moradores de favela e periferia LGBTTQIAP+, o que constitui um exemplo de uma nova práxis pedagógica e política. A práxis pajubariana é o que permite que as ações de exigibilidade gerem frutos por onde passa e crie uma inteligibilidade de acesso à direitos contrahegemônica formulada para mulheres trans e travestis periféricas e em sua maioria negras.

Portanto, assim como ocorre a subversão do contrato racial, uma nova gramática de acesso à direitos é promovida a partir da esfera epistemológica, em que a linguagem e o conhecimento empregado na forma de ler e buscar direitos é própria das alunas e educadoras da EFCMM; pela conexão, valorização e identificação com a luta coletiva que engendra mulheres trans e travestis da periferia do estado do Rio de Janeiro, em grande parcela negras, o que as une para pleitear seu direito à cidadania; e, por último, ao preencher a ausência do poder estatal e pleitear políticas públicas como agentes da transformação.

Quanto ao último ponto, Larissa Soares, durante a entrevista que realizamos, me ressaltou que uma das relevâncias da EFCMM em âmbito nacional com a Escola

itinerante é a necessidade de expansão de políticas públicas que já existem em certos locais, como, por exemplo a retificação de nome de forma gratuita. Consequentemente, segundo Larissa, não basta somente pleitear mais políticas públicas, como tornar eficazes e visibilizar as que já existem, sobretudo para a população favelada:

“Eu pensava que todos os estados tinha direito à retificação civil de graça, só que na Bahia, em Recife, tem cartórios que cobram, um absurdo, tem meninas que falaram que pagou pra ter esse direito de retificação civil. Retificação civil, uma coisa que tá se falando tanto e ainda de fato não é o direito nacional. Ainda precisamos avançar muito porque as políticas que existe ainda não chega nesses corpos, muitas nem tem informação dos seus direitos e o processo de cidadania com conexão G lá, eu acho que mesmo assim ainda falta estrutura para esses corpos da favela.”

Ao refletir em estratégias de articulação política para transformação da realidade das alunas, um dos eixos da EFCMM é a produção de um projeto de lei nacional para coleta de dados de pessoas trans* e travestis como modo de lutar contra o apagamento dessa população ao formular políticas de incidência territorial. A proposta é a reunião de todas as alunas da EFCMM do estado do Rio de Janeiro, assim como de representantes da EFCMM itinerante, inspirado nas ações de exigibilidade, para juntas escreverem um PL que as contemplem e que seja produzido em seus próprios termos, mesmo que restringido pelas formalidades intrínsecas de um processo legislativo.

Quanto à população LGBTTTQIAP+ favelada, a inexistência de dados é ainda mais marcante, tendo em vista os marcadores de classe e raça que atravessam esses territórios, por isso a importância de políticas públicas que se originam desses locais, como o Observatório de Violências criado pelo Conexão G. Sob o argumento de que não existem evidências concretas das violações de direitos sofridas pela população favelada, o poder público tem se omitido em garantir os direitos fundamentais dessas pessoas, principalmente quando LGBTTTQIAP+ e negras. Na verdade, muitas vezes, é o próprio Estado que protagoniza tais violações diante de abordagens policiais truculentas e invasões domiciliares por exemplo (Conexão G, 2024).

Nesse contexto, o Observatório de Violências criado pelo Conexão G interliga-se à EFCMM ao possuir como objetivo promover formas de enfrentamento das abstenções do poder público via coleta de dados, meios de resistência e propostas de políticas públicas por meio da inclusão do público-alvo morador desses territórios (Conexão G, 2024).

Foi por meio dos dados coletados no início do Observatório de Violências que surgiu a ideia da EFCMM, ao evidenciar o baixo grau de escolaridade da população

transvestigênera de territórios de favela, em que a maioria não possui o Ensino Médio completo. Como meio de retroalimentar os dados colhidos pelo Observatório, após implementada a EFCMM, uma das dinâmicas realizadas em cada turma da Escola é o preenchimento de um formulário com dados relevantes para a criação de Dossiês.

Neste ano de 2024, foi lançado o 1º Dossiê Anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas, que reúne dados de 1.705 pessoas LGBTTQIAP+ moradoras de favelas no estado do Rio de Janeiro. A intenção do Dossiê foi ampliar o debate social acerca dos impactos da violência sofrida pelos moradores LGBTTQIAP+ de favela; visibilizar essas violações; incidir politicamente ao denunciar, nacionalmente e a nível internacional, o descaso estatal com os corpos LGBTTQIAP+ favelados; e, por fim, com a reunião desses dados e denúncias, objetiva-se construir e promover políticas públicas que garantam os direitos dessas pessoas em todo país (Conexão G, 2024).

Desse modo, foram reunidos dados principalmente sobre as temáticas de Segurança Pública, Saúde, Educação, Empregabilidade e Moradia, entre outros, com a capacitação de pesquisadores comunitários (10 mulheres trans ou travestis, 3 homens trans ou transmasculinos e uma pessoa não binária) que incidiram diretamente na metodologia da pesquisa. Dentre as 1.705 pessoas que responderam os formulários de pesquisa, 20,59% se declararam como mulher trans e 13,08% como travesti, sendo 52,49% das pessoas autodeclaradas como negras.

Um dos pontos evidenciados pelo Dossiê é o modo violento como as ações de segurança pública estatais segue promovendo o genocídio da juventude negra favelada e a interferência direta no distanciamento da população de favela de discussões promovidas pela EFCMM como acesso à cultura, serviços básicos de cidadania, empregabilidade, moradia, saúde, educação e direito à cidade. Segundo dados produzidos pela Rede de Observatórios de Segurança e publicados no Dossiê, em 2020, 1.245 pessoas morreram durante a execução de ações policiais no estado, sendo 86% dos mortos pessoas negras (Conexão G, 2024).

No período abarcado pelo Dossiê, entre 2022 e 2023, 69,56% das pessoas LGBTTQIAP+ faveladas que responderam o formulário de pesquisa declararam já

terem sido impossibilitadas de acessar sua moradia em decorrência de operações policiais e 47,80% já tiveram suas casas invadidas durante esse período, sendo 39,66% dos respondentes neste último caso pessoas negras. Quanto à abordagem policial, 57,95% das pessoas que integraram o Dossiê já foram abordadas pela polícia e dentre a população negra, 52,85% já foram abordadas pela polícia antes e depois dos 18 anos (Conexão G, 2024).

No âmbito da escolaridade da comunidade LGBTTTQIAP+ moradora de favela no Rio de Janeiro, considerando o total de 1.705 pessoas que participaram do Dossiê, 152 disseram não possuir o Ensino Fundamental completo e 176 conseguiram terminar o Ensino Fundamental. No tocante ao Ensino Médio, embora 975 pessoas tenham conseguido ingressar, 635 o concluíram, gerando uma taxa de evasão de 33%, o que equivale a 322 pessoas (Conexão G, 2024).

No Ensino superior o quadro é mais grave, uma vez que apenas 200 participantes da pesquisa ingressaram em uma instituição do ensino superior e apenas 62 a concluíram, o que resulta em 138 pessoas que foram impossibilitadas de concluir a graduação, demonstrando um alto grau de evasão. Unido a isso, não se verificou uma variação expressiva nos dados de ingresso no Ensino Médio e no Ensino superior entre as pessoas racializadas como negras, indígenas e amarelas (1.282 pessoas) e como brancas (418). O Dossiê ressalta que embora seja evidente que pessoas brancas não experienciem as múltiplas dimensões da violência racial, as amostragens indicam que os espaços educacionais são inóspitos às populações LGBTTTQIAP+ favelada de uma forma geral⁴⁹.

Contudo, quando a identidade de gênero é tida como categoria de análise, comparando pessoas cisgêneras às transvestigêneres, a diferença nos dados chamou atenção. Enquanto 25,5% das pessoas tranvestigêneres não ingressaram no ensino médio, apenas 8% das pessoas cisgênero não ingressaram; Já enquanto 30,7% das pessoas transvestigêneres concluíram o ensino médio, 54% das pessoas cis o concluíram. No Ensino superior essa diferença é de 9% de pessoas transvestigêneres para 17% de pessoas cis que ingressaram na universidade. Portanto, evidencia-se que

⁴⁹ Outro ponto salientado pelo Dossiê foi que a maioria das pessoas que responderam o questionário estudaram em escolas públicas dentro da própria favela e por isso o marcador racial pode não ter sido tão expressivo do que provavelmente ocorreria se a pesquisa fosse feita em escolas privadas fora dos territórios de favela (Conexão G, 2024).

dentre as violências sofridas dentro das instituições de ensino pela população LGBTTQIAP+ de favelas, pessoas transvestigêneres são as que mais sofrem.

Preocupada com a ampliação do acesso de pessoas trans* e travestis no ensino superior e diante da ausência de uma lei federal que garanta a reserva de cotas destinada à população transvestigênera na universidade, a deputada federal Erika Hilton apresentou, em Julho de 2023, um Projeto de Lei para que sejam implementadas nas universidades federais cotas para essa população. O PL visa a reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação para pessoas transvestigêneres e foi criado em conjunto com 15 organizações e coletivos estudantis trans, o que reforça a importância da união entre Movimentos Sociais e representantes institucionais⁵⁰.

Além disso, na redação do projeto há providências para a identificação, permanência e inclusão desses grupos no espaço da universidade. Segundo o jornal Folha de São Paulo, em matéria divulgada em 2019, existiam ao menos 12 universidades federais do país que possuíam cotas para alunos trans*, contudo apenas 3 referentes à graduação, sendo o resto para a pós-graduação.⁵¹

Em nível estadual, em fevereiro de 2023, a deputada Dani Balbi também protocolou na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro um Projeto de Lei que prevê 3% de cotas para pessoas trans e travestis nas universidades do Rio. De acordo com a deputada, a reserva de vagas “cria não só expectativa nessa população para que conclua o ensino médio e ingresse na universidade, mas também muda a composição social da universidade que começa a acolher a diversidade”⁵².

Assim como já existem projetos de lei em andamento de suma pertinência protagonizados por representantes trans e travestis negras preocupadas com o acesso ao ensino superior dessa camada populacional, os projetos do Conexão G são de imensa relevância ao destacarem a dimensão territorial. Sob essa ótica, a EFCMM e o Observatório de violência se preocupam em ampliar as estratégias de acesso à direitos, visando especificamente a população LGBTTQIAP+ favelada e periférica. Nesse sentido, a EFCMM também intenciona lançar um Dossiê com dados coletados

⁵⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-propoe-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-federais-e-um-resgate-da-cidadania/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁵¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁵² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-02/projeto-preve-cotas-para-trans-e-travestis-nas-universidades-do-rio>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ao longo da experiência educacional em nível estadual e nacional e ampliar o acesso de mulheres trans e travestis* periféricas à educação.

Desse modo, o Conexão G é um dos grandes responsáveis por articular uma nova gramática de acesso à direitos a partir dos seus projetos, mas no nível da EFCMM, o objetivo é que as alunas também conquistem autonomia para pleitearem direitos e políticas públicas em cada território após os ensinamentos conquistados ao longo das aulas. Segundo Nlaysia, uma das esperanças da EFCMM é que as alunas multipliquem cada vez mais os aprendizados desse projeto. Em suas palavras:

“Seria muito chato depois elas pegarem o certificado de conclusão e não multiplicar nada do que aprenderam. Eu espero que elas consigam a partir dessas experiências, chegar nesse lugar de algumas coisas não serem só um decreto.”

Ao entrevistar as alunas da EFCMM de Duque de Caxias e reencontrá-las na ação de exigibilidade, descobri que algumas das alunas que não concluíram o ensino fundamental ou o médio, influenciadas por outras alunas, se inscreveram no Projeto Dam+, antigo Projeto Damas, coordenado por Majorie Marchi em 2004. O Projeto Damas começou em 2003 pela prefeitura com foco na reinserção de mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade nas escolas e fomento à empregabilidade. Majorie Marchi que passou pelo projeto social e o responsabilizou por ter conquistado um emprego, assumiu sua coordenação, possibilitando a outras mulheres trans e travestis o acesso⁵³. Atualmente o projeto se chama “Projeto Dam+” para que também contemple homens trans e pessoas não binárias⁵⁴.

É perceptível, portanto, a capacidade da EFCMM não só de incentivar o agenciamento de suas alunas para formular políticas de acesso a direitos básicos mediante as ações de exigibilidade, como fomentar que elas próprias corram atrás de políticas sociais já existentes. Dessa forma, as alunas da EFCMM de fato criam redes de articulação que as permitem refletir e agir sobre a garantia dos direitos à cidadania de mulheres trans e travestis, sobretudo quando negras e periféricas.

⁵³ Entrevista concedida por Majorie Marchi à Fernanda Marques e disponibilizada pela Agência Fiocruz de Notícias. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/em-defesa-dos-direitos-de-travestis-e-transsexuais>. Acesso em: 25 jan. 2024.

⁵⁴ Informações sobre o programa social disponíveis em: <https://programassociaisbr.com.br/rj-oferece-bolsas-de-estudo-a-pessoas-trans-etruvestis#gsc.tab=0>. Acesso em 23 jan. 2024.

As travas se abrem e novos horizontes *transparecem*



Figura 12 – Inauguração Exposição “TransFormar os olhares sobre nós”. Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Após quase 3 meses do término das aulas da turma de Duque de Caxias da EFCMM, finalmente ocorreu o lançamento da exposição “TransFormar os olhares sobre nós” no Centro de Cidadania LGBTI+ de Duque de Caxias, local onde ocorreram as aulas. Ao subir a escada do Centro e encontrar o corredor tomado pelas fotos das meninas penduradas no teto e coladas nas paredes, senti uma alegria misturada com nostalgia me invadirem. Ter acompanhado o processo de montagem daquelas fotografias e a sua concretização também alterava o meu olhar sobre as imagens e as pessoas por trás delas. Não era mais um olhar distante, mas sim de alguém que pôde conhecê-las e realizar trocas que modificaram minha forma de pensar a vida acadêmica.

Assim que cada aluna ia chegando, havia um misto de surpresa e orgulho ao se deparar com sua foto, logo pegando o celular para registrar o momento. Dei um abraço apertado em Andrea, a primeira aluna que encontrei, e simultaneamente lembrei do momento em que eu e Nlaysia a visitamos na academia de ginástica para fazer as fotos da exposição. Andrea, responsável pela faxina do local, pensou em uma foto limpando o chão de uma das salas, mas Nlaysia queria uma imagem que capturasse uma outra força dentro dela, a sua potência em um lugar de prazer, de bem-estar. Colocou dois halteres em suas mãos e testou fotografá-la enquanto malhava.

Em seguida, fomos para o salão onde se encontravam os aparelhos da academia, e no meio dos alunos, todos brancos, ela subiu na esteira de pés descalços, apertou velocidade 8.0 e começou a correr e estampar uma gargalhada larga como era de costume. Algumas pessoas olharam sem entender o que estava acontecendo, enquanto Andrea se colocava como um corpo pertencente àquele espaço, subvertendo o estereótipo associado a cor da sua pele e identidade de gênero como marcas de subserviência. Essa cena consistiu em uma metáfora da EFCMM, que após discutir pautas como o racismo, a transfobia e referências transvestigêneres, lembrava o tempo todo, nas palavras de Nlaysia que *“Por mais que o mundo não nos queira viva, a gente só está nesse mundo porque a vida se faz em torno de nós, sem a gente não há vida, não tem beleza”*.

A beleza das alunas por trás daquelas fotos retrata como cada mulher trans e travesti possui uma singularidade no mundo e uma capacidade de se (auto) representar para além do local que a sociedade a coloca, quase sempre à margem. Dentro da Exposição “Transformar os olhares sobre nós”, essa margem deixa de ser vislumbrada apenas como um espaço periférico, de perda e privação, mas como reforça Kilomba (2019), torna-se um espaço de resistência e possibilidade. A retratação de Isabella como corredora ou de Taiz em seu terreiro pelo olhar de outra travesti instiga uma curiosidade por quem são essas sujeitas. Ao mesmo tempo, o que se destaca é o que as simboliza segundo elas próprias, possibilitando olhos de sujeitos e não de objetos.

Por trás dessas fotografias, as fronteiras que marcam a realidade de cada aluna da EFCMM da turma de Caxias se expandem e possibilitam a realização de novas perguntas que desafiam o discurso hegemônico. Perguntas protagonizadas pelas alunas como “de que forma eu quero ser representada pela sociedade?”, “como destacar a capacidade das mulheres trans e travestis de narrar suas próprias experiências e contribuir para esses espaços culturais?” (Conexão G, 2024), encaminham esse trabalho para novos questionamentos na área jurídica.

Após denunciar como o direito é uma ferramenta do contrato racial que foi engendrado para apagar corpos negros, periféricos e não cisheteronormativos, esse trabalho buscou se aprofundar em como a EFCMM é capaz de enfrentar essa ausência de representatividade e aparato protetivo no ordenamento jurídico. Nesse sentido, argumentei que a EFCMM cria uma nova gramática de acesso a direitos. Essa nova

gramática abrange tanto uma nova linguagem como uma nova práxis, que denomino de práxis pajubariana, capaz de construir outras formas de fazer e de acessar direitos.

Sob esse prisma, a EFCMM desafia a falta de acesso a direitos ao utilizar o direito contra o próprio direito, ou seja, se apropriando do modo como projetos de lei são feitos, políticas públicas são realizadas, o conhecimento jurídico é produzido, para pleitear os próprios projetos de lei, conquistar políticas públicas que as contemplem e produzir conhecimento a partir da realidade de seus territórios. Por outro lado, a EFCMM também produz uma gramática de acesso a direitos ao valorizar a transcestralidade, a linguagem pajubá e a cultura travesti, refletindo sobre um modo autêntico de incidir politicamente a partir de seus corpos e vivências.

Ao se pensar no direito que já está posto, algumas das constatações deste trabalho são a valorização, pela perspectiva de uma parcela das alunas da EFCMM, de leis que contemplem seus direitos, de se sentirem resguardadas pelas instituições jurídicas e de políticas públicas que as permitam desfrutar de direitos sociais básicos, como o direito à educação, ao trabalho, à retificação de nome, à saúde, e à livre circulação pela cidade, para mencionar somente alguns que apareceram nesta dissertação.

Ao compreender que o direito “não dá em nada”, mas também é algo que as sujeitas de pesquisa da EFCMM aqui retratadas almejam, indaguei como a EFCMM cria estratégias de acesso a direitos que contemplem mulheres trans e travestis periféricas, sobretudo negras, repensando a forma como o direito é produzido. Nesse processo, identifiquei que a EFCMM abre o caminho para uma forma de apropriação crítica e construtiva do direito, ainda que a ciscolonialidade jurídica cotidianamente atue contra a materialização do direito à cidadania das sujeitas de pesquisa. É preciso reconhecer, todavia, que essas reflexões não esgotam a complexidade da pergunta formulada, criando abertura para novas perguntas.

Quanto à lente teórica, os saberes construídos coletivamente com as sujeitas dessa pesquisa, em interação com autores decoloniais, transfeministas e da teoria crítica da raça, não encerram as dimensões do que foi vivenciado e apresentado pelas próprias sujeitas. Nesse cenário, ao entrevistar Nlaysia Luciano e discutir sobre o marco teórico desta pesquisa, um dos pontos ressaltados por ela foi a inexistência de uma teoria que comporte uma decolonialidade do que é ser uma travesti na favela atualmente. Logo, por mais que essa dissertação privilegie autores com a realidade

mais próxima às das sujeitas de pesquisa, somente a partir da experiência concreta delas próprias é que se torna possível pensar um direito que as contemple.

Assim, ao me aproximar das articulações criadas pela EFCMM que impulsionam a transformação da realidade social a partir de territórios e corpos não abarcados pela gramática hegemônica de direitos, e considerando os limites do campo teórico atualmente existente, incapaz de abarcar as especificidades dessas vivências, sigo com as seguintes indagações:

Como valorizar a experiência concreta de mulheres trans e travestis, em sua maioria negras, moradoras da periferia e favela do estado do Rio de Janeiro, para construir um direito que as acesse? Como construir uma gramática jurídica que opere a partir dos marcadores raciais, de gênero e território para repensar um direito que não foi estruturado para pessoas negras transvestigêneres periféricas? Qual o impacto da representatividade e de uma educação jurídica que contemple os marcadores acima para o combate ao epistemicídio jurídico? Como colocar essa educação e representatividade em prática? Por último, como construir um campo teórico jurídico que contemple as realidades das sujeitas da injustiça social protagonistas dessa dissertação?

Esse conjunto de questões, unido ao contato potente e sensível com as alunas e equipe da EFCMM, me fazem acreditar cada vez mais na importância da aproximação do campo jurídico com Movimentos Sociais de favela para que os sujeitos concretos da injustiça social tenham de fato acesso a direitos. Todavia, acredito que essa aproximação deva ser acompanhada do protagonismo ético-político-epistêmico desses sujeitos, a fim de que construam uma nova gramática que os abarque.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo *et al.* **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2020. cap. 7, p. 131-149.

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. **Andifes**. 27 mai. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

ARAÚJO, Adriano Moreira de. Racismo e violência letal do Estado: um olhar a partir da Baixada Fluminense. **Le Monde Brasil Diplomatique**. 2 dez. 2021. Ed. 199. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/racismo-e-violencia-letal-do-estado-um-olhar-a-partir-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 14 jan, 2023.

ARAÚJO, Maurício de Azevedo. Enegrecendo a teoria crítica do Direito: epistemicídio e as novas epistemologias jurídicas na diáspora. In: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo *et al.* (org.). **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade**. Brasília: OAB Editora, Editora Universidade de Brasília, 2021, v. 10, p. 291-306.

ASSY, Bethania. **The concrete experiences of the subject of social injustice: engendering collective resistance, empowerment, and knowledge**. Disponível em: <https://cooperism.law.columbia.edu/4-13/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ASSY, Bethania; CUNHA, José Ricardo. **Teoria do Direito e o Sujeito da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BAGAGLI, B. P. **Cisgeneridade e silêncio**. Transfeminismo.com: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-silencio>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, 2016, p.15-24.

BESSA, Liana *et al.* A. Experiência travesti: Conversa com Amara Moira sobre lutas, visibilidade e comunidade trans. **Esferas**, v. 1, n. 27, 2023, p. 1-17.

BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Liliana Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, 2021, p. 231-251.

BORGES, Thais Regina Santos. Branquitude e epistemologia antirracista: por uma linguística aplicada efetivamente crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 60, n. 3, 2021, p. 826–840.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação / Latin American Critical Thought and Militant Research in Orlando Fals Borda: praxis, subversion and liberation. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2016, p. 389–413. DOI: 10.12957/dep.2016.21832. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21832>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CAMARGO, Daniel Renaud; PEREIRA, Celso Sánchez. Contribuições da literatura popular do Vale do Jequitinhonha para a educação ambiental e educação em ciências de base comunitária. **Perspectiva**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/67994>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012, 388 f. (Tese) Doutorado em Filosofia, Programa de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador -BA, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CNJ. Visibilidade Trans: Judiciário garante ambiente de respeito a diversidade. **Agência CNJ Notícias**, Brasília, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/visibilidade-trans-judiciario-garante-ambiente-de-respeito-a-diversidade/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CONEXÃO G. **1º Dossiê anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas: violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de Favelas 2023**. Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1okKkPTjqPRb9_krA_VsZm8B3r7_uASkI/view. Acesso em: 10 fev 2024.

CONEXÃO G. Hoje encerramos a terceira formação da Escola de Formação Crítica Majorie Marchi Rio de Janeiro. 15 de Junho de 2023. Instagram: @grupoconexaog.

Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cth46WkpgJd/>. Acesso em 23 de Setembro de 2023.

CONEXÃO G. Mais um ciclo concluído. Rio de Janeiro. 11 de Agosto de 2023. Instagram: @grupoconexaog. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cvz05nor4Lx/> Acesso em 28 de Setembro de 2023.

CONEXÃO G. Não fale de nós sem nós. Rio de Janeiro. 3 de Outubro de 2023. Instagram: @grupoconexaog. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cx9Vs6yrXXA/>. Acesso em 28 de Setembro de 2023.

CONEXÃO G. No dia 25/04 ocorreu a última aula da turma da Rocinha. Rio de Janeiro. 29 de Abril de 2023. Instagram: @grupoconexaog. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CrokpruJDma/>. Acesso em 14 de Agosto de 2023.

CONEXÃO G. Segunda parte - No dia 25/04 ocorreu a última aula da turma da Rocinha da Escola . Rio de Janeiro. 30 de Abril de 2023. Instagram: @grupoconexaog. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CrrSfVAJePX/> . Acesso em 25 de Novembro de 2023.

CONEXÃO G. Você já conhece a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi?. Rio de Janeiro. 18 de Julho de 2023. Instagram: @grupoconexaog. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cu2ZgGnJXAP/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D>. Acesso em 25 de Novembro de 2023.

CORBO, Wallace e FLANZER, Paula. **Quem faz a cabeça dos juristas? - A diversidade na bibliografia jurídica ou sobre como lemos mais Carlos do que juristas negras.** 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/quem-faz-a-cabeça-dos-futuros-juristas-27052022>. Acesso em: 30 out. 2023.

CURIEL, Ochy. “De las Identidades a las Imbricación de las opresiones: Desde La experiencia.” In Encrespando. **Anais** do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). Brasília: Brado Negro, 2016, p. 75-89.

CURIEL, Ochy. **Género, raza, sexualidad:** debates contemporáneos. Colombia: Universidad del Rosario, 2014a. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/75237> . Acesso em 18 out. 2023.

DELEUZE, Gilles.GUATTARI, Félix. **Mil Platôs.** v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de mulheres.** Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FANON, Frantz. **Condenados da Terra.** Salvador: EDUFBA, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 4 nov. 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro**. 145 f. (Dissertação) Mestrado em Direito, Programa de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

G1. População em Duque de Caxias (RJ) é de 808.152 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1, Globo**, 26 jun, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/28/populacao-em-duque-de-caxias-rj-e-de-808152-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2023.

GLIER, Douglas. O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior. **Jornal Extraclasse**, Rio Grande do Sul, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.92/9, 1988b., p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: **Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer**. Barcelona: CIDOB Edicions, 2011. p. 97-108.

GROSGOUEL, Ramon. What is Racism? **Journal of World-Systems Research**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 9-15, 2016.

GUIMARÃES, Beatriz. “**Cissexual, cisgênero e cissexismo: um glossário básico**”. *Feminismo Trans*. Disponível em: <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2023.

HOOKS, bell. **Ain't I a woman: black women and feminism**. Boston: South End Press, 1981.

HORSTH, Gabriel. Criação de observatório de Violência LGBTI+ na Maré possibilita discussões sobre temática. **Maré Online**, Maré, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://mareonline.com.br/criacao-de-observatorio-de-violencia-lgbti-na-mare-possibilita-discussoes-sobre-tematica/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

JUNIOR SILVA, Aureliano Lopes. Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais*. **Cadernos pagu** (50), 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650736/16898>. Acesso em: 28 dez. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LABOV, W.; WALETSKY, J. The transformation of experience innarrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LINN DA QUEBRADA. Linn da Quebrada: “**Terrorista de gênero significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça**”. Rimas e Batidas. Disponível em: <https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-terminha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeca/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”, **Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 935-952, 2010.

MARQUES, Fernanda. Em defesa dos direitos de travestis e transexuais. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 mai. 2023. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/em-defesa-dos-direitos-de-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 02 out. 2023.

Mello, Ge. **Minha corpa é voz de afeto: a cisheteronormatividade encarnada na cidade e o direito como impedimento para o fim do mundo**. Porto Alegre, RS: Editora Di, 2022.

MENEZES, Maiá. “Abri um caminho”, diz primeira trans a trabalhar no STJ. **Veja**, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/abri-um-caminho-diz-primeira-trans-a-trabalhar-no-stj>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

MILLS, Charles W. **O contrato Racial**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2023.

MIRANDA, Jorge. Isaltina Campo Belo: um conto de Conceição Evaristo. Disponível em: <https://oficinapalimpsestus.com.br/conceicao-evaristo/>. Acesso em: 19 set. 2023.

MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma**. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/o-mundo-e-meu-trauma/>. Acesso em: 12 jan, 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?**. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. Oficina de imaginação política. Fundação Bienal de São Paulo, 2016b.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo** São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Lucas de Souza. **Cara da desordem, corpo do regresso: rumo ao juízo final, as LGBTTQIA+ pretas descem do morro para julgar o tribunal**. 133p. (Dissertação) Mestrado em Direito, Programa de Mestrado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2022.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. **Transtornando o campo do direito: Uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos**. (Tese) Tese em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; VERGUEIRO, Viviane S. A transfeminist enunciation locus in Latin America: geopolitical issues for a decolonial project from the worlds south. **Global Public Health**, v. 17, p. 1-13, 2022.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Lasa Forum**, v. 50, 2019, p. 69-74.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos Humanos em português. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935_ARQ_UIVO_Texto_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf; Acesso em: 29 nov. 2023.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. O Diálogo com Fanon: o negro como não ser. In: Patrícia Carlos Magno; Rachel Gouveia Passos. (Org.). **Direitos humanos, saúde**

mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. 1ed. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020, v. 1, p. 258-271

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR Revista Internacional de Direito Humanos**, v. 28, p. 1-6, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira.; LOPES, Ana Carolina Mattoso. Para além do colonialismo jurídico: rumo a uma concepção amefricana do Direito. In: Yuderkys Espinosa Mioso. **Feminismo Descolonial: Nuevos aportes teórico-metodológicos a más de una década**. Quito: Editora: Abya-Yala, 2019, v. 1, p. 103-122.

PIRES, Thula; GILL, Andrea. Racializando o gênero: repensando a interseccionalidade para além da lógica identitária. In: DE SOUZA, Natália Maria Félix *et al.* **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, cap. 2, p. 47-74.

PIRES, Thula; WERNECK, Jurema; SANTANA, Bianca. **Branquitude: Racismo e Antirracismo**. In: Diálogos do encontro 26 a 29 de outubro de 2020. Ibirapitanga. p. 132-162.

PROJETO ENTIDADE MARÉ. Amar na Maré. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 15, p. 10-17, dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: Perspectivas decoloniais para repensar a universalidade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022, p. 1-12.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020, p. 1-20.

RESENDE, A. M. *et al.* Raízes e panorama do trabalho doméstico remunerado no Brasil: reprodução social e algumas de suas contradições. **Nota de política econômica nº 38**, Made USP, 2023.

RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires; Andrade, Karylleila dos Santos. **Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense**. São Carlos,SP: Editora Scienza, 2023.

SANTANA, Tayrine. ZAPPAROLI, Alecsandra. Conceição Evaristo – A escrivência serve também para as pessoas pensarem. **Itaú Social**, São Paulo, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTOS, William Soares dos. Níveis de interpretação da entrevista de pesquisa interpretativa com narrativas. In: BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William

Soares dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2013, cap. 1, p. 21-35.

SEGATO, R. L. **Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial**. [s. l.], [s. n.], 2010.

SENNA, Ariane Moreira de. **A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações sócioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 185 f. (Dissertação) Mestrado em Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2021.

SILVA, Mariah Rafaela. Código da ameaça: trans; Classe de risco: preta. **N-1 Edições**. São Paulo, n.123, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/123>. Acesso em: 15 out. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil**: Direito de Família. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

TORRES MACEDO, Beatriz Maurício; CARDOSO, Fernando da Silva; Coloniality, whiteness and invisibility of racial issues in legal education. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, v. 8, n. 17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/256272/43093>. Acesso em: 23 jan. 2023.

TORRES, Ana Carolina. Mulher trans morre após ser espancada no RJ; 'Não pode ficar impune', diz mãe. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 17 out. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2023/10/mulher-trans-morre-apos-ser-espancada-no-rj-nao-pode-ficar-impune-diz-mae.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015.

VERSIANI, Renata; JAUMONT, Jonathan. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 414-464, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21833>. Acesso em: 5 nov. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1974a). **O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto Alegre: Ed. Afrontamentos, 1990.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-sugir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.12-42.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

Anexo I – Parecer Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 59-2023 – Protocolo 62-2023
Proposta: SGOC 476297

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "CAPES-DAAD Esferas de Cidadania no Rio de Janeiro e Berlin: Direitos, Fronteiras, Agências" (Departamento de Direito da PUC-Rio)

Autora: Bethania de Albuquerque Assy (Professora/ coordenadora/ orientadora do projeto de pesquisa do Departamento de Direito da PUC-Rio)

Pesquisador: Christian Volk (Professor/coordenador da Freie Universität Berlin)

Pesquisadores assistentes:

Professores do Departamento de Direito da PUC-Rio: Fernanda Ferreira Prada, Florian Fabian Hoffmann, Ilié Antonio Pele, Márcia Nina Bernardes, Rosângela Lunnardellí Cavallazzi, Thula Rafaela de Oliveira Pires; Professora do Departamento de História da PUC-Rio: Larissa Rosa Comêa

Pesquisadores:

Discentes - Adalberto Davi Cruz Moutinho Dourado, Eliane de Lima Pereira, Gabriela Teixeira Cunha, Jade Dallor, Juliana Oliveira Teixeira de Jesus, Kennya Regyna Mesquita Passos, Letícia da Silveira Lobo, Lorena Behrens Matos, Luiza Vanessa Cameiro da Costa, Nina Zur, Rebecka Cristina Rosa Borges

Pós-doutorandas: Gienda Vicenzi e Mariana Caldas (Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Teoria Política de Humboldt Universität Berlin)

Apresentação: Pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica, que visa examinar, teórica e empiricamente, três esferas político- normativas de cidadania, a proteção dos direitos e seu uso para promover a resistência ao (re) enquadramento da cidadania, ao estabelecimento e funcionamento de fronteiras e a produção de agências políticas a partir das experiências concretas entre as cidades de Berlin e do Rio de Janeiro. Prevê abordar pessoas atuantes no Museu da Maré (Centro de Estudos e Associações Solidárias da Maré), Projeto Cultural Ocupação Menino Benjamin Filho, Grupo Conexão G da Cidadania LGBT das Favelas, sediado no bairro da Maré, RJ e os coletivos Mães de Mangueiros, Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense, Coletivo Mães da Maré e Mães de Jacarezinho. Usará como metodologia, diversos recursos, tais como: entrevista individual semiestruturada, história oral, grupo focal, observação participante e diário de campo. O material coletado será analisado segundo a Análise de Conteúdo de Bardin e Análise do Discurso.

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Glória - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: viceq@puc-rio.br



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 59-2023 – Protocolo 62-2023

Proposta: SGOE 476297-Continuação

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Título: "CAPES-DAAD Esferas de Cidadania no Rio de Janeiro e Berlin: Direitos, Fronteiras, Agências"
(Departamento de Direito da PUC-Rio)

Aspectos éticos: O projeto e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. Os Termos expõem com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garantem o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados.

Parecer: Aprovado.

Prof. Marley Maria Bernardes Rebuszi Velasco
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Prof. Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023